



# Relatório & Contas **2018**



# RELATÓRIO E CONTAS 2018

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

### ANÁLISE GERAL

No Standard Bank Moçambique, os nossos clientes estão no centro de tudo o que fazemos. Movemo-nos em função das suas necessidades. Fazemos tudo o que podemos para nos adiantarmos às necessidades evolutivas dos nossos clientes e para lhes respondermos de forma proactiva. A nossa promessa é de trabalhar com dedicação e criatividade para oferecer soluções bancárias que façam progredir as suas vidas e os seus negócios. Esta postura possibilita e sus-tenta a nossa posição competitiva no mercado.

Os nossos investimentos passados e contínuos nos nossos colaboradores, sistemas e processos são o fio condutor da nossa resiliência. Esforçam-nos por criar um ambiente com pessoas altamente qualificadas e autónomas que trabalhem em colaboração umas com as outras para apoiar os nossos clien-tes e realizarem o seu potencial.

Também procuramos oferecer soluções inovadoras para os desafios enfrenta-dos pelos nossos clientes. O nosso objectivo é trazer os nossos serviços para mais perto dos clientes e garantir que conseguem ter acesso a serviços bancá-rios correntes de forma segura, no lugar e no momento que querem. Os nossos canais digitais, que são cómodos, seguros e oferecem segurança, já provaram ser muitos eficazes a esse respeito.

2018 foi um ano em que demonstrámos a nossa capacidade de enfrentar um conjunto diversificado de desafios e oportunidades e nos apoiarmos neles para aumentar ainda mais a nossa resiliência, selando simultaneamente parcerias com os nossos clientes.

### ECONOMIA GLOBAL

Em 2018, a economia global manteve-se numa trajectória de crescimento, embora em abrandamento à medida que se aproximou o fim do ano. As ex-pectativas anteriores no sentido de um crescimento mais rápido foram sub-jugadas na sequência do abrandamento do crescimento em algumas esferas da economia global.

Para além de uma actividade moderada no comércio e na indústria trans-formadora, a aumento das tensões comerciais entre algumas das principais economias, especialmente entre os Estados Unidos e a China exacerbaram as preocupações quanto às perspectivas de crescimento global. Esta situa-ção enfraqueceu ainda mais o índice de confiança dos investidores, o que levou a actividades de investimento menos sonantes.

Em termos de projecções, a África Subsaariana registou um crescimento, embora marginal, influenciado pela queda no crescimento de Angola, Nigéria e África do Sul, as maiores economias da região. Apesar de um dólar mais forte, o abrandamento do comércio, o endurecimento dos custos de finan-ciamento e preços mais baixos das mercadorias, à excepção do petróleo, tiveram um impacto negativo na actividade económica na região pelo que um melhor desempenho da produção agrícola e dos serviços, do lado da produção, e do investimento público e do consumo das famílias, do lado da procura, revelaram-se essenciais para manter o crescimento global numa trajectória positiva.

As economias não intensivas em recursos tiveram um ano bom devido à maior produção agrícola e consumo das famílias, ao passo que os produtores de metais, como a África do Sul, tiveram um ano de actividade modesta devi-do a factores de procura fracos a nível internacional. Os países exportadores de petróleo também tiveram em geral um ano melhor, em consequência de preços mais altos e de uma maior produção comparado com 2017. No en-tanto, a Nigéria e Angola foram uma excepção. Apesar de serem os maiores exportadores de petróleo da região, a produção nestes países foi prejudicada devido a estrangulamentos resultantes do subinvestimento nos campos pe-trolíferos angolanos e de perturbações que afectaram a logística dos oleodu-tos na Nigéria.

Na sua qualidade de principal parceiro comercial de Moçambique, a África do Sul tem uma enorme influência na economia local. O baixo nível de confiança dos agentes económicos em 2018, assim como a incerteza política, uma ac-tividade modesta no sector da construção e problemas no sector extractivo continuaram a restringir o crescimento económico. No entanto, a retoma da produção agrícola e do sector transformador levou a economia a sair de uma recessão técnica, durante o segundo semestre do ano.

### CONJUNTURA DOMÉSTICA

As condições macroeconómicas em Moçambique continuaram a melhorar em 2018. No entanto, a actividade económica continuou deprimida devido a uma combinação de factores, incluindo desenvolvimentos globais que afec-taram as exportações locais e baixos níveis de confiança dos investidores e dos consumidores ainda persistentes no mercado local. Em consequência, com exclusão do sector do petróleo e do gás, o investimento e o consumo continuaram fracos durante todo o ano. No final do ano, os principais indi-cadores sugerem que os agentes económicos mantêm a sua abordagem de “esperar para ver”, embora com indicadores de optimismo comparado com períodos anteriores.

A inflação caiu de forma sustentada durante todo o ano de 2018, o que permi-tiu ao Banco de Moçambique baixar a sua taxa de juro de política monetária em 525 pontos base no total durante o ano.

Fora as taxas, o regulador manteve uma política monetária restritiva durante todo o ano, com as taxas de reservas ainda em níveis historicamente altos. Esta situação foi reforçada por regulamentação a limitar as comissões e ta-xas que os bancos comerciais podem cobrar por operações de banca elec-trónica, para promover a inclusão financeira.

Relativamente ao comércio internacional, as principais exportações de Mo-çambique, nomeadamente, carvão, alumínio e tabaco, tiveram um desempe-nho fraco em 2018 comparado com as expectativas. Esta situação deveu-se

principalmente a pressões de baixa nos preços, em linha com as tendências globais. Por outro lado, a procura de moeda estrangeira continuou modesta durante todo o ano, devido a importações deprimidas, medidas face a pa-drões históricos. Esta situação assegurou uma situação favorável em termos de Balança de Pagamentos, tendo resultado numa cobertura de 7 meses de importações durante a maior parte do ano. Este facto ajudou a manter a taxa de câmbio dentro de uma banda estreita, tendo fechado o ano em MZN61,47 face ao USD, comparado com MZN59,02 no final de 2017.

Segundo as projecções do Banco Mundial, a economia moçambicana cres-ceu 3,3% em 2018, comparado com 3,7% em 2017. No curto a médio prazo, a economia deverá continuar a crescer a um ritmo semelhante ao dos últimos tempos, que fica significativamente abaixo do forte crescimento observado em anos anteriores desta década, em que atingiu uma média de 7%. As pro-jecções para 2019 apontam para um crescimento de 3,5%.

As perspectivas de crescimento de Moçambique enfrentam potencialmen-te contratempos, causados tanto por factores externos como internos. Um maior abrandamento da economia global ameaça fazer cair as exportações, o que afectaria a situação da Balança de Pagamentos. As incertezas à volta de um novo programa do FMI devido à não resolução da crise da dívida ocul-ta continua a afectar os negócios e a confiança dos consumidores e, conse-quentemente, o investimento na economia.

Devido ao investimento directo estrangeiro (IDE) ter abrandado e com o país formalmente em incumprimento da dívida, mantêm-se as preocupações quanto à sustentabilidade da actual rota de crescimento. Os riscos agravar-se-iam significativamente se as importações subissem face aos seus níveis actuais, dado que essa situação pressionaria a Balança de Pagamentos, o que teria implicações negativas para a taxa de câmbio e para as perspectivas quanto à inflação.

As eleições presidenciais marcadas para 2019 também criam riscos únicos para a economia, especialmente em termos de execução de reformas fiscais, que são necessárias para manter a economia numa rota de crescimento sus-tentável.

A execução dos projectos de gás na Bacia do Rovuma deverá dar a ajuda tão necessária, a melhorar a situação orçamental e a Balança de Pagamentos. No entanto, os longos prazos envolvidos na execução destes projectos sig-nifica que, no curto prazo, a economia continua muitíssimo vulnerável a cho-ques externos.

### ÊNFASE ESTRATÉGICO

A nossa estratégia guia-se por um foco inabalável nos nossos clientes. O seu sucesso é o nosso sucesso. A nossa proposta de valor centra-se nas neces-sidades dos nossos clientes e em oferecermos-lhes soluções que sejam úni-cas para a sua situação. Em tudo o que fazemos, procuramos dar aos nossos clientes a maior segurança, comodidade e eficácia.

O nosso inquérito anual aos clientes de 2018 indica que os clientes aprecia-ram a atenção e a dedicação com que os servimos durante o ano. Esta im-portante validação fortalece os nossos relacionamentos com os clientes e constitui um patamar para novos relacionamentos. Mais importante ainda, mostra que a nossa base de clientes está a ficar mais forte, o que é vital para construir um negócio sustentável.

Entre as nossas principais iniciativas estratégicas este ano, concentrámos os nossos esforços na melhoria da nossa capacidade para apoiar os nossos clientes, especialmente no segmento de particulares e de pequenas e médias empresas. O nosso Centro Directo de Empresas revolucionou as nossas inte-racções com pequenas empresas e a forma como apoiamos os seus negó-cios e necessidades bancárias. Por outro lado, a nossa premiada Incubadora tornou-se um centro de soluções para os nossos clientes empresariais, tanto pequenos como grandes. Entre outros, oferece às empresas participantes um ecossistema ímpar em Moçambique para desenvolvimento de serviços comerciais, acesso a financiamento e acesso aos mercados. Também de-sempenha um importante papel na facilitação do acesso das mulheres à eco-nomia e tem ainda outros impactos sociais e ambientais.

Além disso, este ano fizemos investimentos substanciais nas nossas infra-es-truturas físicas. Abrimos oito agências totalmente novas no país, renovámos agências existentes e mudámos a localização de outras. As novas agências foram construídas tendo em mente o cliente. Apresentam um design moder-no que põe em evidência muito mais espaço para os clientes, bem como ofer-tas modernas, como facilidades de self-service disponíveis 24 horas por dia.

O nosso investimento nas pessoas nasce da firme convicção de que os nos-sos colaboradores fazem a diferença e são o nosso activo mais importante. Os nossos esforços de desenvolvimento dos colaboradores este ano susten-taram-se em iniciativas anteriores para garantir que os nossos colaboradores estão bem posicionados para fazer face aos desafios colocados por um mer-cado em evolução. Incluíram formação intensiva para líderes emergentes aos vários níveis da nossa hierarquia de gestão, como parte integrante do nosso planeamento da sucessão. Foi ministrada formação localmente e no nosso Centro Global de Aprendizagem em Joanesburgo. Alguns dos nossos líderes emergentes também tiveram a oportunidade de ser colocados em bancos do Grupo noutros países, em comissões de serviço que variaram entre os 3 e os 24 meses. O nosso objectivo estratégico neste domínio é garantir que temos uma reserva alargada de talento local que está bem equipada para liderar a nossa organização nos anos vindouros. Esta estratégia já está a dar frutos, uma vez que duas das nossas posições ao nível da Comissão Executiva que ficaram vagas este ano foram preenchidas internamente. Também levou a um aumento da moral entre os nossos colaboradores, assim como ajudou a interiorizar dentro da empresa uma cultura guiada pela performance e cen-trada no cliente.

Este ano também lançámos uma grande iniciativa para desenvolver posições de liderança feminina na empresa. Embora representem quase metade dos

nossos colaboradores, a representação de mulheres em posições de lideran-ça continua a ser desproporcionadamente baixa. Em consequência, tomá-mos medidas deliberadas para activar mecanismos de viabilização que nos irão ajudar a prosseguir eficazmente este objectivo, o que inclui a criação de um percurso especial para desenvolver e apoiar o talento no feminino.

Os nossos esforços não passaram despercebidos. O banco recebeu vários prémios internacionais este ano, a reconhecer os serviços excepcionais pres-tados aos nossos clientes. Estes prémios incluem: Melhor Banco de Inves-timento em Moçambique, pelo sexto ano consecutivo; Operação Financeira Alavancada do Ano, atribuído pelo The Banker; Melhor Prestador de Serviços de Sub-Custódia em Moçambique, atribuído pela Global Finance; Operação de Infra-Estruturas do Ano, atribuído pelo African Banker Awards; e melhor Programa de Aceleradoras ou Incubadoras em Moçambique, atribuído pelo Southern Africa Start-up Awards.

No lado regulamentar, este ano verificou-se uma supervisão prudencial acrescida por parte do Banco de Moçambique. Esta situação foi essencial para fortalecer a confiança no nosso sector e responder às necessidades do mercado. Internamente, continuámos a investir recursos consideráveis para assegurar que temos um ambiente de riscos bem controlado em todo o ban-co. Os nossos esforços neste domínio incluíram um aumento da vigilância, para garantir ambientes seguros e em segurança aos nossos clientes e co-laboradores, e investir num aumento da consciencialização das ameaças de cibersegurança e de procedimentos de prevenção entre os nossos clientes e colaboradores. Para além de ministrar formação relevante aos nossos co-laboradores, também contratámos recursos especializados para reforçar a nossa equipa de cibersegurança.

### RESULTADOS

Em 2018, o banco alcançou mais um conjunto de resultados notáveis, apesar das difíceis condições operacionais. A nossa estratégia e esforços para aumen-tar a nossa base de clientes e para tornar os nossos serviços e produtos ban-cários mais acessíveis e eficientes em termos de custos fortaleceram a nossa posição como banco preferencial em Moçambique.

Com um valor de MZN5.598 milhões, os nossos resultados líquidos de im-postos (RLI) em 2018 mantiveram-se virtualmente inalterados face aos al-cançados em 2017, que foram de MZN5.595 milhões. Estes resultados reflec-tem o sucesso das nossas iniciativas destinadas a conseguir um crescimento sustentável do nosso balanço e a diversificar a nossa base de proveitos. Este ano, a nossa combinação de proveitos foi a mais equilibrada e diversificada de sempre. Esta situação aumenta a nossa resiliência e a nossa sustentabili-dade como banco.

Tanto a nossa carteira de crédito como a nossa carteira de depósitos de clientes registaram um crescimento significativo em termos reais. O total de proveitos também cresceu em termos anuais, impulsionado principalmen-te pelos outros proveitos, que registaram um forte crescimento. As nossas práticas prudentes de concessão de crédito, bem como esforços de recupe-ração concertados levaram a uma redução das nossas provisões para impa-ridade em termos anuais.

Em consonância com as nossas expectativas, os nossos custos operacio-nais subiram, em consequência de investimentos substanciais nos nossos colaboradores, sistemas e processos, para melhorar a capacidade operacio-nal e para preservar o cumprimento dos regulamentos existentes e futuros. Apesar disso, o nosso rácio de eficiência continuou a ser notável, de 43%, comparado com 41% em 2017. Por outro lado, a nossa rendibilidade dos ca-pitais próprios (ROE) desceu de 33,4% em 2017 para 26,2%, reflectindo o crescimento dos nossos capitais próprios, à medida que reinvestimos lucros na actividade, em linha com o nosso plano de longo prazo. Como parte desse plano, este ano aumentámos o nosso capital social através de uma emissão por incorporação de reservas.

### GESTÃO DO CAPITAL

A nossa estratégia continua a basear-se num forte compromisso de gerir efi-cientemente a nossa base de capital e garantir que os objectivos em termos de capital regulamentar são preservados. Tal implica conseguir um equilíbrio prudente entre apoiar o crescimento da actividade, manter a confiança dos nossos reguladores, depositantes e credores e dar rendibilidades competi-tivas aos nossos accionistas.

O nosso rácio de solvabilidade no final do ano era de 19,4% (2017: 20,4%), o que, comparado com o requisito mínimo regulamentar de 9%, indica que o banco está adequadamente capitalizado. A margem resultante deixa-nos com margem suficiente para aproveitar oportunidades que surjam no mer-cado, uma vez que nos esforçamos por ir de encontro às necessidades dos nossos clientes.

### GOVERNAÇÃO CORPORATIVA

Uma estrutura de governação corporativa sólida, eficaz e forte proporcionou-nos uma forte cultura de compliance.

Durante o ano, mantivemos um envolvimento regular com todas as nossas principais partes interessadas. Este envolvimento é crucial para as nossas operações. Nomeadamente, as nossas interacções com os reguladores des-tinam-se a fortalecer o nosso relacionamento e garantir que desenvolvemos a nossa actividade em linha com as suas recomendações e as melhores prá-ticas internacionais. Também continuámos a receber e beneficiar de um fir-me apoio por parte dos nossos accionistas.

Os nossos colaboradores não têm qualquer dúvida de que temos de garan-tir que continuamos a desenvolver a nossa actividade segundo elevados padrões de integridade e em consonância com os nossos valores. O nosso objectivo é construir e manter uma cultura de compliance em toda a organi-zação e garantir que os nossos colaboradores são mandatados para tomar decisões comerciais de acordo com sólidos princípios éticos.



AGRADECIMENTOS

Queremos expressar a nossa gratidão aos nossos clientes, pelo seu apoio e auxílio inabaláveis. Estamos também gratos aos nossos colaboradores pelo seu trabalho e dedicação incansáveis, que fizeram com que os nossos resultados excepcionais fossem alcançados. Os serviços cuidadosos e eficazes que prestaram aos nossos clientes em condições extremamente difíceis no nosso mercado são uma prova da sua força e resiliência.

Os nossos agradecimentos também vão para os nossos accionistas pelo seu apoio e orientação constantes durante o ano.

Os nossos colegas do Conselho de Administração deram-nos orientações cruciais em 2018. Damos muito valor aos seus sábios conselhos e conhecimentos e ao tempo que investiram para garantir que mantemos o nosso rumo estratégico de longo prazo.

Finalmente, agradecemos aos nossos reguladores pelas orientações que nos deram durante todo o ano.

ANÁLISE FINANCEIRA

RESUMO DOS RESULTADOS

O banco alcançou bons resultados em 2018 apesar da modesta actividade económica durante o ano, o que teve custos para o consumo e para as actividades de investimento. Com um valor de MZN5.598 milhões, os nossos resultados líquidos de impostos (RLI) em 2018 mantiveram-se praticamente inalterados face aos alcançados em 2017, que foram de MZN5.595 milhões. A queda na rentabilidade dos capitais próprios (ROE) de 34,7% em 2017 para 26,2% era esperada e reflectiu o nosso compromisso de investir lucros para potenciar o crescimento futuro.

Os resultados deste ano evidenciam a força e persistente resiliência da nossa actividade no meio de um ambiente operacional incerto e desafiador. Estes resultados foram alcançados através de esforços concertados para expandir a nossa base de clientes, diversificar as nossas fontes de receitas e realizar investimentos adequados para trazer os serviços bancários para mais perto dos nossos clientes, de uma forma segura, eficiente e cómoda.

Este ano marca o primeiro ano em que o banco apresenta demonstrações financeiras consolidadas, tendo incorporado a entidade de gestão do fundo de pensões. No entanto, o início da actividade está previsto só para 2019. Contudo, as actividades desta subsidiária ainda não estavam em pleno funcionamento ao fecho do ano.

- Este resumo abrange:
- uma análise da conjuntura operacional;
  - os principais factores que afectaram o desempenho em 2018;
  - uma análise do desempenho financeira e da posição financeira do banco;
  - uma análise do capital.

O quadro seguinte mostra os principais indicadores financeiros (PIFs) para 2018.

	Dez-18	% variação	Dez-17
Resultado por acção (MZN)	15,4	-29%	21,6
Valor líquido do activo por acção (MZN)	57,3	-15%	67,6
ROE (rendibilidade dos capitais próprios) (%)	26,2%	-8%	34,7%
ROA (rendibilidade do activo) (%)	5,7%	-1%	6,4%
Rácio de perdas de crédito (%)	0,7%	-1%	1,3%
Rácio de eficiência (%)	43,2%	2%	41,5%
Margem financeira	9,4%	-1%	10,7%
Proveitos por empregado (MZN'000)	11.240	1%	11.174
Taxa de transformação	40,4%	5%	35,2%
ATMs	223	23%	181
Empregados	1.191	2%	1.178

CONJUNTURA OPERACIONAL

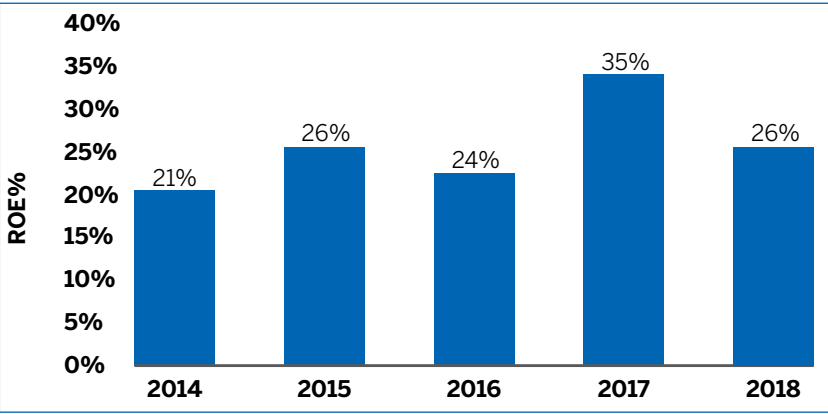
A conjuntura operacional em 2018 apresentou uma dicotomia, em que, por um lado, teve um enquadramento macroeconómico mais estável e, por outro, cronicamente, baixos índices de confiança das empresas e dos consumidores. A incerteza criada por esta situação prejudicou o consumo e o investimento, resultando numa actividade económica pouco dinâmica. Por outro lado, moderou o crescimento económico em 2018, que o Banco Mundial estima em 3,3%, comparado com 3,7% em 2017.

A continuação da suspensão do programa do FMI na pendência de uma resolução satisfatória da dívida oculta, constitui o pano de fundo para a actual crise de confiança na economia. Sem fim à vista, o investimento directo estrangeiro (IDE) fora do sector do petróleo e do gás caiu significativamente. Uma base de exportações estreita, liderada pelo carvão, alumínio e tabaco, expôs as vulnerabilidades existentes na economia local a factores globais, que, em 2018, pressionaram os preços e deprimiram a procura nos sectores das matérias-primas e dos metais. Esta situação levou a posição da Balança de Pagamentos a piorar, de uma cobertura de 6 meses de importações em 2017 para 4 meses em 2018 (excluindo os mega projectos). Apesar disso, a taxa de câmbio MZM/USD flutuou dentro de um intervalo estreito, tendo fechado o ano em MZN61,47 comparado com MZN59,02 no final de 2017.

Por outro lado, as condições climáticas favoráveis este ano fizeram crescer significativamente a produção agrícola, o que teve um impacto positivo na segurança alimentar e nos preços, levando a uma redução das importações de bens alimentares. No entanto, a retoma de outras importações de bens de consumo ameaçou pressionar ainda mais a posição da Balança de Pagamentos e, por sua vez, a taxa de câmbio, o que justificou uma ligeira tendência de desvalorização no final do ano. No entanto, foi parcialmente contida por um rand sul-africano, que se desvalorizou 10,6% face ao metical, em termos anuais. Além disso, como componente significativa do cabaz de importações,

um rand mais fraco face ao metical ajudou a conter a inflação importada, o que levou a inflação global a cair de 5,7% no final de 2017 para 3,5% em 2018. Encorajado por perspectivas melhores quanto à inflação, o Banco de Moçambique baixou a sua taxa de juro de política monetária por um total de 525 pontos base em 2018.

ROE - RENDIBILIDADE DOS CAPITALS PRÓPRIOS



Nestes tempos de incerteza, o banco continua a manter-se vigilante para se antecipar e se reposicionar para enfrentar os desafios causados pelas difíceis condições operacionais. Os resultados alcançados este ano evidenciam o nosso sucesso e a contínua resiliência do banco.

PRINCIPAIS FACTORES QUE AFECTARAM A PERFORMANCE EM 2018

A nossa performance em 2018 foi em grande medida influenciada pelos seguintes factores:

A NOSSA BASE DE CLIENTES ESTÁ A FICAR MAIS FORTE

A nossa vantagem comparativa deriva da atenção e do foco que proporcionamos quando servimos os nossos clientes. Procuramos antecipar os desafios e as necessidades que os nossos clientes enfrentam e fazer tudo o que podemos para lhes proporcionarmos soluções eficazes. A nossa abordagem de ecossistema assegura que tratamos as necessidades dos nossos clientes na sua totalidade, o que, quanto aos nossos clientes empresariais, se estende aos seus colaboradores. Ao apoiarmo-nos na nossa forte rede em África e internacionalmente, através do banco que nos detém, ofereceremos soluções eficazes que poupam tempo e dinheiro aos nossos clientes. Estas facilidades são apreciadas pelos nossos clientes e reforçam a sua fidelidade ao banco.

NOVOS CLIENTES

Recorrendo a tecnologias inovadoras, conseguimos chegar aos nossos segmentos alvo de clientes em todo o país, o que nos ajudou a conseguir que a nossa base de clientes crescesse. Também nos ajudou a obter informações detalhadas sobre as questões a que os nossos clientes dão mais valor, o que é crítico para responder às suas necessidades.

BASE DE RECEITAS

Trabalhamos já há muitos anos para diversificar a nossa base de receitas. Este ano, conseguimos a base de receitas mais equilibrada de sempre, entre proveitos de juros e outros proveitos, o que evidencia a resiliência e a sustentabilidade do banco.

INOVAÇÃO

Dado que as necessidades dos nossos clientes evoluem, aumentámos a sofisticação dos nossos processos e sistemas, para podermos manter-nos um passo à frente das exigências do mercado. Estes investimentos aumentaram a nossa capacidade de oferecer aos nossos clientes um acesso às nossas plataformas bancárias de forma cómoda, segura e eficiente em termos de custo.

A rápida taxa de penetração dos nossos produtos de banca electrónica demonstra claramente a preferência dos nossos clientes por banca self-service e o seu desejo de realizar operações bancárias onde e quando lhes é mais conveniente.

Estas inovações também nos permitiram potenciar a inclusão financeira, ao servir segmentos na banda inferior do espectro, aos quais não conseguíamos chegar anteriormente de uma forma eficiente em termos de custo.

ANÁLISE DO BALANÇO

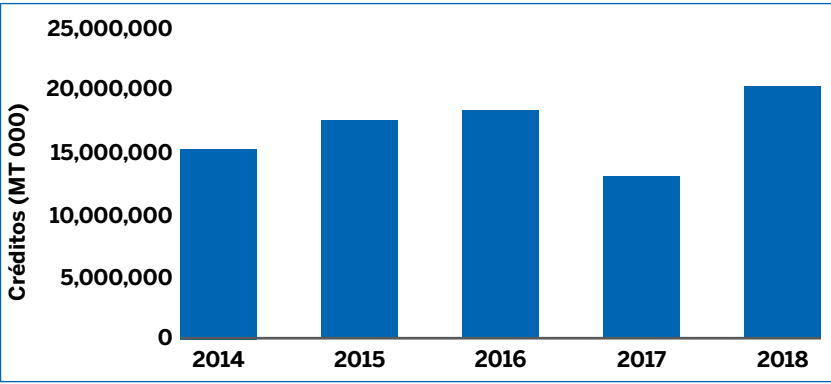
	Dez-18	Dez-17
Crescimento do total de activos bancários	13,3%	9,8%
Crescimento dos activos remunerados	17,4%	1,4%
Crescimento do crédito sobre clientes	-28,5%	-25,3%
Crescimento dos depósitos	12,5%	6,7%
Taxa de transformação	40,4%	35,2%
Activos remunerados/total do activo	78,2%	74,9%

A nossa estratégia para crescer o nosso balanço manteve-se inalterada este ano. Procurámos prosseguir cuidadosamente oportunidades de negócio alinhadas de perto com as nossas prioridades e segmentos alvo. Apesar do abrandamento da economia, fomos bem sucedidos na identificação dessas oportunidades, o que levou a crescimento significativo tanto da nossa carteira de crédito como da de depósitos de clientes. Um crescimento mais rápido da carteira de crédito levou a nossa taxa de transformação a subir de 35,2% para 40,4%.

As difíceis condições económicas subjacentes obrigaram a uma vigilância contínua da contratação de novos empréstimos e a agir atempadamente para gerir as exposições que davam sinais de dificuldades. Também foram desenvolvidos esforços concertados para renegociar ou recuperar crédito que entrou em incumprimento. Esta abordagem proactiva resultou numa redução do crédito malparado de MZN1.162 milhões em 2017 para MZN465

milhões em 2018. A maior parte deste crédito malparado está garantido por activos e integralmente caucionado. Não nos pouparemos em esforços para garantir que o crédito malparado seja recuperado ou renegociado.

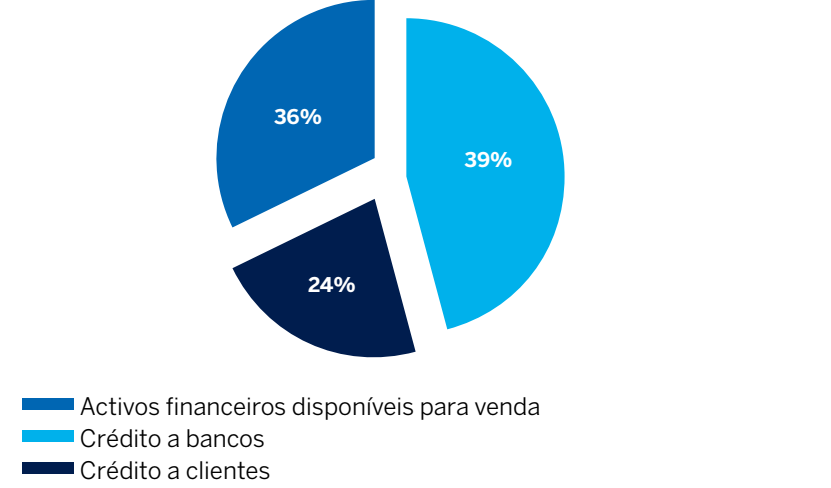
CRÉDITO A CLIENTES



No contexto da actual situação económica, o crescimento de 28,5% da nossa carteira de crédito foi excepcional. Este crescimento teve uma base alargada nas nossas divisões de Banca de Particulares e Negócio (BPN) e de Banca de Grandes Empresas e de Investimento (BGEI). Embora o ritmo no segmento de BPN fosse notável, resultante principalmente da concessão de crédito a pequenas e médias empresas (PME), foi a BGEI que deu o maior contributo para o crescimento, sustentada em novas operações no sector de manufacturação.

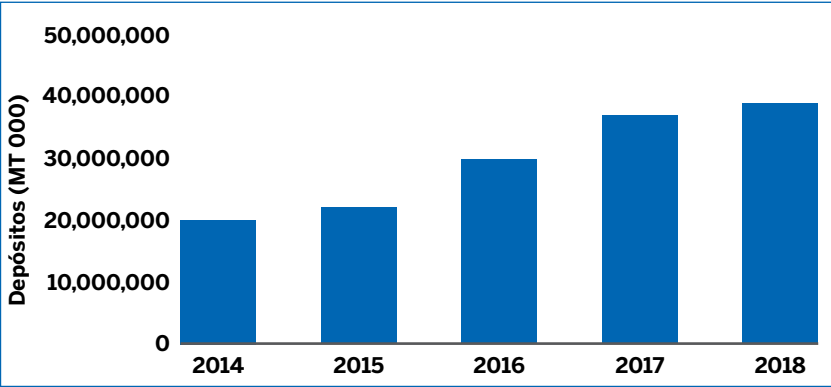
A análise da carteira subjacente indica que o crescimento do total do crédito resultou essencialmente do crédito em moeda nacional. A regulamentação do Banco de Moçambique actualmente restringe a concessão de crédito em moeda estrangeira exclusivamente aos exportadores. Em consequência, essa parte da nossa carteira registou um declínio gradual ao longo do tempo, embora o segmento das PME registasse uma forte retoma, na sequência de esforços desenvolvidos pelo banco direccionados à identificação e angariação de exportadores.

O total do activo subiu 13,3% para MZN, 99.038 milhões comparado com MZN 87.428 milhões em 2017. Este crescimento resultou em grande medida do crescimento do crédito. Em proporção do total do activo, os activos remunerados subiram de 75% em 2017 para 77%, também em consequência do crescimento do crédito.



O nosso balanço continua ser muito líquido, o que nos dá flexibilidade para responder a oportunidades no mercado e alavancar ainda mais o nosso balanço, na medida que considerarmos apropriado. Esta liquidez é essencialmente composta por bilhetes do tesouro, obrigações e aplicações junto de outros bancos. No total, estes activos continuam a representar mais de 50% do nosso balanço.

DEPÓSITOS



Em 2018, o total de depósitos de clientes cresceu 12,5% essencialmente em consequência dos nossos esforços. Estes esforços fazem parte de uma estratégia integrada para atrair novos clientes e aumentar a nossa quota-parte nos ecossistemas de clientes existentes. O crescimento nos nossos canais electrónicos também desempenhou um papel crucial, uma vez que mais clientes corporativos aderiram à nossa plataforma de pagamentos de retalho.

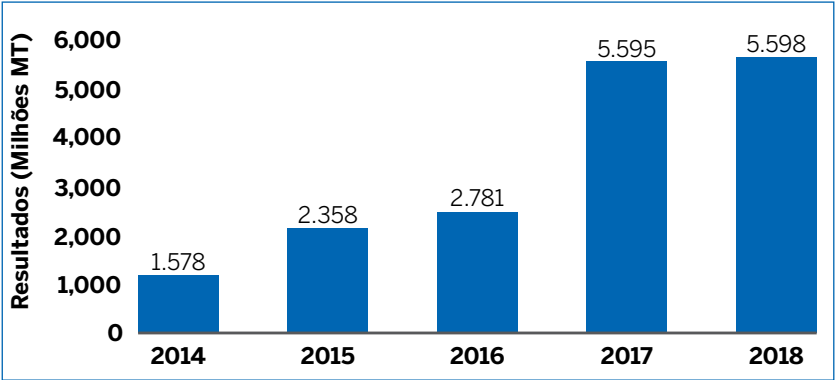
ANÁLISE DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

	Dez-18	% variação	Dez-17
Margem financeira	9.249	-1%	9.359
Outros proveitos	4.138	11%	3.737
Total de proveitos	13.387	2%	13.096
Provisões para imparidade do crédito	213	-28%	295
Custos operacionais	5.788	7%	5.430



O abrandamento verificado este ano na margem financeira teve um impacto negativo no total de proveitos, comparado com 2017. O forte crescimento dos outros proveitos veio contrabalançar esta situação, resultando assim num total de proveitos marginalmente superior, em termos anuais. Do lado dos custos, um ligeiro aumento dos custos operacionais e uma redução das provisões para imparidade ajudaram a manter os resultados líquidos inalterados, comparado com 2017.

RLI - RESULTADO LÍQUIDO DE IMPOSTOS



MARGEM FINANCEIRA

A nossa margem financeira esteve sob pressão este ano devido à prevalência de uma conjuntura de taxas de juro baixas. Os sucessivos cortes na taxa de juro de política monetária pelo Banco de Moçambique, que ascenderam a um total de 525 pontos base, levaram a nossa margem financeira a cair de 10,7% em 2017 para 9,4%. Um aumento do custo de liquidez em moeda estrangeira veio acrescer a essa pressão, da mesma forma que o impacto do crescimento de 21.2% dos depósitos a prazo em moeda local. No entanto, o crescimento dos activos remunerados moderou o impacto de ambos os factores, preservando assim a margem financeira, marginalmente inferior comparada com 2017.

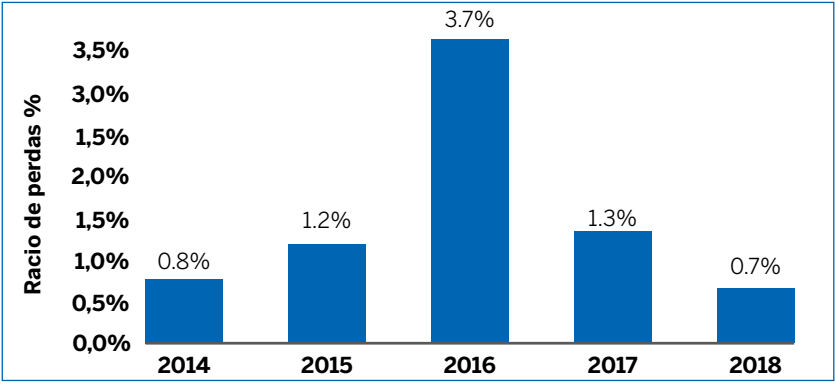
OUTROS PROVEITOS

Não obstante a actual queda da actividade económica, bem como a nova regulamentação do Banco de Moçambique, a restringir as comissões que podem ser cobradas sobre as operações de banca electrónica e a abolir a conversão obrigatória de receitas de exportações, os outros proveitos cresceram 11% em termos anuais, tendo beneficiado do crescimento do volume de operações. As operações do retalho lideraram este crescimento, em grande medida em consequência de uma maior utilização das plataformas de banca electrónica e do crescimento da base de clientes.

PROVISÕES PARA IMPARIDADE DO CRÉDITO

As provisões para imparidade caíram de MZN295 milhões em 2017 para MZN213 milhões em 2018, a reflectir as medidas prudentes tomadas para gerir a nossa carteira de crédito. Em consequência dessas medidas, o crédito malparado caiu de MZN1.162 milhões em 2017 para MZN465 milhões em 2018, o que levou o nosso rácio de perdas de crédito a descer de 1,3% para 0,7%.

RÁCIO DE PERDAS DO CRÉDITO



2018 foi o nosso primeiro ano de adopção da NIRF 9: Instrumentos Financeiros. Esta norma revoluciona a contabilização de activos financeiros, garantias financeiras, compromissos de concessão de crédito e valores a receber de locações de um “modelo de perdas incorridas” para um “modelo de perdas esperadas”. A adopção desta norma pelo banco não resultou em provisões para imparidade significativas, o que evidencia a qualidade dos activos da nossa carteira que são afectados por esta norma

CUSTOS OPERACIONAIS

Os custos operacionais em 2018 foram consentâneos com as nossas expectativas. O contínuo investimento nos nossos colaboradores, sistemas e processos, como parte integrante dos nossos esforços voluntariosos para nos mantermos um passo à frente das necessidades dos nossos clientes e assegurar que temos capacidade suficiente para os servirmos eficazmente, fizeram os nossos custos operacionais subir 7% em termos anuais, de MZN5.430 milhões em 2017 para MZN5.788 milhões em 2018.

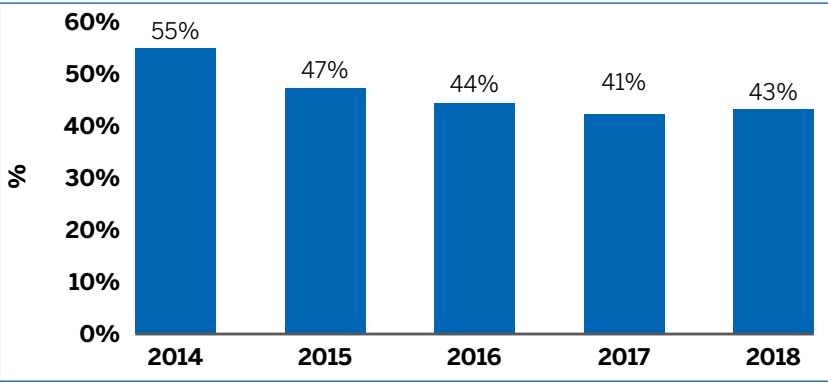
Entre as iniciativas com impacto nos nossos custos operacionais este ano, tomámos medidas proactivas para tratar ameaças de cibersegurança, que são uma ocorrência diária no nosso sector. Por conseguinte, dedicámos recursos significativos para organizar as nossas estruturas e sistemas da forma a melhorar proteger o banco, os seus clientes e os seus colaboradores de estas ameaças e para complementar esses esforços com ferramentas de ponta. Também lançámos uma grande campanha de consciencialização entre os nossos colaboradores e clientes, para os sensibilizar para os riscos cibernéticos, a forma de detectar e comunicar actividades suspeitas e, acima de tudo, sobre como tomar medidas de prevenção.

Os nossos colaboradores continuam no centro da nossa base de recursos e a representar a maior componente dos nossos custos operacionais. Por conseguinte, estamos determinados a atrair e manter o talento que recrutamos e a criar as condições certas para que desenvolva e ponha em prática melhores esforços para servir os nossos clientes. Neste domínio, as nossas despesas

este ano incluíram custos acrescidos com a formação e desenvolvimento do pessoal, tanto localmente como internacionalmente.

Finalmente, a reflectir a nossa prioridade de conseguirmos eficiências nos custos, os nossos colaboradores continuaram a procurar formas criativas de conseguir mais eficiências nos processos do banco que estejam abrangidos por este campo. Esta “abordagem de baixo para cima” revelou-se muito eficaz para conseguir melhorias nos processos, tendo resultado em eficiências nos custos em todo o banco. Combinado com o crescimento dos nossos proveitos, estes esforços ajudaram a manter baixo o nosso rácio de eficiência, em 43%, embora marginalmente mais elevado do que os 41% registados em 2017.

RÁCIO DE EFICIÊNCIA %



PRINCIPAIS INDICADORES PRUDENCIAIS E ECONÓMICO FINANCEIROS (REGULAMENTARES)

Nos termos do Aviso n.º 16/2017, do Banco de Moçambique, o banco publica, trimestralmente, no seu website, os seus principais indicadores Prudenciais e Económicos Financeiros (IPs), sendo que para o ano de 2018, foram resumidos na tabela abaixo:

Descrição	Indicador
<strong>Capital</strong>	
Rácio de Alavancagem	14.36%
Rácio de Solvabilidade	19.44%
Tier 1 Capital	17.97%
<strong>Qualidade de Activos</strong>	
Rácio de Crédito Vencido Até 90 dias	3.12%
Rácio de Crédito em Incumprimento (NPL)	1.85%
Rácio de Cobertura do NPL	82.05%
Gestão	
Custo de Estrutura	43.01%
Custo de Funcionamento	39.62%
Rácio de Eficiência	61508771.45
<strong>Resultados</strong>	
Rácio da Margem Financeira	12.62%
Rendibilidade do Activo (ROA)	6.00%
Rendibilidade dos Capitais Próprios (ROE)	43.44%
<strong>Liquidez</strong>	
Rácio de Activos Líquidos	66.40%
Rácio de Transformação	40.37%
Rácio de Cobertura de Liquidez de Curto Prazo	92.87%

POSIÇÃO DE CAPITAL

A Comissão de Auditoria do Conselho de Administração (CAC) do banco assegura a supervisão da nossa função de gestão do capital, em representação do Conselho de Administração do banco. Esta supervisão destina-se a assegurar que o banco cumpre os requisitos regulamentares e, simultaneamente, garantir que o nosso plano de capital é executado e que a apetência pelo risco e os rácios programados são atingidos.

Este ano, o banco continuou a desenvolver esforços para manter um equilíbrio prudente entre rácios de capital que suportem devidamente o crescimento da actividade e a confiança dos depositantes e oferecer um retorno competitivo aos nossos accionistas.

	Dez-18	Dez-17
Rácio de fundos próprios de base (Tier I)	17,97%	18,85%
Rácio de fundos próprios regulamentares (Tier II)	1,47%	1,56%
Rácio Total	19,44%	20,41%

O capital mínimo exigido pelo Banco de Moçambique é 9%.

O banco manteve a sua forte posição de capital durante todo o ano, tendo ultrapassado todos os seus objectivos em termos de rácios. Com um nível de 19,44% (2017: 20,41%), o nosso rácio de solvabilidade é consentâneo com as nossas expectativas. Situa-se significativamente acima do requisito mínimo regulamentar de 9% do Banco de Moçambique.

\*555#

QuiQ

Mais rápido, seguro e prático

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE DOS ADMINISTRADORES

Os Administradores são responsáveis pela preparação e apresentação adequada das Demonstrações Financeiras anuais consolidadas e individuais do Standard Bank, S.A. que compreendem o Balanço consolidado e individual em 31 de Dezembro de 2018 e as demonstrações dos resultados, do rendimento integral, das alterações dos capitais próprios e dos fluxos de caixa consolidadas e individuais do exercício findo naquela data, assim como as notas às demonstrações financeiras, as quais incluem um resumo das principais políticas contabilísticas e outras notas explicativas, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro.

Os Administradores são igualmente responsáveis pelo sistema de controlo interno relevante para a preparação e apresentação de demonstrações financeiras livres de distorções materiais, devidas quer a fraude, quer a erro, e à manutenção de registos contabilísticos adequados e de um sistema de gestão de risco eficiente e eficaz.

Os Administradores procederam a uma avaliação para determinar se o Banco e o Grupo tem capacidade para continuar a operar com a devida observância do princípio da continuidade, e não têm motivos para questionar a adopção deste pressuposto.

Compete aos auditores externos elaborar o relatório de auditoria sobre as Demonstrações Financeiras consolidadas e individuais.

APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Demonstrações Financeiras consolidadas e individuais do Standard Bank, SA, conforme mencionado no primeiro parágrafo, foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 21 de Fevereiro 2019 e encontram-se assinadas em seu nome pelos seguintes representantes:

Tomáz Augusto Salomão

Presidente do Conselho de Administração

Gomezgani Neba

Director Financeiro

Relatório do auditor independente

Aos accionistas do Standard Bank, S.A.

**A nossa opinião**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas e individuais apresentam de forma apropriada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira consolidada e individual do Standard Bank, S.A. (o Banco) e da subsidiária (conjuntamente, o Grupo) em 31 de Dezembro de 2018 e o seu desempenho financeiro consolidado e individual e os seus fluxos de caixa consolidados e individuais no ano então findo em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro.

**O que auditámos**

As demonstrações financeiras consolidadas e individuais do Standard Bank, S.A., apresentadas nas páginas 10 a 18, que compreendem:

- o balanço consolidado e individual em 31 de Dezembro de 2018;
- a demonstração consolidada e individual dos resultados para o exercício então findo;
- a demonstração consolidada e individual do rendimento integral para o exercício então findo;
- a demonstração consolidada e individual das alterações nos capitais próprios para o exercício então findo;
- a demonstração consolidada e individual dos fluxos de caixa para o exercício então findo;
- as notas às demonstrações financeiras consolidadas e individuais que incluem um sumário das políticas contabilísticas significativas.

**Base para a opinião**

Exercitámos a nossa auditoria de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs). As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas neste relatório na secção *Responsabilidade do auditor pelo auditoria das demonstrações financeiras consolidadas e individuais*. Entendemos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para propiciar uma base para a nossa opinião.

**Independência**

Somos independentes do Grupo de acordo com os requisitos éticos aplicáveis à execução de auditorias de demonstrações financeiras em Moçambique e com o Código de Ética do International Ethics Standards Board for Accountants (IESBA). Cumprimos com as restantes responsabilidades éticas de harmonia com os outros requisitos éticos aplicáveis à execução de auditorias em Moçambique e com o Código de Ética do IESBA.

PrionterhouseCoopers, Lda – Edifício Millennium Park, Avenida Vladimir Lenin, nº 176, 4.º andar, Caixa Postal 266, Maputo, Moçambique

T: (+258) 21 320400, F: (+258) 21 307620/300990, E: [mgp@net.pwc.com](mailto:mgp@net.pwc.com)

[www.pwc.com](http://www.pwc.com)

PrionterhouseCoopers Lda

Número de matrícula: 11875, NIFP: 400300010, Capital Social: 50 000,00 MZN

A nossa abordagem de auditoria

**Visão geral**

**Materialidade global do Grupo**

- Materialidade global do Grupo: MT 358.500.000 que representam 5% do resultado antes de impostos directos.

**Âmbito da auditoria ao Grupo**

- O Grupo é constituído por duas entidades. Efectuámos uma auditoria completa ao Banco e procedimentos de revisão analítica à subsidiária.

**Matéria relevante de auditoria**

- Imparidade dos instrumentos financeiros.

Enquanto parte do planeamento da nossa auditoria, determinámos a materialidade, avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas e individuais e consideramos, em particular, onde é que a Administração efectua julgamentos subjectivos; por exemplo, nas estimativas contabilísticas significativas que envolvem pressupostos e eventos factos inerentemente incertos. Tal como em todas as nossas auditorias, entendemos o risco da sobreposição aos controlos por parte da Administração, incluindo, entre outros assuntos, a evidência de tendências que indiquem risco de distorção relevante devido a fraude.

**Materialidade**

O âmbito da nossa auditoria foi influenciado pela aplicação da nossa materialidade. Uma auditoria é planeada para obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras estão livres de distorção material. As distorções podem ser originadas por fraude ou erro e são consideradas materiais, individual ou agregadamente, se for razoavelmente expectável que influenciem as decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Com base no nosso julgamento profissional, estabelecemos níveis quantitativos para a materialidade, incluindo a materialidade do Grupo para as demonstrações financeiras consolidadas como um todo, conforme apresentado no quadro abaixo. Estes níveis quantitativos, juntamente com considerações qualitativas, auxiliaram-nos a determinar o âmbito da nossa auditoria, e a natureza, oportunidade e extensão dos nossos procedimentos de auditoria, e a avaliar o efeito das distorções, em termos individuais e agregados, nas demonstrações financeiras como um todo.

**Materialidade Global**

Chama à atenção:

Flutuável para o indicador de materialidade:

aproximado

MT 358.500.000.

5% do resultado antes de impostos directos.

Óptimo pelo resultado antes de impostos directos como indicador da materialidade porque a nossa apreciação é o indicador de desempenho do Grupo mais comumente usado pelos utilizadores e também um indicador geralmente aceite. Executámos uma percentagem de cinco por cento porque é consistente com os indicadores quantitativos de materialidade utilizados para empresas orientadas para o lucro neste sector.





### Como planeamos o âmbito da nossa auditoria ao Grupo

Planeamos o âmbito da nossa auditoria de forma a realizar trabalho suficiente que nos proporcione uma base para a nossa opinião as demonstrações financeiras consolidadas como um todo, tendo em conta a estrutura do Grupo, os procedimentos contabilísticos e controlos e a indústria em que o Grupo se insere.

Concluímos a nossa auditoria tendo por base a relevância das operações do Banco, que representa 100% do resultado antes de impostos directos consolidados. Para a entidade residual denominada Standard Bank - Sociedade Gestora do Fundo de Pensões, S.A., por ter sido considerada irrelevante, foram executados procedimentos de revisão analítica pela equipa de auditoria ao Grupo. O trabalho executado ao nível do Banco, como entidade individual, conjugado com os procedimentos adicionais executados ao nível do Grupo, proporcionaram a existência de auditoria suficiente para expressarmos a nossa opinião sobre demonstrações financeiras consolidadas do Grupo como um todo.

### Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as matérias que, no nosso julgamento profissional, tiveram mais importância na nossa auditoria das demonstrações financeiras consolidadas e individuais deste uso. Estas matérias foram consideradas no contexto da nossa auditoria das demonstrações financeiras consolidadas e individuais como um todo, e na formação da respectiva opinião, e não emitiámos uma opinião isolada sobre estas matérias.

Matéria relevante de auditoria	Resposta de auditoria à matéria relevante de auditoria
<b>Imparidade dos instrumentos financeiros</b> <i>(repetimos aqui as notas "Caso de estimativas e ajustamentos" na página 17, "Activos e passivos financeiros" na página 26, "Risco de crédito" na página 30 e "Empreitimos e ajustamentos" na página 40)</i>	A nossa abordagem de auditoria em relação à imparidade dos instrumentos financeiros foi a seguinte:  Avaliamos as políticas contabilísticas relativas à imparidade dos instrumentos financeiros e contabilísticas que estão de acordo com os requisitos da NIFP 9.  Obtivemos um entendimento dos activos financeiros, empreitimos e ajustamentos a bancos e clientes e exposições extrapatrimoniais e testámos os controlos relevantes com estes relacionados, que incluem: <ul style="list-style-type: none"><li>o processo de aprovação de empreitimos e ajustamentos;</li><li>a monitorização do crédito, incluindo a ferramenta interna de avaliação do crédito e a lista de clientes em observação;</li><li>o processo de aquisição de Obrigações do Tesouro e Bilhetes do Tesouro (activos financeiros); e</li><li>o cálculo das PCE.</li></ul>

3

A NIFP 9 requer o reconhecimento de perdas de crédito esperadas (PCE) em todos os activos, exposições extrapatrimoniais e activos financeiros, efectivos ou seguintes procedimentos (as PCE para as exposições extrapatrimoniais e para os activos financeiros estão incluídas no modelo da BGEI).

No que respeita aos empreitimos e ajustamentos a bancos e clientes, exposições extrapatrimoniais e activos financeiros, efectuamos os seguintes procedimentos (as PCE para as exposições extrapatrimoniais e para os activos financeiros estão incluídas no modelo da BGEI):

**Monitorização no Estágio 1 e Estágio 2**

Tanto para as exposições na BGEI como para as exposições na RPN, utilizámos a nossa aptidão de avaliação para aferir a adequação dos modelos utilizados pelo Banco, incluindo a conformidade com a NIFP 9. Não notámos inconsistências.

Testámos os dados introduzidos nos modelos através da realização dos seguintes procedimentos:

- para as exposições na RPN, aferimos se o sistema está a calcular correctamente o número de dias em incumprimento dado que constitui o principal factor na identificação do estágio do crédito. Não identificámos excepções;
- para as exposições na BGEI, tendo como base uma amostra, avaliamos a razoabilidade do julgamento da gestão na determinação da classe de risco atribuída, através da discussão com a gestão dos relacionamentos de classificação de crédito, para assim entendermos os pressupostos usados, e mediante a confrontação dos dados introduzidos com a informação financeira e outra informação pública disponível;
- para as exposições na BGEI, comparámos o grau de risco utilizado nos modelos com o risco na carteira de crédito testada e não notámos diferenças expressivas;
- para as exposições na RPN, testámos as transferências entre o Estágio 1 e o Estágio 2 tendo por base a lista de clientes em observação. Considerámos que as transferências foram consistentes aos clientes que constavam na lista de clientes em observação;

4

BGEI

À data de relato, é avaliado o ASRC de todas as exposições na BGEI, mediante a comparação do grau de risco de crédito na data de relato com o grau do risco na data de origem do crédito.

**Expectativas da informação prospectiva**

Nas exposições da RPN, as expectativas de informação prospectiva aplicadas na determinação das PCE incluem as variáveis macroeconómicas do país em que o Banco opera e os ajustamentos são efectuados usando modelos que correlacionam estes parâmetros com as variáveis macroeconómicas.

Nas exposições da BGEI, as perspectivas macroeconómicas são incorporadas na atribuição da classe de risco do cliente e incluem considerações económicas futuras específicas para cada cliente a nível individual.

Para os activos financeiros, a previsão para imparidade foi calculada por exposição, tendo em conta o menor entre o período de 12 meses e o período remanescente até à maturidade da exposição.

**Base de monitorização das PCE**

As PCE são monitorizadas através da utilização de um modelo de 3 estágios, que determina a forma como é memorizada a previsão para as PCE e como é calculado o rendimento de juro efectivo no instrumento financeiro, do seguinte modo:

- Estágio 1, relativo aos instrumentos financeiros sem imparidade de crédito, quer na origem quer quando ocorre um ASRC;
- Estágio 2, relativo a uma previsão para as PCE, do início à maturidade, calculada para instrumentos financeiros que são avaliados por exibir uma ASRC desde a data de origem; e
- Estágio 3, relativo a uma previsão para as PCE, do início à maturidade, para instrumentos financeiros que foram avaliados como tendo imparidade de crédito.

- para ambas as exposições na RPN e na BGEI, tendo por base uma amostra, comparámos o valor do colateral utilizado nos modelos com o suporte documental. Notámos que o valor do colateral é consistente com o suporte documental;
- para ambas as exposições na RPN e BGEI, reconciliámos os dados usados nos modelos, tais como as exposições em incumprimento, o tipo de produto (empreitimo hipotecário, descobertos, empreitimos a termo, etc.) e a taxa de juro efectiva, com a informação da carteira de crédito. Notámos que a informação utilizada nos modelos é consistente com a informação que está na carteira de crédito;
- para as exposições na RPN, avaliamos o julgamento da gestão para determinar a perda anual decorrente de incumprimento (percentagem do saldo em incumprimento cuja recuperação não é expectável) e notámos que é razoável e está suportada por uma aprovação pelo Comité de Risco de Crédito; e
- para as exposições na RPN, avaliamos a razoabilidade dos principais elementos de julgamento usados nos modelos, incluindo a inspeção dos cenários económicos aplicados e da informação prospectiva. Considerámos que os cenários económicos aplicados e a informação prospectiva estão em linha com o nosso entendimento do cenário macroeconómico em Moçambique.

**Monitorização no Estágio 3**

Para as exposições na RPN, numa amostra de empreitimos os dados introduzidos nos modelos e confrontámos uma amostra dos dados introduzidos nos fluxos de caixa com a documentação de suporte. Notámos que os dados introduzidos nos fluxos de caixa são consistentes com o suporte documental.

5

A imparidade dos instrumentos financeiros foi considerada como sendo da maior significância para a auditoria do ano corrente devido aos seguintes aspectos:

- Primeira adopção da NIFP 9 pelo Banco;
- Gravidade do julgamento aplicado pela gestão ao determinar os graus de comprometimento e ao estabelecer os níveis quantitativos do ASRC para os instrumentos financeiros;
- Gravidade do julgamento aplicado pela gestão na classificação das exposições entre Estágio 1 e Estágio 2; e
- O grau de julgamento aplicado pela gestão ao determinar as PCE.

**Outra informação**

A Administração é responsável pela outra informação. A outra informação abrange a informação incluída no Relatório e Contas 2018. A outra informação não inclui as demonstrações financeiras consolidadas e individuais nem o nosso relatório de auditoria sobre as demonstrações financeiras.

A nossa opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas e individuais não inclui a outra informação e não expressamos uma opinião de auditoria ou outra forma de segurança sobre a mesma.

A nossa responsabilidade em conexão com a nossa auditoria às demonstrações financeiras consolidadas e individuais consiste na leitura da outra informação acima identificada e ao fazê-lo consideramos se a outra informação é materialmente inconsistente com as demonstrações financeiras consolidadas e individuais, ou com o entendimento que obtivemos na auditoria, ou se aparenta estar materialmente distorcida.

Se, com base no trabalho que efectuámos, concluirmos que existe uma distorção material na outra informação e não exigido que reportemos tal facto. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidade da Administração pelas demonstrações financeiras consolidadas e individuais**

A Administração é responsável pela preparação e apresentação apropriada das demonstrações financeiras consolidadas e individuais de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro e pelo controlo interno que a Administração determinar ser necessário para possibilitar a preparação de demonstrações financeiras consolidadas e individuais que estejam isentas de distorção material devida a fraude ou erro.

Quando prepara as demonstrações financeiras consolidadas e individuais, a Administração é responsável por avaliar a capacidade do Grupo e do Banco em prometer em continuidade, divulgação, conforme aplicável, os assuntos relativos à continuidade, e por usar o pressuposto da continuidade a não ser que a Administração tenha tido conhecimento do Grupo e/ou do Banco, em cessar as operações, ou tal outra alternativa realista sendo factível.

6

**Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas e individuais**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas e individuais como um todo estão isentas de distorção material, devida a fraude ou erro, e emitir um relatório de auditoria em conformidade com o nosso objectivo. Segurança razoável é um nível elevado de fiabilidade mas não é uma garantia de que uma auditoria conduzida em conformidade com as IIAIs detecta sempre uma distorção material quando existe. As distorções podem ser originadas por fraude ou erro e são consideradas materiais se, em termos individuais ou agregados, for razoavelmente expectável que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras consolidadas e individuais.

Como parte da nossa auditoria de acordo com as IIAIs, fazemos julgamentos profissionais, mantemos ceticismo profissional e também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas e individuais, devida a fraude ou a erro, conhecemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detectar uma distorção material provocada de fraude é maior do que aquele que provém de erro, dado que a fraude pode envolver colusão, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou subversão ao controlo interno;
- Obtivemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objectivo de conhecer procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo e do Banco;
- Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas adoptadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso do pressuposto da continuidade da Administração e, com base na prova de auditoria obtida, se existe uma incerteza material relacionada com eventos ou condições que possam afectar uma decisão significativa sobre a capacidade do Grupo e do Banco continuarem as suas operações. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas e individuais ou modificar a nossa opinião se tais divulgações forem inadequadas. As nossas conclusões baseiam-se na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório de auditoria, porém, futuros eventos ou condições podem causar que o Grupo e/ou o Banco descontinuem as operações;
- Avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas e individuais, incluindo as divulgações, e se estas demonstrações financeiras e individuais reproduzem as transações e eventos subjacentes de modo a atingir uma apresentação apropriada;
- Obtivemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou actividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião nas demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e controlo da auditoria ao Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria.

7

Comunicamos à Administração, entre outros assuntos, o plano do âmbito e calendário da auditoria, as constatações relevantes da auditoria, incluindo quaisquer deficiências significativas no controlo interno por nós identificadas durante a nossa auditoria.

Declaramos à Administração que cumpriremos com os requisitos éticos relevantes de independência e comunicamos todos os relacionamentos e outros assuntos que possam ser percebidos como ameaças a nossa independência incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Entre as matérias comunicadas à Administração, determinámos as que tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas e individuais do período corrente e consideramos-as matérias relevantes de auditoria. Relatamos essas matérias no nosso relatório de auditoria a menos que a lei ou regulamentos proíbam a sua divulgação pública ou quando, em circunstâncias raras, concluirmos que um assunto não deve ser divulgado no nosso relatório porque é razoavelmente expectável que as consequências advindas de o fazer superem os benefícios de interesse público de tal comunicação.

PricewaterhouseCoopers, Lda.  
Sociedade de Auditores Certificada 12/CA/OCAM/2014, representada por:

*João Xavier*  
Auditor Certificado 10/CA/OCAM/2012  
Maputo, 25 de Fevereiro de 2019

8

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA E INDIVIDUAL DOS RESULTADOS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Nota		Grupo		Banco	
		2018	2017	2018	2017
		MT	MT	MT	MT
5	Juros e rendimentos similares	11,098,671,326	11,865,241,681	11,098,671,326	11,865,241,681
5	Juros e encargos similares	(1,850,144,657)	(2,506,195,742)	(1,850,144,657)	(2,506,195,742)
	<b>Margem financeira</b>	<b>9,248,526,669</b>	<b>9,359,045,939</b>	<b>9,248,526,669</b>	<b>9,359,045,939</b>
6	Rendimentos com taxas e comissões	1,568,001,951	1,274,519,767	1,568,001,951	1,274,519,767
6	Gasto com taxas e comissões	(25,652,048)	(18,399,847)	(25,652,048)	(18,399,847)
	<b>Resultados com taxas e comissões</b>	<b>1,542,349,902</b>	<b>1,256,119,920</b>	<b>1,542,349,902</b>	<b>1,256,119,920</b>
7.1	Resultados de operações financeiras	2,547,209,060	2,344,004,652	2,547,209,060	2,344,004,652
7.2	Outros proveitos	48,497,708	136,962,508	48,497,708	136,962,508
	<b>Resultados operacionais</b>	<b>13,386,583,339</b>	<b>13,096,133,018</b>	<b>13,386,583,339</b>	<b>13,096,133,018</b>
8	Imparidade de crédito	(213,307,907)	(294,640,240)	(213,307,907)	(294,640,240)
	<b>Resultados operacionais após perda por imparidade de crédito</b>	<b>13,173,275,432</b>	<b>12,801,492,778</b>	<b>13,173,275,432</b>	<b>12,801,492,778</b>
9	Outros gastos operacionais	(5,798,805,062)	(5,430,106,915)	(5,788,161,117)	(5,430,106,915)
	<b>Resultado antes de impostos indirectos</b>	<b>7,374,470,370</b>	<b>7,371,385,864</b>	<b>7,385,114,315</b>	<b>7,371,385,864</b>
10.1	Imposto indirecto	(256,641,886)	(299,326,052)	(256,641,886)	(299,326,052)
	<b>Resultado antes de impostos directos</b>	<b>7,117,828,484</b>	<b>7,072,059,811</b>	<b>7,128,472,429</b>	<b>7,072,059,811</b>
10.2	Imposto Directo	(1,530,931,610)	(1,476,774,121)	(1,530,931,610)	(1,476,774,121)
	<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>5,586,896,874</b>	<b>5,595,285,691</b>	<b>5,597,540,819</b>	<b>5,595,285,691</b>
	<b>Resultados por acção</b>				
11	Básicos e deluídos	15.41	21.35	15.44	21.35

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

	Grupo		Banco	
	2018	2017	2018	2017
	MT	MT	MT	MT
<b>Resultado do exercício</b>	<b>5,586,896,874</b>	5,595,285,691	<b>5,597,240,819</b>	5,595,285,691
<b>Outros rendimentos integrais</b>				
<b>Itens que nunca serão reclassificados posteriormente para resultados</b>				
Resultados de ganhos e perdas actuariais (fundo de pensões)	(70,683,000)	32,369,000	(70,683,000)	32,369,000
Resultados de ganhos e perdas actuariais (assistência médica)	1,243,000	(15,133,000)	1,243,000	(15,133,000)
Resultado do justo valor dos imóveis	77,153,913)	-	77,153,913)	-
<b>Itens que podem ser reclassificados posteriormente para resultados</b>				
Resultado do justo valor dos activos financeiros disponíveis para venda	-	(2,943,987)	-	(2,943,987)
Alteração líquida nos investimentos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral (FVOCI) - IFRS 9	50,199,465	-	50,199,465	-
Alterações no justo valor	35,742,871	-	35,742,871	-
Alterações na perda de crédito esperada	85,942,336	-	85,942,336	-
Ajustamentos no justo valor transferido para resultados	(2,943,987)	-	(2,943,987)	-
<b>Rendimento integral</b>	<b>5,644,810,252</b>	5,609,577,704	<b>5,655,454,197</b>	5,609,577,704



Standard Bank, S.A.

Demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2018

BALANÇO DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

		Grupo		Banco	
		2018	2017	2018	2017
	Nota	MT	MT	MT	MT
Activo					
Caixa e disponibilidades no Banco Central	12	16,326,303,142	17,085,814,922	16,326,303,142	17,085,814,922
Derivados	13.1	8,729,646	5,661,740	8,729,646	5,661,740
Activos financeiros	14	30,777,009,441	29,739,761,668	30,780,759,441	29,739,761,668
Empréstimos e adiantamentos a Bancos	15.1	18,752,939,656	13,792,703,313	18,752,939,656	13,792,703,313
Empréstimos e adiantamentos a clientes	15.2	28,295,799,661	22,013,208,172	28,295,799,661	22,013,208,172
Outros activos	16	346,446,847	340,794,518	357,090,792	340,794,518
Activos tangíveis	17.1	4,798,987,485	340,794,518	4,798,987,485	340,794,518
Activos intangíveis	17.2	425,172,787	334,597,486	425,172,787	334,597,486
Activo do fundo de pensões	18	119,518,000	160,507,000	119,518,000	160,507,000
Activos por impostos diferidos	23	72,883,688	-	72,883,688	-
Total do activo		99,927,540,353	87,428,382,411	99,938,184,298	87,428,382,411

		Grupo		Banco	
Capital próprio e passivo					
Capital próprio					
Capital social	19	3,882,000,000	1,294,000,000	3,882,000,000	1,294,000,000
Reserva legal	20	1,294,000,000	1,294,000,000	1,294,000,000	1,294,000,000
Outras reservas	21	2,763,135,940	1,741,993,949	2,763,135,940	1,741,993,949
Resultados transitados	22	13,174,423,516	13,163,182,645	13,185,067,461	13,163,182,645
Total do capital próprio		21,113,559,457	17,493,176,594	21,124,203,402	17,493,176,594
Passivos					
Derivados	13.1	19,095,246	63,913,375	19,095,246	63,913,375
Passivos por impostos correntes	23	28,441,999	261,911,488	28,441,999	261,911,488
Recursos de instituições de crédito	24	602,840,608	529,863,502	602,840,608	529,863,502
Recursos de clientes	25	73,939,534,814	65,729,063,846	73,939,534,814	65,729,063,846
Outros passivos	26	3,079,545,104	1,914,338,351	3,079,545,104	1,914,338,351
Empréstimos subordinados	27	1,068,073,125	1,081,572,923	1,068,073,125	1,081,572,923
Responsabilidades com a assistência médica pós-reforma	28	76,450,000	70,146,000	76,450,000	70,146,000
Passivos por impostos diferidos	23	-	284,396,331	-	284,396,331
Total do passivo		78,813,980,896	69,935,205,817	78,813,980,896	69,935,205,817
Total do capital próprio e do passivo		99,927,540,353	87,428,382,411	99,938,184,298	87,428,382,411

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES DOS CAPITALS PRÓPRIOS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

	Capital social	Reserva legal	Reserva de reavaliação	Reserva para o plano de acções do grupo	Reserva para riscos gerais de crédito	Outras reservas	Reserva de justo valor – activos disponíveis para venda	Reserva de justo valor - activos ao justo valor através de outro rendimento integral	Resultados acumulados	Capital Próprio
Saldo em 1 de Janeiro de 2017	1,294,000,000	1,294,000,000	732,784,536	3,853,178	1,798,095,799	(2,207,636)	(87,555,606)		7,545,506,529	12,578,476,800
Rendimento integral do exercício	-	-	-	-	(700,380,279)	-	(2,943,987)	-	6,312,901,969	5,609,577,704
- Lucro do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	5,595,285,691	5,595,285,691
- Outros rendimentos integrais do exercício	-	-	-	-	(700,380,279)	-	(2,943,987)	-	717,616,279	34,562,942
Transacções com acçionistas registadas directamente em capital próprio	-	-	-	347,943	-	-	-	-	(695,225,854)	(694,877,910)
- Transacções de pagamento com base em acções e liquidadas com capital próprio	-	-	-	347,943	-	-	-	-	-	347,943
- Transferência de opções de capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- Dividendo ordinário	-	-	-	-	-	-	-	-	(695,225,854)	(695,225,854)
Saldo em 31 de Dezembro de 2017	1,294,000,000	1,294,000,000	732,784,536	4,201,121	1,097,715,520	(2,207,636)	(90,499,593)		13,163,182,645	17,493,176,594
Ajustamentos de transição IFRS 9	-	-	-	-	-	-	90,499,593	803,272,204	(889,682,537)	4,089,260
Saldo em 1 de Janeiro de 2018	1,294,000,000	1,294,000,000	732,784,536	4,201,121	1,097,715,520	(2,207,636)	-	803,272,204	12,273,500,107	17,497,265,853
Rendimento integral do exercício	-	-	77,153,913	-	-	-	-	50,199,465	5,517,456,874	5,567,656,339
- Lucro do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	5,586,896,874	5,586,896,874
- Outros rendimentos integrais do exercício	-	-	77,153,913	-	-	-	-	50,199,465	(69,440,000)	(19,240,535)
- Transferido para a reserva de risco geral de crédito								-		
Transacções de pagamento com base em acções e liquidadas com capital próprio	2,588,000,000	-	-	16,816	-	-	-	-	(4,616,533,465)	(2,028,516,649)
- Transacções de pagamento com base em acções e liquidadas com capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- Transferência de opções de capital próprio	-	-	-	16,816	-	-	-	-	-	-
Emissão de acções	2,588,000,000	-	-	-	-	-	-	-	(3,235,000,000)	(647,000,000)
- Dividendo ordinário	-	-	-	-	-	-	-	-	(1,381,533,465)	(1,381,533,465)
Saldo em 31 de Dezembro de 2018	3,882,000,000	1,294,000,000	809,938,449	4,217,937	1,097,715,520	(2,207,636)	-	853,471,669	13,174,423,516	21,113,559,457

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES DOS CAPITALS PRÓPRIOS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

	Capital social	Reserva legal	Reserva de reavaliação	Reserva para o plano de acções do grupo	Reserva para riscos gerais de crédito	Outras reservas	Reserva de justo valor – activos disponíveis para venda	Reserva de justo valor - activos ao justo valor através de outro rendimento integral	Resultados acumulados	Capital Próprio
Saldo em 1 de Janeiro de 2017	1,294,000,000	1,294,000,000	732,784,536	3,853,178	1,798,095,799	(2,207,636)	(87,555,606)	-	7,545,506,529	12,578,476,800
Rendimento integral do exercício	-	-	-	-	(700,380,279)	-	(2,943,987)	-	6,312,901,969	5,609,577,704
- Lucro do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	5,595,285,691	5,595,285,691
- Outros rendimentos integrais do exercício	-	-	-	-	(700,380,279)	-	(2,943,987)	-	717,616,279	14,292,013
Transacções com acçionistas registadas directamente em capital próprio	-	-	-	347,943	-	-	-	-	(695,225,854)	(694,877,910)
- Transacções de pagamento com base em acções e liquidadas com capital próprio	-	-	-	347,943	-	-	-	-	-	347,943
- Transferência de opções de capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- Dividendo ordinário	-	-	-	-	-	-	-	-	(695,225,854)	(695,225,854)
Saldo em 31 de Dezembro de 2017	1,294,000,000	1,294,000,000	732,784,536	4,201,121	1,097,715,520	(2,207,636)	90,499,593	-	13,163,182,645	17,493,176,594
Ajustamentos de transição IFRS 9	-	-	-	-	-	-	90,499,593	803,272,204	(889,682,537)	4,089,260
Saldo em 1 de Janeiro de 2018	1,294,000,000	1,294,000,000	732,784,536	4,201,121	1,097,715,520	(2,207,636)	-	803,272,204	12,273,500,107	17,497,265,853
Rendimento integral do exercício	-	-	77,153,913	-	-	-	-	50,199,465	5,528,100,819	5,655,454,197
- Lucro do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	5,586,896,874	5,597,540,819
- Outros rendimentos integrais do exercício	-	-	77,153,913	-	-	-	-	50,199,465	(69,440,000)	57,913,378
Transacções de pagamento com base em acções e liquidadas com capital próprio	2,588,000,000	-	-	16,816	-	-	-	-	(4,616,533,465)	(2,028,516,649)
- Transacções de pagamento com base em acções e liquidadas com capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- Transferência de opções de capital próprio	-	-	-	16,816	-	-	-	-	-	-
Emissão de acções	2,588,000,000	-	-	-	-	-	-	-	(3,235,000,000)	(647,000,000)
- Dividendo ordinário	-	-	-	-	-	-	-	-	(1,381,533,465)	(1,381,533,465)
Saldo em 31 de Dezembro de 2018	3,882,000,000	1,294,000,000	809,938,449	4,217,937	1,097,715,520	(2,207,636)	-	853,471,669	13,185,067,461	21,124,203,402



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Nota	Grupo		Banco	
	2018 MT	2017 MT	2018 MT	2017 MT
<b>Fluxos de caixa de actividades operacionais</b>				
Caixa gerada pelas actividades operacionais	30	(1,208,977,332)	(1,253,447,800)	(1,198,333,387)
Variações nos activos e passivos operacionais	31	(484,367,391)	(3,306,761,469)	(546,822,958)
<b>Fluxos de caixa usado em actividades operacionais</b>		(1,693,344,722)	(4,560,209,269)	(1,745,156,344)
Juro pago		(1,895,048,017)	(2,340,266,159)	(1,895,048,017)
Juro recebido		(1,895,048,017)	8,732,782,517	(1,895,048,017)
Imposto pago		(1,765,192,493)	(1,461,313,877)	(1,765,192,493)
<b>Fluxo líquido de caixa de actividades operacionais</b>		7,027,873,515	370,993,211	6,976,061,893
<b>Fluxo de caixa de actividades de investimento</b>				
Aquisição de activos tangíveis	17.1	(1,033,974,131)	(522,999,302)	(1,033,974,131)
Aquisição de activos intangíveis	17.2	(226,007,071)	(247,423,840)	(226,007,071)
Receita da venda de investimentos não cotados		(65,743,764)	61,670,412	(65,743,764)
<b>Fluxo líquido de caixa de actividades de investimento</b>		(1,325,724,965)	(708,752,731)	(1,325,724,965)
<b>Fluxo de caixa de actividades de financiamento</b>				
Receita da emissão de obrigações subordinadas	27	(246,912,000)	(298,410,861)	(246,912,000)
Dividendos pagos		(1,377,407,253)	(693,153,762)	(1,377,407,253)
<b>Fluxo líquido de caixa de actividades de financiamento</b>		(1,624,319,253)	(991,564,623)	(1,624,319,253)
<b>Aumento/(diminuição) em caixa e equivalentes de caixa</b>		4,077,829,296	(1,329,324,143)	4,026,017,674
Caixa e equivalentes de caixa no início do ano		30,074,600,156	31,403,924,299	30,074,600,156
Diferença cambial nos saldos de abertura		-	-	-
<b>Caixa e equivalentes de caixa no fim do ano</b>	32	34,152,429,452	30,074,600,156	34,100,617,830

PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

1. INCORPORAÇÃO E ACTIVIDADES

O Standard Bank, S.A. é um Banco privado constituído em 1967, com sede na Avenida 10 de Novembro nº 420, em Maputo. O Banco tem como empresa-mãe e accionista maioritário o Stanbic Africa Holdings Limited, um Banco de investimento constituído no Reino Unido que detém uma participação equivalente a 98.15% do capital. O Stanbic Africa Holdings Limited é uma entidade integralmente detida pelo Standard Bank Group, um Banco de investimento constituído na África do Sul. Os restantes 1.85% do capital do Banco são detidos por accionistas minoritários. O Banco tem por objecto social a realização de actividades de banca comercial e de investimentos, banca de retalho e a prestação de serviços afins. O accionista maioritário, Stanbic Africa Holdings Limited, adquiriu 5384 acções próprias ordinárias em 19 de Abril de 2018 aumentando a sua participação em 0.01%, de 98.14% para 98.15%..

2. BASES DE PREPARAÇÃO

2.1.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras consolidadas agora apresentadas reflectem os resultados das operações do Banco e da sua subsidiária detida na totalidade “Standard Bank - Sociedade Gestora do Fundo de Pensões, S.A.” (em conjunto “Grupo”) do exercício findo em 31 de Dezembro de 2018. As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF), emitidas pelo Internacional Accounting Standards Board (IASB).

2.1.2 Bases da consolidação

Subsidiárias

Demonstrações Financeiras Individuais

Os investimentos em subsidiárias são contabilizados ao custo, deduzido das perdas por imparidade acumuladas (quando aplicável) nas demonstrações financeiras individuais. Os valores contabilísticos desses investimentos são revistos anualmente quanto a indicadores de imparidade e, sempre que exista um indicador imparidade, são reduzidos ao maior entre o justo valor do investimento menos os custos de venda ou valor de uso.

Demonstrações Financeiras Consolidadas

As políticas contabilísticas da subsidiária consolidada pelo Grupo estão de acordo com as políticas contabilísticas do Grupo. As transações, saldos e ganhos (perdas) não realizados são eliminados na consolidação. As perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira que os ganhos não realizados, mas somente na medida em que não haja evidência de perda de valor. A proporção do rendimento integral e as mudanças no património líquido atribuídas ao Grupo e aos interesses minoritários são determinadas com base na participação actual do Grupo na subsidiária. Daqui para a frente, as referências a Banco são também aplicáveis ao Grupo e as referências a demonstrações financeiras devem ser lidas como demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

2.1.3 Bases de mensuração

As demonstrações financeiras consolidadas e individuais foram elaboradas com base no princípio do custo histórico, com excepção das seguintes situações:

- Os instrumentos financeiros são classificados e mensurados de acordo com a NIRF 9;
- Os edifícios são mensurados ao justo valor pelo método de reavaliação;
- A responsabilidade respeitante aos planos de benefício definido é reconhecida pelo valor actual da obrigação de benefício definido e inclui ajustamentos por ganhos/perdas actuariais não reconhecidos e custos com serviços passados.

2.1.4 Moeda funcional e de apresentação

a) Moeda Funcional

A moeda funcional do Banco é o Metical, por ser a moeda predominante do ambiente económico em que o Banco opera e a moeda em que os seus registos contabilísticos são mantidos. As demonstrações financeiras são também apresentadas em Meticais, arredondados para a unidade do Metical (MT) mais próxima.

b) Outra moeda de apresentação

Para conveniência dos utilizadores, as demonstrações financeiras também são apresentadas em dólares americanos (USD). A demonstração do rendimento integral e as respectivas notas são convertidas para dólares americanos mediante a utilização da taxa de câmbio média do ano e as rubricas doo Balanço mediante a utilização da taxa de câmbio em vigor no final do exercício. Todas as diferenças cambiais de conversão são reconhecidas directamente no capital próprio. As componentes do capital próprio são convertidas para dólares norte-americanos, à taxa de câmbio de fecho em vigor nessa data.

2.1.5 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer que o Conselho de Administração formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e os valores dos activos, passivos, ganhos e perdas reportados. Os resultados efectivos poderão divergir das estimativas.

Os pressupostos em que as estimativas assentam são objecto de análise contínua. Os resultados da revisão das estimativas contabilísticas são reconhecidos prospectivamente. Abaixo, descreve-se a utilização de estimativas e as principais áreas de incerteza na aplicação de políticas contabilísticas com impacto significativo nas demonstrações financeiras.

Principais estimativas e julgamentos contabilísticos

O Comité de Auditoria aprova a aplicação das políticas contabilísticas e as estimativas efectuadas pela Administração em consulta com o Grupo. Tais políticas e estimativas contabilísticas são divulgadas nestas demonstrações financeiras.

As divulgações que se seguem complementam os comentários sobre a gestão de risco financeiro divulgados abaixo na Nota 3.

Principais fontes da incerteza das estimativas

Após a implementação da IFRS 9, em 1 de janeiro de 2018, a menos que referido, não ocorreram mudanças relevantes nos pressupostos da gestão ao longo ano. A seguir, apresenta os pressupostos chaves da gestão aplicados na preparação destas demonstrações financeiras.

Perda de crédito esperada (PCE) nos activos financeiros - Indicadores da NIRF 9

Para efeitos de determinação da PCE:

- As carteiras da Banca de Particulares e negócios (PBB) baseiam-se em categorias de produtos ou subconjuntos das categorias de produtos, com modelos de ECL personalizados por portfólio. Para garantir a consistência, o cálculo da provisão para imparidade segundo a NIRF 9 foi alterada no sentido de excluir recuperações pós-saneamento (PWOR) da perda dado o incumprimento (LGD) no cálculo das perdas de crédito esperadas. Essa mudança na modelagem dos pressupostos e nas estimativas foi aplicada prospectivamente.
- As exposições da banca de grandes empresas e investimento (CIB) são calculadas separadamente com base nos modelos de classificação de risco para cada uma das classes de activos.

Período de mensuração da perda de crédito esperada (PCE)

O período de mensuração da PCE para exposições de estágio 1 é de 12 meses (ou o prazo remanescente do activo financeiro para exposições do CIB se a vida útil remanescente for inferior a 12 meses). Uma provisão para perda de PCE até a maturidade do contrato é necessária para um activo financeiro se o risco de crédito desse instrumento financeiro tiver aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial (estágio 2). É considerado um período de medição até a maturidade do contrato em todas as exposições com imparidade (estágio 3). O período até a maturidade contratual inclui a consideração de vários eventos, tais como a reposição ou recuperação de exposições em incumprimento e, em seguida, incumprimentos subsequentes. Essa consideração aumenta os períodos de vida e o potencial PCE. Os períodos de mensuração para compromissos de empréstimos não utilizados utilizam a mesma abordagem que as exposições em balanço.

Aumento significativo no risco de crédito (SICR)

Banca de particulares e negócio - PBB

De acordo com a NIRF 9, todas as exposições são avaliadas para determinar se houve SICR na data de relato, caso em que é reconhecida uma provisão para imparidade equivalente à perda esperada ao longo da vida. Os limites SICR, que são nivelados em função do comportamento da exposição, são calculados em cada portfólio de exposições com risco de crédito semelhante e são calibrados ao longo do tempo para determinar quais exposições que refletem deterioração em relação à população originada e, consequentemente, refletem um aumento no risco de crédito.

O Banco também determina uma taxa de transferência apropriada de exposições do estágio 1 para o estágio 2, tendo em consideração a expectativa de atraso para exposições semelhantes. Os limites de SICR são revistos regularmente para garantir que estão adequadamente calibrados para identificar SICR ao longo da vida da exposição e, consequentemente, possibilitar a cobertura apropriada de redução ao valor recuperável.

Banca de grandes empresas e investimento - CIB

O Banco aplica uma escala de avaliação de 25 pontos para quantificar o risco de crédito para cada exposição. Na origem, é atribuída a cada cliente uma nota de risco de crédito dentro da escala de classificação principal de 25 pontos. As classificações são mapeadas pela probabilidades de incumprimento (PDs) por meio de fórmulas de calibração que usam taxas de incumprimento históricas e outros dados para o portfólio aplicável. Essas classificações de crédito são avaliadas pelo menos anualmente ou com mais frequência, conforme apropriado.

O SICR para as exposições do CIB é avaliado comparando o grau do risco de crédito na data de relato com o grau de risco de crédito na data de origem. Quando a alteração relativa no grau de risco de crédito excede os limites de migração de determinados ratings pré-definidos ou, se verifique mais de 30 dias de atraso num pagamento contratual (presunção refutável do IFRS 9), a exposição é classificada no estágio 2. Essas classificações pré-definidas foram determinados com base no histórico de incumprimento, que indicam que exposições de risco classificadas mais altas são mais sensíveis ao SICR em relação a exposições de risco mais baixo.

Ao longo de 2018, foram efectuadas algumas refinações no modelo de PCE do PBB. Tais refinações consubstanciaram numa melhor classificação do SICR.

Incorporação de informações prospectivas na medição de PCE

O Banco determina as perspectivas macroeconómicas, ao longo de um horizonte de planeamento de pelo menos três anos, com base nas perspectivas globais do Banco e na sua visão global das “commodities”.

Para PBB, essas expectativas económicas prospectivas são incluídas na PCE, onde são efectuados ajustes feitos com base nas perspectivas macroeconómicas do Banco, usando modelos que correlacionam esses parâmetros com variáveis \_\_macroeconómicas. Onde as correlações modeladas não são viáveis \_\_ou predictivas, os ajustes são baseados no julgamento de especialistas tendo em conta as expectativas macroeconómicas do Banco. Além de informações macroeconómicas prospectivas, outros tipos de informacao prospectiva, como o risco de evento específico, foram levados em consideração nas estimativas de PCE por meio da aplicação de ajustamentos fora do modelo.

As perspectivas macroeconómicas do Banco são incorporadas na classificação risco dos clientes do CIB e incluem considerações económicas futuras específicas para o cliente. A classificação do cliente reflete, desta forma, o risco esperado do cliente tendo em conta a expectativas do Banco no que concerne as condições económicas e comerciais futuras. Ajustamentos adicionais, baseados em dados pontuais de mercado, são feitos aos PDs atribuídos a cada grau de risco para produzir PDs e PCEs representativas das condições de mercado.



Expectativas futuras

- O Economista do Banco determina as perspectivas macroeconómicas e uma visão das commodities ao longo de um horizonte de pelo menos três anos.
- As perspectivas macroeconómicas tem em conta diversas variáveis, como o produto interno bruto, as taxas de juros da política monetária do Banco Central, a inflação, as taxas de câmbio e as taxas dos bilhetes de tesouro.
- Narrativas para cada uma das perspectivas económicas do país são compiladas e incluem tipicamente consideração do histórico económico do país, risco de soberania, risco cambial, sector financeiro, liquidez e orientação da política monetária.
- Probabilidades são atribuídas a cada um dos cenários (alta, média e baixo), com base em factores macroeconómicos primários que são revistos mensalmente.
- As expectativas económicas prospectivas são actualizadas numa base bi-anual ou com maior regularidade quando considerado apropriado.

PBB

Os ajustamentos nos PD e LGD, com base em expectativas económicas prospectivas na data do balanço, resultaram na exigência de manter maiores imparidades de crédito

CIB

O impacto é insignificante uma vez que os ratings de risco dos clientes do CIB, usadas para fins do IAS 39, normalmente já incluíam expectativas econômicas prospectivas

Foram determinadas uma série de expectativas económicas tendo em conta um cenário de desempenho económico normal (base), alto e baixo a 31 de Dezembro de 2018. Essas expectativas económicas foram incorporadas no cálculo da PCE:

Expectativas econômicas em Moçambique

- O cenário de base para Moçambique pressupõe um aumento da confiança por parte das empresas e dos consumidores como resultado de progressos alcançados no processo da desmilitarização, permitindo que as eleições presidenciais e legislativas de Outubro de 2019 ocorram num ambiente pacífico. Pressupõem-se que as conversações entre as autoridades moçambicanas e o Fundo Monetário Internacional (FMI) continuem a decorrer numa plataforma prática e que o FMI continue a ajudar o país enquanto não houver um programa de financiamento estabelecido.

Pressupõe, também, um crescente apoio financeiro dos doadores em 2019, sob a forma de apoio a projectos e não apoio directo ao orçamento geral do Estado

- Um cenário de baixa pressupõe que não haja acordo com o FMI para um programa de financiamento. O risco soberano neste cenário será alto, uma vez que se traduzirá em receitas governamentais baixas e crescente sobrecarga a política fiscal. Espera-se um progresso limitado na reestruturação da dívida soberana resultando num impacto negativo nos investidores

- Um cenário otimista pressupõe que um programa do FMI esteja em vigor desde o segundo trimestre de 2019. Neste cenário, o espaço fiscal permanece limitado com a consolidação fiscal adicional necessária. A dívida do governo permanece elevada e a reestruturação da dívida externa ocorre durante o primeiro trimestre de 2019

Principais Factores Macroeconómicos

A tabela a seguir apresenta os principais factores macroeconómicos utilizados na estimativa das imparidades para perdas de crédito em instrumentos financeiros. Para cada cenário, ou seja, base, optimista e de baixa, são apresentados na tabela abaixo os valores médios dos factores macroeconómicos para os próximos 12 meses e sobre o período remanescente.

Factores Macroeconómicos	Cenário base		Cenário optimista		Cenário baixo	
Moçambique	Próximos 12 meses	Período remanescente	Próximos 12 meses	Período remanescente	Próximos 12 meses	Período remanescente
Crescimento do PIB	3.7	5.9	2.4	4.6	4.6	6.8
inflacao (%)	8.1	9.1	10.4	9.7	6.7	7.7
Taxa de juro de bilhetes de tesouro 3M(%)	13.3	12.3	15	15.3	12	10
MIMO(%)	13.3	12.3	15	15.3	12	10
Prime (%)	18.4	17.2	20.5	20.8	17	15
Taxa de câmbio (USD/MZN)	61.1	61.5	67.9	69.2	59.5	59.9

Análise da sensibilidade das provisões do PBB para perdas de crédito em empréstimos sem imparidade

A tabela a seguir mostra uma comparação das provisões do Banco para perdas de crédito em exposições sem imparidade de acordo com a NIRF 9 em 31 de dezembro de 2018 com base nas ponderações de probabilidade de três cenários com provisões para perdas de crédito resultantes de simulações de 100%.

Impacto das expectativas futuras nas provisões da NIRF 9	Provisões de perda de credito (MZN'000)
Cenários	
100% Base	121 948
100% Optimista	191 842
100% Baixo	86 169

Justo valor dos instrumentos financeiros

A determinação do justo valor dos activos e passivos financeiros para os quais não exista preço de mercado observável requer a utilização de técnicas de avaliação cuja base se encontra descrita na política contabilística 2.2 (h). Relativamente aos instrumentos financeiros que não sejam objecto de negociação frequente e cujo preço de mercado se apresente como pouco transparente, a determinação do justo valor é menos objectiva, requerendo graus de julgamento variáveis, dependendo da concentração de liquidez, incerteza quanto aos valores de mercado, pressupostos de fixação de preços e outros riscos que afectam os instrumentos específicos.

Justo valor de activos tangíveis

Os administradores estimam o justo valor dos edifícios utilizando avaliações profissionais independentes realizadas numa base regular. Quando um activo é reavaliado, o valor contabilístico é reexpresso para o valor reavaliado do activo. Os aumentos nas quantias escrituradas resultantes da reavaliação, incluindo as variações cambiais, são reconhecidos como outros rendimentos integrais, a menos que compensem diminuições anteriores nas quantias escrituradas do mesmo activo e neste caso são reconhecidos nos resultados. As diminuições em quantias escrituradas que compensam aumentos anteriores do mesmo activo são reconhecidas em outro rendimento integral.

Outras

A natureza dos outros pressupostos e as estimativas de pensões e outros benefícios pós-emprego são divulgadas nas notas 18 e 28.

2.1.6 Alterações nas políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas são consistentes com aquelas relatadas no ano anterior, excepto conforme exigido em termos da adoção das seguintes normas:

NIRF 9 Instrumentos Financeiros

A NIRF 9 Instrumentos Financeiros (NIRF 9), com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2018, substituiu na NIC 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração (NIC 39). A NIRF 9 introduziu um novo modelo de imparidade baseado em perda de crédito esperada (PCE) e novos requisitos de classificação e mensuração de activos financeiros conforme segue:

A NIRF 9 introduz uma abordagem baseada em princípios para a classificação de activos financeiros onde os activos financeiros, incluindo contratos híbridos, são mensurados ao justo valor através do resultado (FVTPL), justo valor por meio de outros resultados integrais (FVOCI) ou custo amortizado tendo em conta a natureza dos fluxos de caixa dos activos e o modelo de negócios de uma entidade. Essas categorias substituem as classificações do NIC 39 do FVTPL, disponíveis para venda, empréstimos e contas a receber e detidos até a maturidade. Os investimentos em capital próprio são avaliados pelo FVTPL, a menos que os activos financeiros não sejam detidos para fins de negociação, caso em que uma eleição irrevogável pode ser feita no reconhecimento inicial para mensurá-los no FVOCI, sem subsequente reclassificação para o resultado. Para os passivos financeiros, a maioria dos requisitos preexistentes de classificação e mensuração anteriormente incluídos no NIC 39 mantêm-se inalterados para a NIRF 9. A única alteração refere-se aos passivos financeiros designados pelo justo valor por meio do resultado, sendo as alterações relativas ao risco de crédito próprio reconhecido no outro rendimento integral.

O modelo de PCE aplica-se a activos financeiros mensurados pelo custo amortizado ou pelo FVOCI, compromissos de empréstimos quando existe um compromisso actual de conceder crédito (a menos que estes sejam men-

surados ao justo valor por meio do resultado) e garantias bancárias. A PCE é, no mínimo, obrigada a ser mensurada em um montante igual à PCE de 12 meses do activo financeiro. Uma provisão para perda de PCE vitalícia é necessária para um activo financeiro se o risco de crédito desse instrumento financeiro tiver aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

O Banco adoptou retrospectivamente a NIRF 9 em 1 de janeiro de 2018 com um ajustamento nos saldos de abertura dos capitais próprios em 1 de janeiro de 2018 e, conforme permitido pelo NIRF 9, não alterou os seus resultados financeiros comparativos. Consequentemente, os resultados financeiros anteriormente reportados do banco até 31 de dezembro de 2017 são apresentados de acordo com os requisitos da NIC 39 e de 2018 e os futuros períodos de relato serão apresentados nos termos da NIRF 9.

a) Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros

As categorias de mensuração dos activos e passivos financeiros de acordo com a IAS 39 e a IFRS 9 em 1 de janeiro de 2018 é comparável conforme ilustrado a seguir:

	NIC 39 Categoria de mensuração	NIRF 9 Categoria de mensuração
Activos		
Caixa e disponibilidades no Banco Central	Custo amortizado (Empréstimos e adiantamentos)	Justo valor através de resultados
Derivados	Detidos para negociação	Justo valor através de resultados
Activos financeiros	Disponíveis para venda	Justo valor através de outro rendimento integral
Empréstimos e adiantamentos a bancos	Custo amortizado (Empréstimos e adiantamentos)	Custo amortizado
Empréstimos e adiantamentos a clientes	Custo amortizado (Empréstimos e adiantamentos)	Custo amortizado
Passivos		
Recursos de clientes	Custo amortizado	Custo amortizado

b) Requisitos de ECL da NIRF 9

O impacto mais significativo da transição para o IFRS 9 para o banco é o da aplicação dos novos requisitos da PCE da NIRF 9, que resultam no reconhecimento antecipado de imparidades para deterioração do crédito, principalmente como resultado dos aspectos descritos na tabela abaixo. O impacto é resultado unicamente da adopção do IFRS 9 e não é resultante de alterações na qualidade de crédito das exposições do Banco.

<b>Empréstimos em cumprimento 12 meses ECL (Estágio 1)</b>	A NIRF 9 contém uma ECL mínima de 12 meses para exposições para as quais não houve um aumento significativo no risco de crédito (SICR), enquanto a NIC 39 demanda que imparidades de crédito sejam reconhecidas somente após a identificação de evidência objectiva de perda.
<b>Aumento significativo no risco de crédito (SICR) (Estágio 2)</b>	Uma ECL vitalícia é reconhecida para todas todas e exposições para as quais houve um SICR, sendo uma alteração material na probabilidade de incumprimento, desde a origemação.
<b>Exposições extrapatrimoniais</b>	O âmbito da NIRF 9 inclui exposições extrapatrimoniais, tais como compromissos de empréstimos não utilizados (excepto aqueles compromissos de empréstimos a justo valor por meio do resultado), garantias e cartas de crédito.
<b>Modelo de base vitalício</b>	Em termos de determinação da ECL para as exposições dos estágios 1 e 2, onde há uma probabilidade de incumprimento, a perda potencial é considerada numa base vitalícia, o que inclui a probabilidade de recuperação após incumprimento e o subsequente incumprimento. Para as exposições do estágio 3, sendo exposições em incumprimento ou em iminência de incumprimento, incluirá a consideração de curas e posterior incumprimento.
<b>Expectativas económicas prospectivas</b>	A NIRF 9 requer um ajustamento que reflita as expectativas económicas prostectivas na determinação do SICR e na mensuração da ECL.

O impacto da aplicação do modelo de imparidade de perda esperada conforme previsto NIRF 9 sobre os saldos de abertura dos capitais próprios (líquido de impostos) do Banco em 1 de Janeiro de 2018 foi de MT 889 682 milhares conforme ilustrado do Balanço a seguir:





	NIC 39	IFRS 9 Ajustamentos de transição a 1 Janeiro 2018			IFRS 9
	31 Dezembro 2017	NIRF 9 ECL	IFRS 9 classificação e mensuração	Total	31 Dezembro 2018
<b>Activos</b>					
Caixa e disponibilidades no Banco Central	17,085,814,922	-	-	-	17,085,814,922
Activos financeiros	29,739,761,668	(546,225,099)	-	(546,225,099)	29,193,536,569
Empréstimos e adiantamentos a bancos	13,792,703,313	-	-	-	13,792,703,313
Empréstimos e adiantamentos a clientes	22,013,208,172	(246,849,753)	-	(246,849,753)	21,766,358,419
Outros activos	4,796,894,336	-	-	-	4,796,894,336
<b>Total dos Activos</b>	<b>87,428,382,411</b>	<b>(793,074,852)</b>	-	<b>(793,074,852)</b>	<b>86,635,307,559</b>
<b>Capital próprio</b>					
Capital social	1,294,000,000	-	-	-	1,294,000,000
Reserva legal	1,294,000,000	-	-	-	1,294,000,000
Outras reservas	1,741,993,949	-	-	-	1,741,993,949
Resultados transitados	13,163,182,645	-	-	(889,682,490)	12,273,500,154
<b>Total do Passivo</b>	<b>69,935,205,817</b>	<b>96,607,639</b>	-	<b>96,607,639</b>	<b>70,031,813,456</b>
Recursos de clientes	65,729,063,846	-	-	-	65,729,063,846
Outros passivos	4,206,141,971	96,607,639	-	96,607,639	4,399,357,248
<b>Total do capital próprio e dos passivos</b>	<b>87,428,382,411</b>	<b>96,607,639-</b>	-	<b>(793,074,852)</b>	<b>86,635,307,559</b>

NIRF 15 Rédito proveniente de Contratos com Clientes

Esta norma substitui as actuais normas sobre reconhecimento de proveitos e interpretações relacionadas. A norma estabelece os requisitos para reconhecimento de proveitos relativos á todos os contratos com clientes (excepto contratos que estão dentro do âmbito das normas relacionadas com contratos de arrendamento mercantil, contractos de seguros ou instrumentos financeiros).

O principal princípio da norma é que a receita reconhecida reflecta a consideração a que a empresa espera ter direito em troca da transferência de bens ou serviços prometidos para o cliente.

A norma incorpora a metodologia das 5 etapas para determinar o valor e o cronograma do reconhecimento de receita.

O banco adoptou a NIRF 15 em 1 de janeiro de 2018 e, conforme permitido pela NIRF 15, não ajustou seus resultados financeiros comparativos. A norma não se aplica à proveitos associados a instrumentos financeiros e, portanto, não afecta a maioria dos proveitos do Banco.

2.1.7 Normas emitidas mas ainda não adoptadas

NIRF 16 Locações

Esta norma substituirá a NIC 17 Locações, bem como as interpretações relacionadas, e estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de locações para ambas as partes de um contrato, sendo o locatário (cliente) e o locador (fornecedor).

O princípio central desta norma é que o locatário e o locador devem reconhecer todos os direitos e obrigações decorrentes do contrato de locação nas respectivas demonstrações da posição financeira.

A alteração mais significativa no que concerne ao tratamento contabilístico para locações operacionais é na perspectiva dos locatários. A NIRF 16 elimina a classificação das locações em operacionais ou financeiros conforme exigido pela NIC 17 e introduz um modelo contabilístico único, onde um activo de direito de uso (ROU) juntamente com um passivo para os pagamentos futuros deve ser reconhecido para todas as locações com prazo superior a 12 meses, a menos que o activo subjacente seja de baixo valor.

Os requisitos contabilísticos do locador previstos na NIC 17 não se alteraram substancialmente em termos desta norma. Portanto, um locador continua a classificar as locações em operacionais ou financeiros e contabiliza-os como actualmente é feito nos termos da NIC 17. Além disso, a norma exige que os locadores forneçam divulgações aprimoradas sobre suas actividades de locação financeira e, em particular, a exposição ao risco do valor residual e como faz a respectiva gestão.

Estima-se que o impacto nos activos e passivos do Banco seja de aproximadamente MT 194 milhões.

- Não se espera que as seguintes novas normas ou alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras do Banco.
- Venda ou Contribuição de Activos entre um Investidor e sua associada ou entidade Conjuntamente Controlada (emendas à NIC 28 e NIRF 10)
  - Pagamento com base em acções (Alterações à NIRF 2).
  - Contratos de seguros (Alterações à NIRF 4).
  - Transações em Moeda Estrangeira e Considerações Antecipadas (IFRIC 22).
  - Propriedade de Investimento (Alterações à NIC 40).
  - Incerteza sobre Tratamentos de Impostos sobre o Lucro (IFRIC 23).

2.2 Principais políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas a seguir apresentadas foram aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados nestas demonstrações financeiras excepto onde for especificamente mencionado o contrário.

(a) Transacções em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são convertidas mediante a utilização da taxa de câmbio em vigor à data da transacção.

Os activos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio em vigor à data de relato. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado na moeda funcional no início do ano ajustado para a taxa de juro efectiva e pagamentos durante o ano e o custo amortizado em moeda estrangeira convertida à taxa em vigor no fim do ano.

Os activos e passivos não monetários que são mensurados pelo justo valor em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor na data que foi determinado o justo valor. Os itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data da transacção.

As diferenças cambiais resultantes da conversão são reconhecidas em resultados.

(b) Juros

Os resultados de juros são reconhecidos em resultados, mediante a utilização do método da taxa de juro efectiva.

A taxa de juro efectiva corresponde à taxa que desconta exactamente os futuros pagamentos ou recebimentos de caixa estimados durante a vida estimada do activo ou passivo financeiro (ou, quando apropriado, um período mais curto) para o valor contabilístico do activo ou passivo financeiro.

Ao calcular a taxa de juro efectiva, o Banco estima os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais dos instrumentos financeiros sem ter em consideração as perdas de crédito futuras.

O cálculo da taxa de juro efectiva inclui todas as taxas pagas ou recebidas, custos de transacção e todos os descontos ou prémios que sejam parte integrante da taxa de juro efectiva. Os custos de transacção representam os custos marginais directamente atribuíveis à aquisição, emissão ou venda de um activo ou passivo financeiro. Os rendimentos e custos financeiros apresentados na demonstração dos resultados integral incluem:

- Os juros sobre os activos e passivos financeiros mensurados ao custo amortizado e calculados com base no método da taxa de juro efectiva;
- Os juros sobre os activos financeiros mensurados ao justo valor através de outro rendimento integral e calculados com base no método da taxa de juro efectiva;

Os resultados de juros dos activos e passivos detidos para negociação são considerados acessórios às operações comerciais do Banco e são apresentados no resultado de operações financeiras, em conjunto com todas outras variações do justo valor dos activos e passivos detidos para negociação.

(c) Rendimento com taxas e comissões

Os rendimentos com taxas e comissões que compõem a taxa de juro efectiva num activo ou passivo financeiro são incluídos na mensuração da taxa de juro efectiva. Todos os outros rendimentos de taxas e comissões, incluindo os serviços de gestão de caixa, serviços de corretagem, transacções financeiras estruturadas de projectos, comissão de vendas, taxas de colocação e taxas de sindicacão são, geralmente, reconhecidos de acordo com o princípio do acréscimo e diferimento à medida que os respectivos serviços forem prestados.

Os outros custos com taxas e comissões referem-se, principalmente, aos custos de transacções e serviços, os quais são reconhecidos em resultados à medida que os serviços forem recebidos.

(d) Resultados de operações financeiras

Os resultados de operações financeiras incluem os ganhos e perdas em transacções de comercialização de moeda estrangeira, os ganhos e perdas na conversão de itens monetários denominados em moeda estrangeira e os juros e variações no justo valor dos activos e passivos detidos para negociação.

(e) Pagamentos de locações

Os pagamentos relativos a locações operacionais são reconhecidos em resultados, de forma constante durante o prazo do contrato de locação. Os incentivos de locação recebidos são reconhecidos como parte integrante dos custos totais de locação durante o prazo do respectivo contrato.

Os pagamentos mínimos de locação efectuados sob locações financeiras são repartidos entre o custo financeiro e a redução do passivo pendente. A locação financeira é alocada a cada período durante os termos do contrato, de modo a produzir uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo.

Quando uma locação operacional é terminada antes do período de locação expirar, qualquer pagamento necessário a efectuar ao locador a título de penalização é reconhecido como custo no período em que a rescisão ocorre.

Os activos detidos pelo Banco ao abrigo de contratos de locação que transferem para o Banco substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade são classificados como locações financeiras. O activo locado é mensurado pelo valor igual ao menor entre o justo valor e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Após o reconhecimento inicial, o activo é contabilizado de acordo com a política contabilística aplicável àquele activo. Os activos detidos pelo Banco ao abrigo de outros contratos de locação são classificados como locações operacionais e não são reconhecidos no Balanço do Banco.

Se o Banco é o locador, num contrato de locação que transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do activo para o locatário, então, o contrato é classificado como uma locação financeira e é apresentada nos empréstimos e adiantamentos de clientes uma conta a receber igual ao investimento líquido na locação.

(f) Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento inclui o imposto corrente e o imposto diferido, os quais são reconhecidos em resultados com excepção da parte que diz respeito aos itens directamente reconhecidos no capital próprio ou em rendimento integral.

Imposto corrente

O imposto corrente é o montante de imposto previsto a liquidar sobre o rendimento tributável do exercício com base nas taxas de imposto aprovadas ou substantivamente aprovadas à data de Balanço.

Imposto diferido

O imposto diferido é reconhecido tendo por base as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos, para efeitos de reporte financeiro, e os valores usados para efeitos fiscais. Não existe reconhecimento de imposto diferido quando do reconhecimento inicial de activos ou passivos numa transacção que não é uma concentração de actividades empresariais e que não afecta o lucro contabilístico nem o lucro tributável.

O montante do imposto diferido reconhecido baseia-se na forma esperada de realização ou liquidação do valor contabilístico dos activos e passivos mediante a utilização de taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de Balanço.

Os activos e passivos por impostos diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar os activos e passivos por impostos correntes que digam respeito a impostos sobre o rendimento cobrados pela mesma Autoridade Fiscal sobre a mesma entidade tributável, ou em entidades fiscais diferentes mas que pretendam pagar os activos e passivos por impostos correntes numa base líquida ou em que os seus activos e passivos por impostos diferidos serão realizados simultaneamente.

Os activos por impostos diferidos são reconhecidos sempre que seja provável a disponibilidade de lucros fiscais não utilizados, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis contra os quais as difernças temporárias possam ser utilizadas. Os activos por impostos diferidos são revistos a cada data de Balanço e são reduzidos com a probabilidade de o benefício não vir a ser realizado.



Os impostos adicionais que surgem a partir da distribuição de dividendos pelo Banco são reconhecidos no momento em que a responsabilidade de pagar o dividendo relacionado é reconhecida. Estes valores são geralmente reconhecidos em resultados, porque geralmente estão relacionados com rendimentos decorrentes de operações originalmente reconhecidas em resultados.

Disposições fiscais

Na determinação do montante do imposto corrente e diferido, o Banco tem em consideração o impacto de posições fiscais incertas e se são devidos impostos adicionais e juros. Esta avaliação baseia-se em estimativas e pressupostos e envolve uma série de julgamentos sobre eventos futuros. A existência de novas informações pode originar a alteração do julgamento feito pelo Banco sobre a adequação dos passivos fiscais existentes. As alterações no valor dos passivos fiscais terão impacto no gasto de imposto do exercício em que ocorre.

(g) Pagamentos com base em acções

O justo valor na data da concessão de prémios de pagamento com base em acções - ou seja, opções de acções - concedidas aos empregados é reconhecido em gastos com o pessoal e no capital próprio, ao longo do período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito de gozar estes prémios. O valor reconhecido como gasto é ajustado para reflectir o número de prémios para os quais os serviços relacionados e as condições de desempenho, não de mercado, se espera que sejam atingidos, de modo que o montante finalmente reconhecido como gasto tenha como base o número de prémios que satisfazem as condições relacionadas e que não sejam de mercado na data de aquisição. Para prémios de pagamento com base em acções com condições de não aquisição, o justo valor na data de concessão do pagamento com base em acções é mensurado para reflectir tais condições e não existe ajustamento para as diferenças entre os resultados esperados e os reais.

(h) Activos e passivos financeiros

(i) Reconhecimento

O Banco faz o reconhecimento inicial, na data em que são originados, dos empréstimos e adiantamentos, depósitos, títulos de dívida emitidos e passivos subordinados. Todos os outros instrumentos financeiros (incluindo compras regulares e vendas de activos financeiros) são reconhecidos na data de negociação, isto é, na data em que o Banco se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Um activo ou passivo financeiro é mensurado inicialmente ao justo valor acrescido dos custos de transacção que sejam directamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão se o item não for classificado ao justo valor através de resultados.

(ii) Classificação

Activos Financeiros  
O Banco classifica os seus activos financeiros numa das seguintes categorias:

- Ao custo amortizado
- Ao justo valor através de outro rendimento integral (OCI)
- Designado ao justo valor através de resultados
- Ao justo valor através de resultados.

Passivos financeiros  
O Banco classifica os seus passivos financeiros, que não sejam garantias financeiras e compromissos de empréstimos, como mensurados:

- Ao custo amortizado
- Designado ao justo valor através de resultados.

(iii) Desreconhecimento

Activos financeiros

O Banco desreconhece um activo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do activo expiram ou quando transfere os direitos de receber os fluxos de caixa contratuais através de uma transacção em que substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do activo financeiro são transferidos ou em que o Banco não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e vantagens da propriedade e não retém o controlo do activo financeiro.

No desreconhecimento de um activo financeiro, a diferença entre a valor contabilístico do activo (ou o valor contabilístico alocado à parte do activo desreconhecido) e a soma:

(i) do valor recebido (incluindo qualquer activo novo obtido menos qualquer passivo novo assumido) e (ii) de qualquer ganho ou perda acumulado que tenha sido reconhecido no rendimento integral e reconhecido em resultados. Quaisquer juros em activos financeiros transferidos que se qualificam para desreconhecimento e que sejam criados ou retidos pelo Banco são reconhecidos como um activo ou passivo em separado.

Nos casos em que o Banco realiza operações em que transfere os activos reconhecidos no Balanço, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos activos transferidos ou uma parte deles, os activos transferidos não são desreconhecidos. Os empréstimos de títulos e as transacções de venda e recompra são exemplos de tais transacções.

Passivos financeiros

O Banco desreconhece um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais satisfeitas, canceladas ou quando estas expiram.”

(iv) Compensação

Os activos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reconhecido no Balanço sempre que exista um direito legal de compensar os montantes reconhecidos e a intenção de efectuar a liquidação pelo seu valor líquido ou de realizar o activo e liquidar o passivo simultaneamente.

Os rendimentos e custos são apresentados numa base líquida apenas quando permitido pelas NIRF ou quando os ganhos e perdas são provenientes de um grupo de transacções semelhantes geradas na actividade comercial do Banco.

(v) Mensuração do custo amortizado

O “custo amortizado” de um activo ou passivo financeiro é o valor pelo qual o activo ou passivo financeiro é reconhecido inicialmente, deduzido dos reembolsos de capital, mais ou menos a amortização acumulada, usando o método da taxa de juro efectiva de qualquer diferença entre a quantia inicial reconhecida e a quantia na maturidade, menos qualquer redução por perda por imparidade.”

(vi) Mensuração do justo valor

Justo valor” é o preço que seria recebido para vender um activo, ou pago para transferir um passivo, numa transacção normal entre participantes do mercado na data da mensuração inicial ou, na sua ausência, no mercado activo mais vantajoso a que o Banco tivesse acesso nessa data. O justo valor de um passivo reflecte o seu risco de incumprimento.

Quando disponível, o Banco mensura o justo valor de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado activo para esse instrumento. Um mercado é visto como activo quando as transacções para o activo ou passivo ocorrem com frequência e em volume suficiente para fornecer informações sobre os preços de forma contínua.

Se não houver um preço cotado num mercado activo o Banco utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso dos dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os factores que os participantes do mercado têm em conta ao determinar o preço de uma transacção.

A melhor evidência do justo valor de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transacção, ou seja, o justo valor da retribuição dada ou recebida. Se o Banco determinar que o justo valor no reconhecimento inicial difere do preço da transacção, e o justo valor não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado activo para um activo ou passivo idêntico nem com base numa técnica de avaliação que usa apenas dados de mercado observáveis, então o instrumento financeiro é inicialmente mensurado pelo justo valor ajustado de forma a ter em conta a diferença entre o justo valor no reconhecimento inicial e o preço da operação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida em resultados, numa base adequada, ao longo da vida do instrumento, ou quando a avaliação é totalmente suportada por dados observáveis de mercado ou é concluída.

As carteiras de activos e passivos financeiros que se encontram expostas ao risco de mercado e risco de crédito, e que são geridos pelo Banco em função da exposição líquida ao mercado ou ao risco de crédito, são mensuradas com base no preço que seria recebido para vender uma posição líquida longa (ou pago para transferir uma posição líquida curta) para uma determinada exposição de risco. Esses ajustamentos de nível de carteira são atribuídos individualmente aos activos e passivos, combase no ajustamento de risco relativo de cada um dos instrumentos individuais na carteira.

O justo valor de um depósito à ordem não é inferior ao valor a ser pago à ordem descontado desde a data em que o pagamento da quantia pode ser exigido.

O Banco reconhece as transferências entre os níveis da hierarquia do justo valor na data de Balançiem que ocorre a mudança.

(vii) Identificação e mensuração de imparidade

A imparidade da PCE é reconhecida em activos financeiros que sejam mensurados com base no custo amortizado ou com base no valor justo através de outro rendimento integral(OCI), bem como em exposições extrapatimoniais (compromissos de empréstimo e contratos de garantia financeira).

A base de mensuração da PCE de um activo financeiro inclui a avaliação sobre se houve um aumento significativo no risco de crédito (SICR) na data do balanço, que inclui informações prospectivas disponíveis na data do balanço sobre eventos passados, condições actuais e previsões das condições económicas futuras. A base de mensuração da PCE, apresentada na tabela a seguir, segue uma abordagem imparcial e baseia-se na probabilidade média ponderada de uma série de resultados possíveis, o valor do dinheiro no tempo e nas informações prospectivas.

<b>Estágio 1</b>	Uma ECL de 12 meses é calculada para activos financeiros que não se deterioraram significamente no que diz respeito à qualidade de crédito desde o reconhecimento inicial ou que tenham um baixo risco de crédito.
<b>Estágio 2</b>	Uma ECL ate a maturidade do contrato é calculada para os activos financeiros que tenham demonstrado um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial e que não sejam considerados créditos de baixo risco.
<b>Estágio 3 (Activos com imparidade)</b>	Uma ECL ate a maturidade do contrato é calculada para os activos financeiros que tenham evidência objectiva de imparidade. Os seguintes critérios para determinar a existência de imparidade em activos financeiros: <ul style="list-style-type: none"><li>• Incumprimento dos pagamentos contratuais</li><li>• Dificuldades financeira significativa do mutuário</li><li>• Probabilidade de falência ou reorganização financeira</li></ul>

(viii) NIRF 9 - Políticas contabilísticas aplicáveis aos instrumentos financeiros

Activos financeiros

Ao custo amortisado

Instrumentos financeiros que satisfaçam em simultâneo as seguintes condições (excluindo os designados pelo valor justo através do resultado):

• Detido num modelo de negócios cuja finalidade é manter o activo financeiro com o objectivo de coletar os fluxos de caixa contratuais; e

• Os termos contratuais do activo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos do capital e juros sobre o valor do capital em dívida.

Esta avaliação inclui a determinação do objetivo de manter o activo e se os fluxos de caixa contratuais são consistentes com um acordo básico de empréstimo. Quando as cláusulas contratuais introduzem exposição a risco ou volatilidade que se considerem inconsistentes com um acordo de empréstimo inicial o activo financeiro é classificado como ao justo por meio do resultado.

Ao justo valor através de outro rendimento integral (OCI)

Incorpora:

- Instrumentos financeiros que satisfaçam em simultâneo as seguintes condições (excluindo os designados pelo valor justo através do resultado):
  - Detido num modelo de negócios cujo finalidade é manter o activo financeiro com o objetivo de coletar os fluxos de caixa contratuais e ou venda do instrumento financeiro; e
  - Os termos contratuais do activo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos do capital e juros sobre o valor do capital em dívida.

Esta avaliação inclui a determinação do objectivo de manter o activo e se os fluxos de caixa contratuais são consistentes com um acordo básico de empréstimo. Quando as cláusulas contratuais introduzem exposição a risco ou volatilidade que se considerem inconsistentes com um acordo de empréstimo inicial o activo financeiro é classificado como ao justo valor através do resultado.

• Investimentos de capital próprio não detidos para negociação e irrevogavelmente eleitos (numa base individual) para serem apresentados ao justo justo através de outro rendimento integral.

Designado ao justo valor através de resultados

Os activos financeiros são designados para serem mensurados pelo justo valor por forma a eliminar ou reduzir significativamente um “descasamento contabilístico” que, de outra forma, surgiria.

Ao justo valor através de resultados

Os activos financeiros não classificados em nenhuma das categorias de activos financeiros mencionadas acima.

Passivos financeiros

Designado ao justo valor através de resultados

Os passivos financeiros são designados para serem mensurados pelo justo valor nas seguintes situacoes:

- eliminar ou reduzir significativamente um “não casamento contabilístico” que, de outra forma, surgiria quando os passivos financeiros fossem geridos e seu desempenho avaliado e reportado com base no justo valor.
- quando o passivo financeiro contém um ou mais derivados embutidos que modifiquem significativamente os fluxos de caixa do passivo financeiro.

Custo amortizado

Passivos financeiros não classificados em nenhuma das categorias de activos financeiros mencionadas acima.

i) Activos tangíveis

(i) Reconhecimento e mensuração

Os outros activos tangíveis são reconhecidos inicialmente pelo custo.

Subsequentemente, os edifícios são mensurado por quantias revalorizadas enquanto os outros activos são mensurados ao custo ou custo considerado menos a depreciação acumulada (ver abaixo) e quaisquer perdas por imparidade acumuladas. O custo de activos desenvolvidos internamente inclui o custo de materiais, mão-de-obra directa e uma proporção apropriada dos custos gerais de produção.

Quando um item de outros activos tangíveis inclui componentes significativas com períodos de vida útil estimada diferentes a contabilização é feita em classes separadas de activos.

Os edifícios são periodicamente reavaliados nos termos das Normas Internacionais de Relato Financeiro. O excedente da revalorização é reconhecido como reserva de reavaliação e é incluído no capital próprio até que seja realizado, altura em que é transferido directamente para resultados transitados.

(ii) Custos subsequentes

Os custos subsequentes são incluídos na valor contabilístico do activo ou são reconhecidos, se apropriado, como um activo independente apenas se for provável que deles resultem benefícios económicos futuros para o Banco e o custo do activo puder ser mensurado de forma fiável. Os restantes custos com manutenção e reparação são registados noutros custos operacionais durante o período financeiro em que foram incorridos. “

Depreciação

A depreciação é calculada segundo o método das quotas constantes, para imputar os custos dos itens de outros activos tangíveis, menos os seus valores residuais, ao longo do seu período de vida útil estimada. Os prazos de vida útil estimada para os período actual e comparativo, são os seguintes:





	Número de anos
Edifícios	50 anos
Equipamento	3 - 5 anos
Veículos	4 anos
Mobiliário e outro equipamento	10 anos

Os métodos de depreciação, valores residuais e vidas úteis são revistos e ajustados, se necessário a cada data de relato.

Os ganhos e perdas em alienações são reconhecidos em resultados e determinados pela diferença entre o valor da venda e de o valor líquido contabilístico.

**(j) Activos intangíveis**

O software adquirido pelo Banco é mensurado ao custo histórico deduzido da amortização acumulada e das perdas por imparidade acumuladas.

Os custos do software desenvolvido internamente são reconhecidos como um activo quando a entidade é capaz de demonstrar a sua intenção e capacidade de concluir o desenvolvimento e usar o software de uma maneira que irá gerar benefícios económicos futuros e consegue mensurar com segurança os custos para concluir o desenvolvimento.

Os custos capitalizados de software desenvolvido internamente incluem todos os custos directamente atribuíveis para o desenvolvimento do software bem como os custos capitalizados dos empréstimos obtidos para o efeito, e são amortizados durante a vida útil do software. O software desenvolvido internamente é mensurado pelo seu custo menos qualquer amortização acumulada e perdas por imparidade acumuladas.

Os custos subsequentes em activos de software são capitalizados somente quando aumentam os benefícios económicos futuros incorporados no activo específico a que se referem. Todos os outros custos são reconhecidos em resultados quando incorridos.

**Amortização**

A amortização é reconhecida com base em quotas constantes calculadas em função do valor estimado das vidas úteis dos activos intangíveis. Os activos intangíveis são amortizados por um período não superior a 5 anos.

Os métodos de amortização, vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de relato e ajustados quando apropriado.

**(k) Imparidade de activos não financeiros**

As quantias escrituradas dos activos não financeiros e dos activos por impostos diferidos são revistas a cada data de relato para apurar se há evidência objectiva de imparidade e quando esta existe estima-se o valor recuperável do activo. Uma perda por imparidade é reconhecida sempre que a valor contabilístico de um activo ou de uma unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados (Outros gastos operacionais).

O valor recuperável de um activo é o maior entre o valor em uso e o justo valor menos os custos de transação. O valor de uso corresponde ao valor presente dos fluxos de caixa futuros, descontados a uma de taxa de desconto antes dos impostos que reflecta as avaliações correntes do mercado do valor temporal do dinheiro e os riscos específicos para o activo.

Para outros activos que não o trespassse, uma perda por imparidade é revertida somente na medida em que a valor contabilístico do activo não exceda a valor contabilístico que teria sido determinado, líquido de depreciação ou amortização, se a perda por imparidade não tivesse sido reconhecida.

**(l) Dividendos**

Os dividendos são reconhecidos como uma exigibilidade no período em que são declarados.

**(m) Benefícios dos empregados – Obrigações com pensões**

De acordo com os contratos de trabalho negociados com os seus trabalhadores, o Banco assumiu a responsabilidade de pagar pensões de reforma, incluindo benefícios às viúvas, órfãos e pessoas singulares, em conformidade com o estabelecido por um acordo colectivo de trabalho.

**Plano de benefício definidos**

No que diz respeito aos benefícios de reforma acima, o Banco criou um fundo interno para cobrir os custos futuros com pensões. Os activos deste plano mantidos pelo fundo são representados por investimentos em contas de depósito de alto rendimento, obrigações emitidas por empresas de qualidade e contas correntes. As receitas resultantes dos activos do plano destinam-se a cobrir a obrigação que vier a ser determinada por meio de uma avaliação actuarial.

A contribuição para o activo do fundo é efectuada mensalmente e os juros e retornos gerados pelos activos do plano são capitalizados anualmente.

A avaliação actuarial da obrigação de benefício definido é efectuada com base no método de crédito da unidade projectada e intervalos regulares que a Administração julga mais convenientes, de modo a assegurar que os montantes reconhecidos nas demonstrações financeiras não são materialmente diferentes dos valores que seriam determinados à data do relato.

O passivo apresentado no Balanço que respeita às obrigações em planos de benefício definido é determinado pelo valor actual das obrigações e inclui os ajustamentos relativos a ganhos e perdas actuariais não reconhecidos (ver abaixo) e custos de serviços prestados no passado.

**Ganhos e perdas actuariais**

Os ganhos e perdas actuariais resultam das alterações nos pressupostos actuariais e dos efeitos das diferenças entre os pressupostos actuariais anteriores e o real (ajustamentos experienciais).

Os ganhos actuariais são reconhecidos na demonstração do rendimento integral.

**Benefícios de curto-prazo**

Os benefícios de curto prazo comportam os salários, pagamentos de férias acumuladas, participação nos lucros, gratificações e outros benefícios não monetários, tais como contribuições para a assistência médica.

As obrigações de pagamento dos benefícios de curto prazo dos empregados são mensuradas numa base não descontada, sendo contabilizadas como custo quando o respectivo serviço é prestado.

Um passivo é reconhecido pelo valor que deverá ser pago no curto prazo, ao abrigo de planos de bónus em dinheiro ou férias acumuladas, se o Banco tiver uma obrigação actual legal ou construtiva de pagar esse valor, como resultado do serviço prestado no passado pelo empregado, e a obrigação puder ser estimada com fiabilidade.

**Benefícios pelo término do contrato**

Os benefícios pelo término do contrato são reconhecidos como custo, quando o Banco se compromete, sem possibilidade realista de retirada, com um plano detalhado formal para rescindir o contrato do empregado, antes da sua data normal de reforma, ou proporcionar benefícios pelo término, como resultado de uma oferta feita para encorajar a demissão voluntária. Se não se espera que os benefícios sejam totalmente liquidados no prazo de 12 meses após a data de relato, então estes são descontados.

**Plano de contribuição definida**

As obrigações respeitantes às contribuições para os planos de contribuição definida são reconhecidas como custo quando os serviços relacionados são prestados e reconhecidos como custos com pessoal em resultados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um activo na proporção em que um reembolso em dinheiro ou uma redução em futuros pagamentos está disponível.

As contribuições para planos de contribuição definida são reconhecidas como custo quando os serviços são prestados e são reconhecidos como custos com o pessoal em resultados.

**(n) Empréstimos que rendem juros**

Os empréstimos que rendem juros são inicialmente reconhecidos ao custo, deduzido dos custos de transacção atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos que rendem juros são mensurados pelo custo amortizado e as diferenças entre o custo e o valor de resgate são reconhecidos em resultados, no decurso do período dos empréstimos e com base no método da taxa de juro efectiva.

**(o) Resultados por acção**

O Banco apresenta resultados por acção básicos e diluídos para as suas acções ordinárias. Os resultados por acção básicos são calculados dividindo o lucro ou prejuízo atribuível aos accionistas ordinários do Banco pelo número médio ponderado de acções ordinárias em circulação durante o período. Os resultados por acção diluídos são determinados ajustando os resultados atribuíveis aos accionistas ordinários e o número médio ponderado de acções ordinárias em circulação pelos efeitos de todas as potenciais acções ordinárias diluidoras, que compreendem opções sobre acções concedidas aos empregados.

**(p) Provisões**

Uma provisão é reconhecida quando o Banco tem uma obrigação actual legal ou construtiva resultante de um acontecimento passado, em que é muito provável que uma saída de recursos venha a ser necessária para cumprir a obrigação, e o valor se possa estimar de forma fiável.

As provisões são mensuradas com base no valor actual dos custos que se espera incorrer para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de imposto que reflecte a avaliação actual do mercado do valor temporal do dinheiro e, quando necessário, o risco específico do passivo.

**(i) Reestruturação**

Uma provisão para reestruturação é reconhecida quando o Banco aprova um plano de reestruturação detalhado e formal e a reestruturação tenha sido iniciada ou anunciada publicamente. As perdas futuras não são provisionadas.

**(ii) Contratos onerosos**

Uma provisão para contratos onerosos é reconhecida quando os benefícios que o Banco espera obter a partir de um contrato forem inferiores aos custos considerados inevitáveis para satisfazer as suas obrigações nos termos do contrato. A provisão é mensurada pelo menor valor presente entre os custos do término do contrato e o custo líquido esperado com a continuação do contrato. Antes de reconhecer uma provisão o Banco reconhece as perdas por imparidade dos activos associados a esse contrato.

**(iii) Taxas bancárias**

A provisão para taxas bancárias é reconhecida quando a condição que desencadeia o pagamento da taxa é cumprida. Se uma taxa está sujeita a um

limite mínimo de operações para que o factor gerador da obrigação seja o alcance de uma actividade mínima, a provisão é reconhecida quando o limite mínimo de actividade é alcançado.

**3. Gestão do risco financeiro - Objectivos, políticas e processos**

As actividades do Banco expõem a instituição a riscos financeiros de diversa ordem. Estas actividades também incluem a análise, avaliação, aceitação e gestão de certo grau de risco ou combinação de riscos. Assumir riscos é essencial nos serviços financeiros e os riscos de carácter operacional são uma consequência inevitável do exercício da actividade. O objectivo do Banco é o de atingir um equilíbrio adequado entre retorno e o risco e minimizar os efeitos potencialmente adversos que possam afectar o seu desempenho financeiro.

Pela sua natureza, as actividades do Banco estão principalmente relacionadas com a utilização de instrumentos financeiros, incluindo instrumentos derivados. O Banco aceita depósitos de clientes remunerados em duas modalidades de taxa (fixas ou indexadas), com diferentes maturidades, e tenta gerar margens de juro acima da média, investindo estes fundos em activos de alta qualidade. O Banco procura aumentar estas margens consolidando os fundos de curto prazo e fazendo empréstimos por períodos mais longos, a taxas mais altas, mantendo liquidez suficiente para atender a todas as necessidades que possam surgir.

Assim, as políticas de gestão de risco implementadas pelo Banco foram desenvolvidas no sentido de permitir a identificação e a análise dos riscos, a definição de limites e controlos de risco apropriados e a supervisão dos riscos e grau de adesão aos limites fixados mediante a implementação de sistemas de informação fiáveis e actualizados. O Banco revê periodicamente as suas políticas de gestão de risco, assim como os sistemas implementados, por forma a considerar as alterações ocorridas no mercado, nos produtos e nas práticas de boa governação emergentes.

**Estrutura, âmbito e natureza de relato de risco**

A gestão do risco é realizada pelo Departamento de Risco, no âmbito das políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. Este departamento identifica, avalia e salvaguarda os riscos financeiros em estreita cooperação com as unidades operacionais do Banco. O Conselho de Administração fornece princípios escritos para a gestão global de risco bem como políticas escritas que abrangem áreas específicas, tais como, o risco cambial, o risco da taxa de juro, o risco de crédito e a utilização de instrumentos financeiros derivados e de instrumentos financeiros não-derivados. A auditoria interna é responsável pela revisão independente das políticas de gestão de risco e pelo ambiente de controlo. Dos diferentes tipos de riscos a que o Banco está exposto destacam-se o risco de crédito, o risco de liquidez, o risco de mercado e outros riscos operacionais. O risco de mercado inclui o risco cambial, risco da taxa de juros e outros riscos de preçário.

**3.1 Risco de crédito**

O Banco está exposto ao risco de crédito, isto é, o risco de uma contraparte causar um prejuízo financeiro ao Banco por falta de quitação de uma obrigação contratual. A cada data de relato, são constituídas provisões para perdas por imparidade para cobrir os prejuízos incorridos. As mudanças significativas na economia, ou no desempenho de um determinado segmento da indústria em que exista uma concentração da carteira do Banco, poderão resultar em perdas diferentes das previstas à data de relato. Consequentemente, a Administração está empenhada em gerir cuidadosamente a exposição do Banco ao risco de crédito.

O Banco estrutura os níveis de risco de crédito a que está exposto e estabelece limites no valor do risco aceite na relação com um mutuário ou grupos de mutuários e com os segmentos da indústria. Esses riscos são monitorados numa base rotativa e sujeitos a revisões anuais ou com mais frequência. Os limites ao nível de risco de crédito por produto, sector de indústria e país são aprovados pelo Conselho de Administração.

A exposição a qualquer mutuário, incluindo bancos, é restringida por sub-limites, abrangendo exposições do balanço e extra-patrimoniais e limites de risco estabelecidos diariamente com relação aos itens negociáveis, tais como os contratos de operações cambiais a prazo. As exposições reais têm em conta os limites definidos e são controladas numa base diária.

A exposição ao risco de crédito é gerida através da análise regular da capacidade dos mutuários e potenciais mutuários cumprirem com o pagamento dos juros e reembolso de capital e, se necessário, mediante a alteração dos limites de crédito. A obtenção de cauções e garantias corporativas e pessoais faz parte da gestão da exposição ao risco de crédito.

Os Administradores criaram um Comité de Crédito que implementa a política de crédito do Banco. É política do Banco exigir garantias adequadas aos clientes antes do desembolso dos empréstimos aprovados. São geralmente obtidas cauções aceitáveis sob a forma de dinheiro, inventários, investimentos cotados em Bolsa ou hipoteca de propriedades.

**3.1.1 Mensuração do risco de crédito**

**Empréstimos e adiantamentos**

**Características e métricas da carteira de crédito em termos da NIRF 9**  
Activos financeiros ao custo amortizado e FVOCI, bem como a exposições extrapatrimoniais sujeitas a uma ECL (Perdas Esperada de Crédito) são analisados e categorizados, com base na qualidade de crédito usando a escala de rating do Banco. As exposições dentro dos estágios 1 e 2 são classificadas entre 1 e 25 em termos da escala de classificação do banco. As exposições que não estão entre 1 e 25 são consideradas em incumprimento.

**Incumprimento**

A definição de incumprimento, que acciona automaticamente a classificação de crédito com imparidade (estágio 3), baseia-se na abordagem e nas



definições internas de gesão de risco de crédito do Banco. Embora a determinação específica de incumprimento varie de acordo com a natureza do produto, geralmente é determinado (alinhado à definição dos acordos de Basileia) como ocorrendo, no menor entre as seguintes fases:

- quando, na opinião do Banco, a contraparte é considerada improvável de pagar as quantias devidas na data de vencimento ou pouco depois, sem recurso a acções como a realização da garantia; ou
- quando a contraparte está vencida há mais de 90 dias (ou, no caso de facilidades de descoberto em excesso do limite actual).

O Banco não contradiz a presunção do atraso de 90 dias da IFRS 9 para efeitos de crédito vencido.

Um instrumento financeiro activo é considerado em incumprimento quando há evidência objectiva de perda de valor. Os critérios a seguir são usados para determinar se há evidência objetiva de redução ao valor recuperável para instrumentos financeiros activos, individuais ou em grupo:

- dificuldade financeira significativa do mutuário e / ou modificação (ou seja, dificuldades de fluxo de caixa conhecidas do tomador de empréstimo)
- uma quebra de contrato, como incumprimento nos pagamentos de juros e /ou capital
- desaparecimento do mercado activo devido a dificuldades financeiras
- torna-se provável que o mutuário declare falência ou outra reorganização financeira
- quando o Banco, por razões económicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do mutuário, faz concessões que não faria de outra forma.

Exposições que estão vencidas há mais de 90 dias também são consideradas em incumprimento.

Saneamentos

Um empréstimo com imparidade é saneado quando todas as tentativas razoáveis de cobranças tenham sido feitas e já não se preveja um benefício económico material da tentativa de recuperar o saldo em aberto. Os seguintes critérios devem ser atendidos antes que um instrumento financeiro possa ser saneado

- o instrumento financeiro activo esteve em incumprimento pelo período definido para o produto específico (ou seja, VAF, empréstimos hipotecários, etc.), que é considerado suficiente para determinar se a entidade é capaz de receber qualquer benefício económico adicional do empréstimo em incumprimento; e
- no momento do saneamento, o instrumento financeiro activo está totalmente deteriorado (ou seja, 100% de provisão) sem expectativas razoáveis de recuperação do activo, ou uma parte dele.

A excepção aos requisitos acima, onde a exposição é garantida, o empréstimo com imparidade somente pode ser saneado uma vez que a garantia tenha sido realizada. Após a realização da garantia, o montante de défice pode ser saneado se atender ao segundo requisito listado acima. O valor do défice não é aplicavel ao primeiro requisito de saneamento.

Remediações

É necessária uma avaliação contínua para determinar se as condições que levaram um instrumento financeiro activo a ser considerado um empréstimo com imparidade (ou seja, estágio 3) ainda existem. Os instrumentos financeiros activos que não se qualificam como empréstimos com imparidade permanecem no estágio 3 por um período mínimo de seis meses (ou seja, seis pagamentos mensais consecutivos completos segundo os termos e condições).

Quando se determinar que um instrumento financeiro activo não mais atende aos critérios de aumento significativo do risco de crédito, quando comparado ao rating de crédito no reconhecimento inicial, o instrumento financeiro activo passará do estágio 2 (modelo de perda de crédito esperada vitalício) de volta ao estágio 1 (modelo de perda de crédito esperado para 12 meses) prospectivamente. Em portfólios do retalho têm um período de reabilitação de pelo menos 6 meses (subsequente a um cliente ter pago todas as facilidades pendentes) seria necessário para que a avaliação interna do cliente diminuísse de volta à sua escala de avaliação no reconhecimento inicial e passasse do estágio 2 para o estágio 1 adequadamente.

Activos financeiros

Nos termos da NIFR 9, uma provisão para imparidade é calculada por exposição pelo menor entre o período de 12 meses ou o tempo restante de vida da exposição. Estas exposições não eram sujeitas a imparidade nos termos da NIC 39.

Os activos financeiros, no valor de MT 30 777 009 441 compreendem bilhetes do tesouro e obrigações do tesouro de Moçambique. Contém itens de curto e médio longo prazo, com a classificação associada ao Governo de Moçambique, sem histórico de perdas, qualificando como “Monitoria padrão” na classificação interna do Banco.

NIC 39/IAS 39

A mensuração operacional pode contrastar com as provisões para imparidade exigidas pela NIC 39 e que se baseiam nas perdas incorridas à data de relato (“modelo da perda incorrida”) e não das perdas esperadas.

O Banco avalia a probabilidade de incumprimento das contrapartes individuais usando ferramentas internas de avaliação adaptadas às diferentes categorias da contraparte e desenvolvidas internamente, que combinam a análise estatística com o julgamento do gestor do crédito e são validadas, se necessário, mediante a comparação com os dados externos disponíveis. Os clientes do Banco estão segmentados em cinco classes de avaliação e a escala de avaliação do Banco, tal como apresentada de seguida, reflecte as probabilidades de incumprimento definidas para cada classe de avaliação. Isto significa que, em princípio, as exposições migram entre as classes de acordo com a alteração da probabilidade de incumprimento.

Classificação interna do Banco

Empréstimos em cumprimento

1. Monitoria padrão
2. Monitoria especial

Empréstimos em incumprimento

3. Sub-padrão
4. Duvidosos
5. Prejuízo

Os incumprimentos observados de acordo com a categoria de classificação variam de ano para ano e especialmente durante um ciclo económico.

(i) A exposição é calculada em função dos montantes que o banco prevê estarem em dívida na data do incumprimento. Por exemplo, no caso de um crédito significo o valor nominal do crédito. Relativamente a uma obrigação, o Banco inclui os montantes já desembolsados mais os montantes adicionais que possam vir a ser desembolsados à data do incumprimento caso este ocorra.

(ii) As perdas devido a incumprimento, ou gravidade da perda, representam a expectativa do Banco relativamente à dimensão das perdas que poderão resultar de acções que decorram de incumprimento, e são expressas em termos de perda percentual por unidade de exposição que varia tipicamente segundo o tipo de contraparte, tipo de acção e hierarquia de créditos e existência de garantia real ou outras medidas de mitigação.

Caixa e disponibilidades no Banco Central

Caixa e disponibilidades no Banco Central no valor de MT 16 330 053 142 compreendem moedas e notas bancárias. Estes são itens de curto prazo com alta liquidez sem histórico de perdas, qualificando como “Monitoria padrão” na classificação interna do Banco.

Activos financeiros

Nos termos da NIFR 9, uma provisão para imparidade é calculada por exposição pelo menor entre o período de 12 meses ou o tempo restante de vida da exposição. Estas exposições não eram sujeitas a imparidade nos termos da NIC 39.

Os activos financeiros, no valor de MT 30 777 009 441 compreendem bilhetes do tesouro e obrigações do tesouro de Moçambique. Contém itens de curto e médio longo prazo, com a classificação associada ao Governo de Moçambique, sem histórico de perdas, qualificando como “Monitoria padrão” na classificação interna do Banco.

3.1.2. Controlo do limite do risco e políticas de mitigação

Exposições extrapatrimoniais

A exigência de manter uma ECL em exposicoes extrapatrimoniais, tais como garantias e cartas de crédito, resultou na exigência de manter provisões adicionais para deterioração de crédito. Estas exposições não eram sujeitas a imparidade nos termos da NIC 39 .

As cauções, garantias, derivados de crédito e exposições patrimoniais e extrapatrimoniais são frequentemente utilizadas para mitigar o risco de crédito. As políticas e procedimentos de mitigação de risco de crédito asseguram que as técnicas de mitigação de risco de crédito sejam aceitáveis, utilizadas de forma consistente, valorizadas de forma regular e adequada e possam satisfazer os requisitos de risco de gestão operacional para a aplicação legal, prática e antecipada.

O Banco gere limites e controla a concentração do risco de crédito sempre que este é identificado, em particular, para contrapartes individuais, grupos e indústrias.

O Banco estrutura os níveis de risco de crédito mediante a aplicação de limites de risco aceite na relação com um mutuário, ou grupos de mutuários, e para segmentos geográficos e de indústria. Esses riscos são monitorados numa base rotativa e sujeitos a uma revisão anual ou mais frequente, sempre que se julgue necessário. Os limites no nível de risco de crédito por produto, sector da indústria e por país são aprovados trimestralmente pelo Conselho de Administração.

As cartas de crédito são também sujeitas a avaliações rigorosas de crédito antes de serem emitidas. Os acordos especificam os limites monetários para as obrigações do Banco.

Outros controlos específicos e medidas de mitigação apresentam-se como se segue:

(a) Garantias

O Banco recorre a uma gama de políticas e práticas para reduzir o risco de crédito. A mais frequente é a obtenção de colaterais sobre fundos mutuados. O Banco implementa directivas orientadoras sobre a aceitabilidade das categorias específicas de garantias de crédito ou de redução do risco de crédito. Os principais tipos de garantia para os empréstimos e adiantamentos são:

- Hipotecas sobre residencias próprias;
- Encargos sobre activos comerciais, tais como instalações, equipamentos, inventários e contas a receber;
- Encargos sobre instrumentos financeiros, tais como títulos de dívida e acções.

O financiamento e empréstimos de longo prazo a empresas são efectuados normalmente com garantias enquanto as linhas de crédito individual renovável não. Para minimizar as perdas de crédito, assim que são observados indicadores de imparidade em empréstimos e adiantamentos individuais relevantes, o Banco procura obter garantias reais adicionais da contraparte.

As garantias reais constituídas sobre activos financeiros que não sejam empréstimos e adiantamentos são determinadas pela natureza do instrumento. Geralmente, os títulos de dívida, obrigações do tesouro ou outras obrigações elegíveis não estão sujeitos à entrega de garantias, com excepção dos títulos suportados por activos e instrumentos similares, que são garantidos pelas carteiras de instrumentos financeiros.

O Banco detém garantias de empréstimos e adiantamentos a clientes. O efeito das garantias em 31 de dezembro de 2018 é descrito abaixo:

Grupo & Banco				
	Activos sobre-colateralizados		Activos sub-colateralizados	
	Valor contabilístico dos activos	Justo valor das garantias	Valor contabilístico dos activos	Justo valor das garantias
<b>Banca de particulares e negócio</b>				
Empréstimos hipotecários	1,978,294,900	6,376,652,436	-	-
Vendas a prestações e locações financeiras	-	-	419,567,780	415,561,429
Outros empréstimos e adiantamentos	6,426,836,283	8,010,340,321	-	-
<b>Banca de grandes empresas e de investimento</b>				
Empréstimos a grandes empresas	-	-	20,568,967,480	12,801,632,611
Operações de locação financeira imobiliária	845,738,370	6,754,529,900	-	-
<b>Em 31 de Dezembro de 2018</b>	<b>9,250,869,553</b>	<b>21,141,522,657</b>	<b>20,988,535,260</b>	<b>13,217,194,041</b>

O efeito das garantias em 31 de dezembro de 2017 é descrito abaixo:

	Activos sobre-colateralizados		Activos sub-colateralizados	
	Valor contabilístico dos activos	Justo valor das garantias	Valor contabilístico dos activos	Justo valor das garantias
<b>Banca de particulares e negócio</b>				
Empréstimos hipotecários	2,102,067,822	3,745,605,016	-	-
Vendas a prestações e locações financeiras	-	-	386,388,209	376,480,011
Outros empréstimos e adiantamentos	4,395,234,989	5,143,224,736	-	-
<b>Banca de grandes empresas e de investimento</b>				
Empréstimos a grandes empresas	-	-	15,267,201,547	4,699,586,217
Operações de locação financeira imobiliária	1,551,589,518	5,739,147,600	-	-
<b>Em 31 de Dezembro de 2017</b>	<b>8,048,892,329</b>	<b>14,627,977,352</b>	<b>15,653,589,756</b>	<b>5,076,066,228</b>

(b) Derivados

O Banco mantém limites de controlo rigorosos sobre as posições líquidas abertas de derivados (isto é, a diferença entre contratos de compra e venda), no que respeita ao valor e prazo. Em qualquer altura, o valor sujeito ao risco de crédito é limitado ao justo valor actual dos instrumentos que sejam favoráveis para o Banco (ou seja, activos em que o seu justo valor seja positivo), o qual, em relação aos instrumentos derivados, constitui apenas uma pequena fracção do contrato, ou valores fictícios utilizados para exprimir o volume de instrumentos pendentes. Esta exposição ao risco de crédito é gerida como parte do conjunto de limites de crédito com os clientes, em conjunto com potenciais exposições dos movimentos do mercado. As cauções ou outras garantias não são normalmente obtidas para exposições ao risco de crédito destes instrumentos, excepto nos casos em que o Banco exige depósitos de margem às contrapartes.





O risco de liquidação surge em qualquer situação em que o Banco efectue um pagamento em dinheiro, valores mobiliários ou acções, na expectativa de um recebimento correspondente em dinheiro, valores mobiliários ou acções. São estabelecidos limites diários de liquidação para cada uma das contrapartes para efeitos de cobertura do agregado dos riscos resultantes da liquidação das transacções de mercado feitas pelo Banco num único dia.

(c) Compromissos relacionados com o crédito

O principal objectivo destes instrumentos é assegurar que os fundos estão disponíveis para o cliente em qualquer momento. As garantias e as cartas de crédito de apoio estão sujeitas ao mesmo risco de crédito que os empréstimos. As cartas de crédito documentais e comerciais que representam compromissos escritos pelo Banco em nome de um cliente, autorizando um terceiro a responsabilizar o Banco, até um montante estipulado sob termos e condições específicas, são garantidas por remessas de mercadorias subjacentes a que dizem respeito e, por isso, correm menos riscos do que um empréstimo directo.

Os compromissos para aumentar o crédito representam parcelas não utilizadas de autorizações visando aumentar o crédito, quer sob a forma de empréstimos, garantias ou cartas de crédito. No que diz respeito ao risco de crédito nos compromissos que visam aumentar o crédito, o Banco fica potencialmente exposto à perda de um montante igual ao total dos compromissos não utilizados. Todavia, o montante provável da perda é inferior ao total de compromissos não utilizados, uma vez que a maioria dos compromissos para aumentar o crédito são contingentes aos clientes manterem padrões de crédito específicos. O Banco controla o prazo de vencimento dos compromissos de crédito, porque os compromissos de longo prazo assumidos têm de um modo geral, um grau de risco de crédito maior do que os compromissos de prazo mais curto.

3.1.3 Políticas de provisões e imparidade

Os sistemas de classificação interna e externa descritos na Nota 3.1.1 estão focados no mapeamento da qualidade do crédito desde o início da concessão de empréstimos e de investimento. Em contrapartida, as provisões para cobrir a imparidade são reconhecidas para efeitos de informação financeira apenas para as perdas que tenham sido incorridas à data de relato, com base em evidências objectivas de imparidade. Devido às diferentes metodologias aplicadas, o montante das perdas de crédito incorridas previstas nas demonstrações financeiras é geralmente mais baixo do que o montante determinado a partir do modelo da perda esperada que é utilizado para efeitos de gestão operacional interna e de reporte regulamentar.

A provisão para imparidade evidenciada no Balanço no final do exercício é obtida a partir de cada uma das cinco classes de classificação interna. No entanto, a maior parte da provisão para imparidade provém das duas classes inferiores. A tabela na nota 3.1.4 (a) mostra o percentual das rubricas do Balanço do Banco referente aos empréstimos e adiantamentos e a provisão de imparidade associada para cada uma das categorias de classificação interna do Banco.

A ferramenta de classificação interna ajuda os gestores a determinarem se existem evidências objectivas de imparidade nos termos da NIC 39 com base nos seguintes critérios estabelecidos pelo Banco:

- Incumprimento dos pagamentos contratuais do capital ou de juros;
- Dificuldades de fluxo de caixa enfrentadas pelo mutuário (por exemplo, rácio de capital, percentagem do rendimento líquido de vendas);
- Violação de acordos ou condições do empréstimo;
- Início do processo de falência;
- Diminuição da posição competitiva do mutuário;
- Deterioração do valor da garantia; e
- Classificação abaixo do nível do investimento.

A política do Banco exige que os activos financeiros que ultrapassem os limiares de materialidade sejam avaliados individualmente, pelo menos uma vez por ano, ou com uma periodicidade menor, quando as circunstâncias assim o exigirem. As provisões para imparidade nas contas avaliadas individualmente são determinadas por uma avaliação das perdas incorridas à data de relato, numa análise caso a caso, e são aplicadas individualmente a todas as contas principais. A avaliação abrange, normalmente, as garantias mantidas (incluindo a reconfirmação da sua aplicabilidade) e as receitas antecipadas para essa conta individual.

A imparidade avaliada em moldes colectivos é efectuada relativamente a: (i) carteiras de activos homogéneos que se situem, individualmente, abaixo dos limiares de materialidade; e (ii) perdas que tenham sido incorridas mas que ainda não tenham sido identificadas, usando a experiência histórica disponível com julgamento experiente e técnicas estatísticas.

3.1.4. Exposição máxima ao risco de crédito antes das garantias ou outros mitigadores do risco de crédito

Grupo & Banco														
2018 MT														
	Valor contabilístico	SB 1 - 12		SB 13 - 20		SB 21- 25		Incumprimento	Valor contabilístico das exposicoes em incumprimento	Garantias e recuperacoes expectaveis em exposicoes em incumprimento	Juros em suspenso para exposicoes em incumprimento	Saldo das perdas expectaveis em exposicoes em incumprimento	Cobertura das exposicoes em incumprimento	Vencido %
		Estágio 1	Estágio 2	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3						
<b>Banca de particulares e negócio</b>	<b>8,824,698,963</b>	-	-	<b>7,685,277,333</b>	-	-	<b>674,674,480</b>	<b>464,747,150</b>	<b>464,747,150</b>	<b>140,235,510</b>	<b>38,399,510</b>	<b>286,112,130</b>	-	-
Empréstimos hipotecários	1,978,294,900	-	-	1,614,784,760	-	-	194,484,000	169,026,140	169,026,140	85,587,030	10,850,040	72,589,070	49%	9%
Vendas a prestações e locações financeiras	419,567,780	-	-	402,463,040	-	-	12,131,280	4,973,460	4,973,460	828,570	-	4,144,890	83%	1%
Cartões de crédito	328,077,060	-	-	274,615,340	-	-	48,141,620	5,320,100	5,320,100	813,550	-	4,506,550	85%	2%
Outros empréstimos e adiantamentos	6,098,759,223	-	-	5,393,414,193	-	-	419,917,580	285,427,450	285,427,450	53,006,360	27,549,470	204,871,620	81%	5%
<b>Banca de grandes empresas e investimento</b>	<b>40,167,889,817</b>	<b>14,530,154,797</b>	-	<b>10,858,016,549</b>	<b>241,983,619</b>	<b>19,826,174,346</b>	<b>1,681,160,622</b>	<b>367,286,639</b>	<b>367,287,931</b>	<b>8,104,221</b>	-	<b>359,183,710</b>	<b>978</b>	<b>18</b>
Grandes empresas	20,568,967,480	7,115,793,698	-	10,858,016,549	241,983,619	227,496,320	1,681,160,622	367,286,639	367,287,931	8,104,221	-	359,183,710	978	18
Entidades soberanas	845,738,370	-	-	-	-	845,738,370	-	-	-	-	-	-	-	-
Instituições financeiras	18,753,183,967	7,414,361,099	-	-	-	18,752,939,656	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros empréstimos e adiantamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Valor bruto</b>	<b>48,992,588,780</b>	<b>14,530,154,797</b>	-	<b>18,543,293,882</b>	<b>241,983,619</b>	<b>19,826,174,346</b>	<b>,355,835,102</b>	<b>832,033,789</b>	<b>832,035,081</b>	<b>148,339,731</b>	<b>38,399,510</b>	<b>645,295,840</b>	<b>978</b>	<b>18</b>
Menos: Juros em suspenso	(38,399,510)	Exposições extrapatrimoniais												
Menos: Perda de credito esperada nos empréstimos e adiantamentos	(1,905,449,951)	Cartas de crédito 1,442,005,626												
		Garantias financeiras 14,052,322,410												
		Facilidades não utilizadas irreveogaveis 9,717,707,730												
		Outras operações de empréstimo e valores mobiliários 422,912,000												
<b>Valor liquido dos emprestimos e adiantamentos mensurados ao custo amortizado</b>	<b>7,048,739,319</b>	<b>Valor bruto 25,634,947,766</b>												
Investimentos financeiros ao justo valor atraves de outro rendimento integral		Menos: Perda de credito esperada em exposicoes extrapatrimoniais (128,120,000)												
Grandes empresas	92,881,000	Valor liquido dos em investimentos financeiros ao custo amortizado 25,506,827,766												
Entidades soberanas	29,726,368,179	<b>Total da exposicao dos activos financeiros sujeitos ao ECL 85,998,798,214</b>												
Instituições financeiras	-	Adicao de outras exposicoes da actividade do banco												
Outros empréstimos e adiantamentos	-	Caixa e disponibilidades no Banco Central 16,330,053,142												
<b>Valor bruto</b>	<b>29,819,249,179</b>	Derivados 8,729,646												
Adicionar: Ajustamneto da reserva de justo valor ( antes do ECL)	853,472,090	Activos detidos para negociação -												
<b>Total dos investimentos financeiros ao justo valor atraves de outro rendimento integral</b>	<b>30,672,721,269</b>	<b>Exposicao total ao risco de crédito 102,337,581,002</b>												

\*Somente disponível para iPhone X ou modelos superiores



(a) Empréstimos e adiantamentos nem vencidos nem em imparidade

A qualidade de crédito da carteira de empréstimos e adiantamentos não vencidos e sem imparidade pode ser avaliada por referência ao sistema de avaliação interna adoptado pelo Banco (ver a nota 3.1.1).

(b) Empréstimos e adiantamentos vencidos mas não em imparidade

Os empréstimos e adiantamentos com vencimentos inferiores a 90 dias não são considerados na provisão específica a menos que exista informação que indique o contrário (ver a nota 3.1.1).

Categoria	Nem vencido nem em imparidade			Vencido mas sem imparidade	Total de empréstimos em cumprimento	Empréstimos com imparidade	Total de Empréstimos	Garantias em empréstimos com imparidade	Crédito com imparidade líquido
	Classe A	Classe B	Classe C						
	2017 <sup>1</sup>	2017 <sup>1</sup>	2017 <sup>1</sup>	2017 <sup>1</sup>	2017 <sup>1</sup>	2017 <sup>1</sup>	2017 <sup>1</sup>	2017 <sup>1</sup>	2017 <sup>1</sup>
	MT	MT	MT	MT	MT	MT	MT	MT	MT
Empréstimos e adiantamentos a Bancos	13,792,703,313	-	-	-	13,792,703,313	-	13,792,703,313	-	-
Empréstimos e adiantamentos a clientes	1,859,237,232	2,490,163,360	17,267,652,350	923,388,577	22,540,441,519	1,162,040,566	23,702,482,085	651,241,275	50,316,979
Empréstimos a clientes – banca de particulares e negócio	1,023,669,511	2,173,394,593	2,202,220,859	782,847,803	6,182,132,766	701,558,254	6,883,691,020	651,241,275	50,316,979
Empréstimos hipotecários	172,596,195	780,649,816	704,504,952	189,200,250	1,846,951,213	255,116,609	2,102,067,822	233,416,791	21,699,817
Vendas a prestações e locações financeiras	32,187,159	113,576,822	124,913,465	49,384,525	320,061,971	66,326,238	386,388,209	56,418,040	9,908,198
Cartões de crédito	67,355,955	104,868,720	55,424,107	15,565,186	243,213,969	5,030,046	248,244,015	-	5,030,046
Outros empréstimos e adiantamentos	751,530,202	1,174,299,235	1,317,378,334	528,697,842	3,771,905,613	375,085,361	4,146,990,974	361,406,443	13,678,917
Empréstimos a banca de grandes empresas e investimento	835,567,721	316,768,767	15,065,431,491	140,540,774	16,358,308,754	460,482,311	16,818,791,065	-	-
Empréstimos a grandes empresas	835,567,721	316,768,767	13,513,841,973	140,540,774	14,806,719,235	460,482,311	15,267,201,547	-	-
Financiamento imobiliário	-	-	1,551,589,518	-	1,551,589,518	-	1,551,589,518	-	-
Em Dezembro de 2017	15,651,940,546	2,490,163,360	17,267,652,350	923,388,577	36,333,144,833	1,162,040,566	37,495,185,398	651,241,275	50,316,979

<sup>1</sup> O Banco, conforme permitido pelo IFRS 9, optou por não alterar as suas demonstrações financeiras comparativas. Portanto, a comparabilidade não será alcançada pelo facto de as informações financeiras comparativas terem sido

(c) Empréstimos e adiantamentos individualmente em imparidade

	Grupo & Banco					
	Sub-Padrão	Duvidoso	Prejuízos	Total de empréstimos em incumprimento	Empréstimos em imparidade com garantia	Empréstimos líquidos de imparidade
	2017 <sup>1</sup>	2017 <sup>1</sup>	2017 <sup>1</sup>	2017 <sup>1</sup>	2017 <sup>1</sup>	2017 <sup>1</sup>
Empréstimos e adiantamentos a clientes	822,585,554	149,520,808	189,934,204	1,162,040,566	651,241,275	50,316,979
Empréstimos a clientes – banca de particulares e negócio	362,103,242	149,520,808	189,934,204	701,558,254	651,241,275	50,316,979
Empréstimos hipotecários	108,571,634	15,525,847	131,019,128	255,116,609	233,416,791	21,699,817
Vendas a prestações e locações financeiras	63,976,211	2,350,027	-	66,326,238	56,418,040	9,908,198
Cartão de crédito	3,720,581	1,309,465	-	5,030,046	-	5,030,046
Outros empréstimos e adiantamentos	185,834,816	130,335,469	58,915,076	375,085,361	361,406,444	13,678,917
Empréstimos a banca de grandes empresas e investimento	460,482,311	-	-	460,482,311	-	-
Empréstimos a grandes empresas	460,482,311	-	-	460,482,311	-	-
Financiamento imobiliário	-	-	-	-	-	-
Em 31 de Dezembro de 2017	822,585,554	149,520,808	189,934,204	1,162,040,566	651,241,275	50,316,979

<sup>1</sup> O Banco, conforme permitido pelo IFRS 9, optou por não alterar as suas demonstrações financeiras comparativas. Portanto, a comparabilidade não será alcançada pelo facto de as informações financeiras comparativas terem sido preparadas segundo a IAS 39.

Exposição ao de risco de crédito relativo às rubricas do Balanço:

	Grupo & Banco	
	2018 MT	2017 MT
Caixa e disponibilidades no Banco Central	-	17,085,814,922
Derivados	-	5,661,740
Activos detidos para negociação	-	-
Activos financeiros	-	29,739,761,668
Empréstimos e adiantamentos a bancos	-	13,792,703,313
Empréstimos a clientes – banca de particulares e negócio	-	6,883,691,020
- Empréstimos hipotecários	-	2,102,067,822
- Vendas a prestações e locações financeiras	-	386,388,209
- Cartões de crédito	-	248,244,015
- Outros empréstimos e adiantamentos	-	4,146,990,974
Empréstimos a banca de grandes empresas e investimento	-	16,818,791,065
- Empréstimos a grandes empresas	-	16,818,791,065
Exposições ao risco de crédito relativas a itens extrapatrimoniais:		
Cartas de crédito	-	698,902,188
Garantias financeiras	-	8,470,134,301
Total	-	93,495,460,217

<sup>1</sup>O Banco, conforme permitido pelo IFRS 9, optou por não alterar as suas demonstrações financeiras comparativas. Portanto, a comparabilidade não será alcançada pelo facto de as informações financeiras comparativas terem sido preparadas segundo a IAS 39.

(d) Empréstimos e adiantamentos a Bancos

O total do valor bruto dos empréstimos e adiantamentos a Bancos com imparidade à data de 31 de Dezembro de 2018 foi nulo (2017: Nulo). O Banco não possui garantias contra os empréstimos e adiantamentos a Bancos.

(e) Empréstimos renegociados

As actividades de reestruturação incluem acordos de pagamento, planos de gestão externa aprovados, modificação e diferimento de pagamentos. Após a reestruturação, uma conta em atraso passa a ser considerada uma conta em situação normal e é gerida conjuntamente com outras contas semelhantes. As políticas e práticas de reestruturação baseiam-se em indicadores ou critérios que, no julgamento dos gestores responsáveis, indicam que os pagamentos terão forte probabilidade de continuar. Estas políticas são mantidas sob permanente controlo e é mais comum a reestruturação ser aplicada aos empréstimos a prazo, em particular empréstimos para financiamento de clientes. Os empréstimos renegociados totalizaram MT 554 135 550 (2017: MT 2 281 550 550 ).

Categoria	Grupo & Banco	
	2018 MT	2017 MT
Empréstimos e adiantamentos a clientes	554,135,400	2,281,550,550
Banca de particulares e negócio	554,135,400	382,180,797
Vendas a prestações e locações financeiras	554,135,400	-
Outros empréstimos e adiantamentos	-	382,180,797
Banca de Grandes empresas e de Investimentos	-	1,899,369,753
Empréstimos a grandes empresas	-	1,899,369,753
Operações de locação financeira Imobiliária	-	-
Total	554,135,400	2,281,550,550

3.1.5 Concentração de riscos dos activos financeiros com exposição ao risco de crédito

(a) Sectores geográficos

O Banco atribui exposições às regiões, com base no país de domicílio das suas contrapartes. Todas as exposições de crédito relacionadas a empréstimos e adiantamentos aos clientes estão baseadas em Moçambique.

(b) Sectores Industriais (Empréstimos e adiantamentos a clientes)

	Grupo & Banco	
	2018 MT	2017 MT
Análise sectorial		
Agricultura, caça, silvicultura e pescas	1,196,143,321	1,044,218,579
Mineração e Pedreiras	3,321,831,623	998
Hotéis, restaurantes e turismo	1,970,033	10,154,895
Indústria transformadora	4,200,402,146	2,054,375,590
Construção	430,448,248	252,784,798
Electricidade, gás e água	6,171,745	9,426,872
Transporte, Armazenamento e Distribuição	2,423,304,617	2,578,571,604
Comunicação	272,984,997	636,617,710
Intermediários Financeiros e Seguros	1,263,805,527	666,383,016
Comércio a grosso e a retalho/ Reparação de itens específicos	5,112,927,285	4,500,242,683
Serviços às Empresas	898,821,961	594,096
Indústria Imobiliária	1,151,921,976	1,401,558,143
Infraestruturas	2,794,968,567	3,944,618,501
Outros	7,125,303,255	6,602,934,599
Total	30,201,005,302	23,702,482,085





3.1.6 Análise sectorial de imparidade de crédito

A análise sectorial da imparidade de crédito de empréstimos em incumprimento é apresentada no quadro abaixo:

	Grupo & Banco	
	2018 MT	2017 MT
Análise sectorial		
Agricultura	2,172,182	2,907,547
Serviços às empresas	15,523,992	-
Construção	48,432,186	57,542,951
Particulares	6,488,243	-
Outros serviços	466,208,530	561,567,679
Transporte	12,169,029	2,156,670
Comércio a grosso	94,301,657	185,791,944
	645,295,819	809,966,792

3.2 Risco de Mercado

O Banco assume a exposição ao risco de mercado, que é o risco de que o justo valor ou os fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutuem devido a mudanças nos preços de mercado. Os riscos de mercado decorrem de posições abertas em produtos de taxa de juros, moeda e capital, os quais estão expostos a movimentos de mercado gerais e específicos e mudanças no nível de volatilidade de taxas de mercado ou preços como taxas de juros, spreads de crédito, taxas de câmbio e preços de investimentos em capitais.

3.2.1 Técnicas de mensuração do risco de mercado

As principais técnicas de mensuração utilizadas pelo Banco para mensurar e controlar o risco de mercado são as seguintes:

3.2.2 Risco Cambial

O Banco encontra-se exposto aos efeitos das flutuações nas principais taxas de câmbio ao nível da sua posição financeira e dos fluxos de caixa. O Conselho de Administração estabelece limites para os níveis de exposição por moeda e em agregado, tanto para as posições durante a noite e diurnas, as quais são controladas numa base diária. A nota 3.2.4 abaixo resume a exposição do Banco em termos de risco cambial em 31 de Dezembro de 2017. O quadro inclui os instrumentos financeiros detidos pelo Banco ao valor contabilístico por moeda.

3.2.3 Risco da taxa de juro

O risco da taxa de juro consiste na flutuação dos fluxos de caixa futuros de determinado instrumento financeiro devido às alterações das taxas de juro praticadas ao nível do mercado. O risco do justo valor da taxa de juro consiste no risco de flutuação do valor de um instrumento financeiro devido às alterações das taxas de juro no mercado. O Banco encontra-se exposto ao risco dos efeitos das variações que ocorram aos vários níveis das taxas de juro do mercado em termos de justo valor e de fluxos de caixa. As margens de juro podem aumentar como consequência desse tipo de flutuações, po-

dendo, também, ter como consequência uma redução das perdas no caso de ocorrência de movimentos inesperados. O Conselho de Administração fixa limites relativos aos níveis permitidos de alteração das taxas de juro, os quais são controlados diariamente pela Sala de Mercados do Banco. A nota 3.4 resume a exposição do Banco aos riscos da taxa de juro. A mesma inclui o valor contabilístico dos instrumentos financeiros do Banco classificados pelo preço contratual recém fixado ou pelas datas de maturidade, dos dois o que ocorrer em primeiro lugar.

Grupo							
Risco cambial (MT)	USD MT	EUR MT	GBP MT	MT MT	ZAR MT	Outras moedas MT	Total MT
Em 31 de Dezembro de 2017							
Activos							
Caixa e disponibilidades no Banco Central	8,110,298,260	215,893,230	1,919,698	7,913,220,584	88,721,369	-	16,330,053,141
Derivados	-	-	-	8,729,646	-	-	8,729,646
Activos financeiros	-	-	-	30,777,009,441	-	-	30,777,009,441
Activos por imposto corrente	-	-	-	-	-	-	-
Empréstimos e adiantamentos a bancos	12,481,789,703	1,292,762,517	77,566,870	2,001,578,029	2,012,536,092	886,706,445	18,752,939,656
Empréstimos e adiantamentos a clientes	8,985,872,913	192,564,716	-	19,091,747,425	25,614,607	-	28,295,799,661
Activos do fundo de pensões	-	-	-	119,518,000	-	-	119,518,000
	29,577,960,876	1,701,220,463	79,486,568	59,911,803,125	2,126,872,068	886,706,445	94,284,049,545
Passivos							
Derivados	19,095,246	-	-	-	-	-	19,095,246
Recursos de instituições de crédito	49,088,911	66,683,777		199,210,450	-	-	602,840,608
Recursos de clientes	29,891,738,525	1,686,819,239	89,186,073	36,806,790,009	865,382,917	368,881,529	73,939,534,814
Passivos por imposto corrente	-	-	-	261,911,488	-	-	-
Emprestimos subordinados	-	-	-	1,081,572,923	-	-	1,068,073,125
Responsabilidade com a assistência médica pós-reforma	-	-		70,146,000	-	-	76,450,000
	29,959,922,682	1,753,503,017	75,430,548	40,905,400,945	2,126,379,776	885,356,825	75,705,993,793
Valor líquido	(381,961,807)	(52,282,553)	4,056,019	19,006,402,179	492,292	1,349,621	18,578,055,752

Banco							
Risco cambial (MT)	USD MT	EUR MT	GBP MT	MT MT	ZAR MT	Outras moedas MT	Total MT
Em 31 de Dezembro de 2017							
Activos							
Caixa e disponibilidades no Banco Central	8,110,298,260	215,893,230	1,919,698	7,909,470,584	88,721,369	-	16,326,303,141
Derivados	-	-	-	8,729,646	-	-	8,729,646
Activos detidos para negociação	-	-	-	30,780,759,441	-	-	30,780,759,441
Activos financeiros disponíveis-para-venda	-	-	-	-	-	-	-
Empréstimos e adiantamentos a bancos	12,481,789,703	1,292,762,517	77,566,870	2,001,578,029	2,012,536,092	886,706,445	18,752,939,656
Empréstimos e adiantamentos a clientes	8,985,872,913	192,564,716	-	19,091,747,425	25,614,607	-	28,295,799,661
Activos do fundo de pensões	-	-	-	119,518,000	-	-	119,518,000
	29,577,960,876	1,701,220,463	79,486,568	59,911,803,125	2,126,872,068	886,706,445	94,284,049,545
Passivos							
Derivados	19,095,246	-	-	-	-	-	19,095,246
Recursos de instituições de crédito	49,088,911	66,683,777		487,067,920	-	-	602,840,608
Recursos de clientes	29,891,738,525	1,686,819,239	75,430,548	39,273,809,901	2,126,379,776	885,356,825	73,939,534,814
Passivos por imposto corrente	-	-	-	28,441,999	-	-	28,441,999
Emprestimos subordinados	-	-	-	1,068,073,125	-	-	1,068,073,125
Responsabilidade com a assistência médica pós-reforma	-	-		76,450,000	-	-	76,450,000
	29,959,922,682	1,753,503,017	75,430,548	40,933,842,944	2,126,379,776	885,356,825	75,734,435,792
Valor líquido	(381,961,806)	(52,282,554)	4,056,020	18,977,960,181	492,292	1,349,620	18,549,613,753

Grupo & Banco							
Risco cambial (MT)	USD MT	EUR MT	GBP MT	MT MT	ZAR MT	Outras moedas MT	Total MT
Em 31 de Dezembro de 2017							
Activos							
Caixa e disponibilidades no Banco Central	5,326,744,521	351,174,870	3,276,814	11,181,865,620	222,753,097	-	17,085,814,922
Derivados	-	-	-	5,661,740	-	-	5,661,740
Activos financeiros	-	-	-	29,739,761,668	-	-	29,739,761,668
Empréstimos e adiantamentos a bancos	10,367,875,369	959,682,862	85,494,677	1,489,188,749	520,132,093	370,329,563	13,792,703,313
Empréstimos e adiantamentos a clientes	9,057,158,343	547,092,049	-	12,384,182,457	24,775,323	-	22,013,208,172
Activos do fundo de pensões	-	-	-	160,507,000	-	-	160,507,000
	24,751,778,233	1,857,949,781	88,771,491	54,961,167,234	767,660,513	370,329,563	82,797,656,815
Passivos							
Derivados	63,913,375	-	-	-	-	-	63,913,375
Recursos de instituições de crédito	313,565,450	17,087,605		199,210,450	-	-	529,863,505
Recursos de clientes	26,079,502,745	1,519,320,574	89,186,073	36,806,790,009	865,382,917	368,881,529	65,729,063,846
Passivos por imposto corrente	-	-	-	261,911,488	-	-	261,911,488
Emprestimos subordinados	-	-	-	1,081,572,923	-	-	1,081,572,923
Responsabilidade com a assistência médica pós-reforma	-	-		70,146,000	-	-	70,146,000
	26,456,981,571	1,536,408,179	89,186,073	38,419,630,870	865,382,917	368,881,529	67,736,471,138
Valor líquido	(1,705,203,338)	321,541,602	(414,582)	16,541,536,364	(97,722,404)	1,448,034	15,061,185,677





Análise de sensibilidade de moeda estrangeira

A tabela abaixo indica a sensibilidade do Banco no final do ano relativamente a variações de taxa de câmbio das principais moedas a que o Banco está exposto por via dos seus instrumentos financeiros. As percentagens indicadas abaixo representam a variação das taxas de câmbio em relação ao ano anterior. Esta análise pressupõe que todas as outras variáveis, em particular as taxas de juros específicas, permanecem constantes. A análise foi realizada de forma consistente com o período anterior. As taxas são em Meticais para uma unidade de moeda estrangeira.

Grupo & Banco				
	USD	ZAR	EUR	GBP
Taxas Forex em 31 de Dezembro				
2018	60.27	4.58	71.18	80.47
2017	63.56	4.78	71.45	81.66
2016	71.35	5.20	75.16	87.90
Movimentos (%)				
2018	5%	4%	0%	1%
2017	11%	8%	5%	7%
Posição líquida da moeda				
2018	515,989	12,833	(2,891)	-
2017	(55,100)	10,301	8	-

O impacto nos (ganhos)/perdas sobre os números reportados utilizando as taxas e os movimentos acima é definido como segue:

2018	26,748	531	(11)	-
2017	(6,013)	832	0	-

A análise de sensibilidade será baseada no pressuposto de um movimento de 2% em cada direcção. A informação abaixo reflecte o efeito de tal movimento sobre os (ganhos)/perdas:

2018	535	11	(0)	-
2017	(120)	17	0	-

Se as moedas estrangeiras enfraquecerem/ fortalecerem relativamente ao Metical pelos mesmos percentuais estabelecidos no quadro acima, observaríamos um efeito igual, mas oposto sobre os resultados.



3.3 ANÁLISE DE SENSIBILIDADE DO BALANÇO ÀS TAXAS DE JURO (MT)

	Grupo						
	1 mês	1-3 meses	3-12 meses	1-3 anos	+3 de anos	Sem juros	Total
Ativos							
Caixa e disponibilidades no Banco Central	-	-	-	-	-	16.330.053,142	16.330.053,142
Derivados	-	-	-	-	-	8.729,646	8.729,646
Ativos detidos para negociação	4.225,868,349	7.194,775,317	18.542,903,434	709,176,670	-	104,288,172	30.777,011,941
Ativos financeiros	9.423,652,889	3.418,251,645	929,941,144	-	-	4.981,093,979	18.752,939,656
Empréstimos e adiantamentos a bancos	6.267,293,240	3.738,625,538	7.003,528,835	5.815,027,431	6.589,818,538	(1.118,493,920)	28.295,799,661
Empréstimos e adiantamentos a clientes	19.916,814,477	14.351,652,499	26,476,373,412	6,524,204,101	6,589,818,538	20,305,671,018	94,164,534,045
	13,240,991,636	10,578,437,535	25,892,133,164	7,361,678,708	5,255,415,710	20,308,493,062	82,637,149,815

<b>Passivos</b>							
Derivados	-	-	-	-	-	19,095,246	19,095,246
Recursos de instituições de crédito	-	-	-	-	-	602,840,608	602,840,608
Recursos de clientes	19,839,541,143	2,631,388,855	4,158,647,031	1,397,012	-	47,308,560,774	73,939,534,814
Empréstimos subordinados	-	54,673,125	12,400,000	-	1,001,000,000	-	1,068,073,125
	19,839,541,143	2,686,061,980	4,171,047,031	1,397,012	1,001,000,000	47,930,496,628	75,629,543,793

<b>Diferencial de sensibilidade do balanço às taxas de juro</b>	<b>77,273,335</b>	<b>11,665,590,519</b>	<b>22,305,326,381</b>	<b>6,522,807,089</b>	<b>5,588,818,538</b>	<b>(27,624,825,610)</b>	<b>18,534,990,252</b>
---	-------------------	-----------------------	-----------------------	----------------------	----------------------	-------------------------	-----------------------

	Banco						Total
	1 mês	1-3 meses	3-12 meses	1-3 anos	+3 de anos	Sem juros	
Ativos							
Caixa e disponibilidades no Banco Central	-	-	-	-	-	16,326.303,142	16.326.303,142
Derivados	-	-	-	-	-	8,729,646	8,729,646
Ativos detidos para negociação	4,225,868,349	7,194,775,317	18,542,903,434	709,176,670	-	108,038,172	30,780,761,941
Ativos financeiros	9,423,652,889	3,418,251,645	929,941,144	-	-	4,981,093,979	18,752,939,656
Empréstimos e adiantamentos a bancos	6,267,293,240	3,738,625,538	7,003,528,835	5,815,027,431	6,589,818,538	(1,118,493,920)	28,295,799,661
Empréstimos e adiantamentos a clientes	19,916,814,477	14,351,652,499	26,476,373,412	6,524,204,101	6,589,818,538	20,305,671,018	94,164,534,045
	13,240,991,636	10,578,437,535	25,892,133,164	7,361,678,708	5,255,415,710	20,308,493,062	82,637,149,815

<b>Passivos</b>							
Derivados	-	-	-	-	-	19,095,246	19,095,246
Recursos de instituições de crédito	-	-	-	-	-	602,840,608	602,840,608
Recursos de clientes	19,839,541,143	2,631,388,855	4,158,647,031	1,397,012	-	47,308,560,774	73,939,534,814
Empréstimos subordinados	-	54,673,125	12,400,000	-	1,001,000,000	-	1,068,073,125
	19,839,541,143	2,686,061,980	4,171,047,031	1,397,012	1,001,000,000	47,930,496,628	75,629,543,793

<b>Diferencial de sensibilidade do balanço às taxas de juro</b>	<b>77,273,335</b>	<b>11,665,590,519</b>	<b>22,305,326,381</b>	<b>6,522,807,089</b>	<b>5,588,818,538</b>	<b>(27,624,825,610)</b>	<b>18,534,990,252</b>
---	-------------------	-----------------------	-----------------------	----------------------	----------------------	-------------------------	-----------------------

	Grupo & Banco						Total
	1 mês	1-3 meses	3-12 meses	1-3 anos	+3 de anos	Sem juros	
Activos							
Caixa e disponibilidades no Banco Central	-	-	-	-	-	17,085,814,922	17,085,814,922
Derivados	-	-	-	-	-	5,661,740	5,661,740
Activos detidos para negociação	-	-	-	-	-	42,294,408	29,739,761,668
Activos financeiros	597,088,053	8,325,750,652	20,661,001,714	113,626,841			
Empréstimos e adiantamentos a bancos	9,344,468,568	-	803,918,080	-	-	3,644,316,665	13,792,703,313
Empréstimos e adiantamentos a clientes	3,299,435,014	2,252,686,883	4,427,213,371	7,248,051,867	5,255,415,710	(469,594,673)	22,013,208,172
	13,240,991,636	10,578,437,535	25,892,133,164	7,361,678,708	5,255,415,710	20,308,493,062	82,637,149,815

<b>Passivos</b>							
Derivados	-	-	-	-	-	63,913,375	63,913,375
Recursos de instituições de crédito	-	-	-	-	-	529,863,502	529,863,502
Recursos de clientes	23,101,943,047	2,388,015,592	2,605,832,839	-	-	37,633,272,369	65,729,063,846
Empréstimos subordinados	-	65,686,257	14,886,667	-	1,001,000,000	-	1,081,572,923
	23,101,943,047	2,453,701,848	2,620,719,506	-	1,001,000,000	38,227,049,246	67,404,413,647

<b>Diferencial de sensibilidade do balanço às taxas de juro</b>	<b>(9,860,951,411)</b>	<b>8,124,735,687</b>	<b>23,271,413,659</b>	<b>7,361,678,708</b>	<b>4,254,415,710</b>	<b>(17,918,556,184)</b>	<b>15,232,736,168</b>
---	------------------------	----------------------	-----------------------	----------------------	----------------------	-------------------------	-----------------------

A gestão acredita que o valor contabilístico dos activos e passivos financeiros acima referidos é uma aproximação razoável do justo valor tendo em conta que as diferenças entre a valor contabilístico e o justo valor são consideradas imateriais. Os fluxos de caixa estão sujeitos ao risco de taxa de juros, em que os fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutuam devido a mudanças nas taxas de juros de mercado sujeitas a alterações mensais conforme determinado pelo regulador.

3.4 Análise de sensibilidade às taxas de juro

Sensibilidade do rendimento de juros a uma mudança de 200 pontos base nas taxas de juro:  
O Conselho de Administração estabelece limites para os níveis de exposição por moeda e em agregado, tanto para as posições overnight como diurnas, as quais são controladas numa base diária. Uma das principais técnicas utilizadas para avaliar e monitorizar o risco de mercado é análise dos proveitos de juros em risco (IEaR).

Os proveitos de juros em risco (Interest Earnings at Risk - AEaR) exprimem o grau de sensibilidade da margem financeira a um determinado choque nas taxas de juro, num determinado intervalo temporal.

	2%	5.5%
	Alto	Baixo
Moeda nacional	7.2%	-20.8%
	1%	1%
	Alto	Baixo
Moeda estrangeira	15.4%	-19.1%

Uma variação das taxas de juro em meticais de mais 2% resultaria numa variação de mais 4.1% na margem financeira do Banco.

3.5 Risco de liquidez

A natureza das actividades bancárias e comerciais do Banco dá origem a uma exposição contínua ao risco de liquidez. O risco de liquidez surge quando o Banco, apesar de ser solvente, se revela incapaz de manter ou gerar recursos de caixa suficientes para satisfazer as suas obrigações de pagamento na data de vencimento ou quando só o pode fazer em termos substancialmente desvantajosos. Este tipo de evento pode surgir quando as contrapartes que fornecem o financiamento de curto prazo ao Banco retirarem ou não passarem os financiamentos para o ano seguinte ou se activos normalmente líquidos se tornam ilíquidos em resultado de uma desvalorização generalizada nos mercados de activos.

O Banco gere a liquidez de acordo com os regulamentos aplicáveis e a estrutura de risco do Banco. A estrutura de governação de gestão de risco de liquidez do Banco suporta a mensuração e gestão de liquidez em ambos os sectores, isto é, a banca de retalho e a banca comercial, para assegurar que as obrigações de pagamento possam ser satisfeitas pelo Banco, tanto em circunstâncias normais de mercado como em situações desfavoráveis. A gestão de risco de liquidez assegura que o Banco tem uma diversificação apropriada relativamente ao valor e o tipo de financiamento e de liquidez para suportar sempre a sua base de activos.

3.5.1 Processo de gestão do risco de liquidez

O principal comité de governação responsável pela supervisão do risco de liquidez é o Comité de Activos e Passivos (ALCO). O ALCO é presidido pelo Administrador Delegado (CEO), é um subcomité da Comissão Executiva (EXCO), e tem as seguintes competências:

- Assegurar um balanço estruturalmente sólido, identificar e gerir discrepâncias de liquidez estrutural;
- Determinar e aplicar um perfil comportamental;





- Gerir os fluxos de caixa de longo prazo;
- Preservar uma base de financiamento diversificada;
- Reportar sobre os requisitos de financiamento de longo prazo;
- Avaliar as exposições de liquidez em moeda estrangeira;
- Estabelecer o risco de liquidez.

O Banco gere a liquidez de acordo com os regulamentos aplicáveis e a estrutura de risco do Banco. A estrutura de governação de gestão de risco de liquidez do Banco suporta a mensuração e gestão de liquidez em ambos os sectores, isto é, a banca de retalho e a banca comercial, para assegurar que as obrigações de pagamento possam ser satisfeitas pelo Banco, tanto em circunstâncias normais de mercado como em situações desfavoráveis. A gestão de risco de liquidez assegura que o Banco tem uma diversificação apropriada relativamente ao valor e o carácter de financiamento e de liquidez para suportar sempre a sua base de activos.

Ao nível tático o processo de gestão de liquidez do Banco é da responsabilidade de uma equipa separada na Sala de Mercados do Banco e compreende os seguintes aspectos:

- Financiamento do dia a dia, gerido pelo controlo dos fluxos de caixa futuros, para assegurar que as exigências possam ser satisfeitas incluindo a reposição de fundos vencidos ou emprestados pelos clientes. O Banco mantém uma presença activa nos mercados monetários globais para permitir que isto aconteça;
- Manter uma carteira de activos altamente negociáveis que possam ser facilmente liquidados como protecção contra qualquer interrupção imprevista no fluxo de caixa;
- Monitorar os rácios de liquidez do balanço comparando com os limites internos e do regulador; e
- Gerir a concentração e o perfil das maturidades das dívidas.

O controlo e o reporte assumem a forma de mensuração do fluxo de caixa e de projecções para o dia, semana e meses seguintes, respectivamente, uma vez que os mesmos constituem os períodos-chave de gestão da liquidez. O ponto de partida dessas projecções é uma análise da maturidade contratual dos passivos financeiros e a data de cobrança esperada dos activos financeiros.

A gestão controla igualmente os activos não correspondentes de médio prazo, o nível e o tipo de compromissos de empréstimos não utilizados, a utilização de descobertos bancários e o impacto dos passivos contingentes, tais como, cartas de crédito e garantias.

3.5.2.Abordagem de financiamento

As fontes de liquidez são periodicamente revistas por uma equipa independente do departamento financeiro, para manter uma grande diversificação por moedas, por sector geográfico, por fornecedor, por produto e por prazo.

Maturidade de activos e passivos financeiros (MT)								
Grupo								
Em 31 de Dezembro de 2018	À vista	1 mês	1-3 meses	3-12 meses	1-3 anos	+ de 3 anos	Sem período	Total
Activos								
Caixa e disponibilidades no Banco Central	16,330,053,142	-	-	-	-	-	-	16,330,053,142
Derivados	727,829	4,873,461	-	3,128,356	-	-	-	8,729,646
Activos detidos para negociação	-	4,264,885,484	7,417,687,655	20,213,752,655	316,454,311	580,000,000	104,288,172	32,897,068,276
Activos financeiros	4,981,093,979	9,432,446,253	3,418,251,645	929,941,144	-	-	-	18,761,733,021
Empréstimos e adiantamentos a bancos	3,878,789,461	5,689,170,124	4,995,476,389	7,682,885,117	6,524,604,238	5,737,909,367	826,531,073	35,335,365,769
Empréstimos e adiantamentos a clientes	25,190,664,411	19,391,375,323	15,831,415,688	28,829,707,271	6,841,058,549	6,317,909,367	930,819,245	103,332,949,853
	23,705,807,077	10,374,905,067	10,957,113,349	28,796,049,945	7,389,488,154	5,255,415,710	1,261,973,648	87,740,752,950
Passivos								
Derivados	471,031	10,128,463	8,495,751	-	-	-	-	19,095,246
Recursos de instituições de crédito	487,067,920	12,948,596	77,834,234	24,957,939	-	-	-	602,808,689
Recurso de clientes	64,406,007,857	2,580,849,186	2,737,310,511	4,464,982,084	1,644,335	-	-	74,190,793,974
Empréstimos subordinados	-	-	92,310,000	178,710,000	1,272,020,000	-	-	1,543,040,000
	64,893,546,808	2,603,926,246	2,915,950,497	4,668,650,023	1,273,664,335	-	-	76,355,737,909
Diferencial de maturidade do balanço	(39,702,882,397)	16,787,449,077	12,915,465,192	24,161,057,248	5,567,394,213	6,317,909,367	930,819,245	26,977,211,944

Maturidade de activos e passivos financeiros (MT)								
Banco								
Em 31 de Dezembro de 2018	À vista	1 mês	1-3 meses	3-12 meses	1-3 anos	+ de 3 anos	Sem período	Total
Activos								
Caixa e disponibilidades no Banco Central	16,326,303,142	-	-	-	-	-	-	16,326,303,142
Derivados	727,829	4,873,461	-	3,128,356	-	-	-	8,729,646
Activos detidos para negociação	-	4,264,885,484	7,417,687,655	20,213,752,655	316,454,311	580,000,000	108,038,172	32,900,818,276
Activos financeiros	4,981,093,979	9,432,446,253	3,418,251,645	929,941,144	-	-	-	18,761,733,021
Empréstimos e adiantamentos a bancos	3,878,789,461	5,689,170,124	4,995,476,389	7,682,885,117	6,524,604,238	5,737,909,367	826,531,073	35,335,365,769
Empréstimos e adiantamentos a clientes	25,186,914,411	19,391,375,323	15,831,415,688	28,829,707,271	6,841,058,549	6,317,909,367	934,569,245	103,332,949,853
	23,705,807,077	10,374,905,067	10,957,113,349	28,796,049,945	7,389,488,154	5,255,415,710	1,261,973,648	87,740,752,950
Passivos								
Derivados	471,031	10,128,463	8,495,751	-	-	-	-	19,095,246
Recursos de instituições de crédito	487,067,920	12,948,596	77,834,234	24,957,939	-	-	-	602,808,689
Recurso de clientes	64,406,007,857	2,580,849,186	2,737,310,511	4,464,982,084	1,644,335	-	-	74,190,793,974
Empréstimos subordinados	-	-	92,310,000	178,710,000	1,272,020,000	-	-	1,543,040,000
	64,893,546,808	2,603,926,246	2,915,950,497	4,668,650,023	1,273,664,335	-	-	76,355,737,909
Diferencial de maturidade do balanço	(39,706,632,397)	16,787,449,077	12,915,465,192	24,161,057,248	5,567,394,213	6,317,909,367	934,569,245	26,977,211,944

Maturidade de activos e passivos financeiros (MT)								
Banco								
Em 31 de Dezembro de 2017	À vista	1 mês	1-3 meses	3-12 meses	1-3 anos	+ de 3 anos	Sem período	Total
Activos								
Caixa e disponibilidades no Banco Central	17,085,814,922	-	-	-	-	-	-	17,085,814,922
Derivados	-	-	-	5,661,740	-	-	-	5,661,740
Activos detidos para negociação	-	-	-	-	-	-	-	-
Activos financeiros	-	599,803,833	8,704,426,466	23,559,256,754	141,436,287	-	42,294,408	33,047,217,748
Empréstimos e adiantamentos a bancos	3,644,316,665	9,717,932,248	-	803,918,080	-	-	-	14,166,166,993
Empréstimos e adiantamentos a clientes	2,975,675,490	57,168,986	2,252,686,883	4,427,213,371	7,248,051,867	5,255,415,710	1,219,679,240	23,435,891,547
	23,705,807,077	10,374,905,067	10,957,113,349	28,796,049,945	7,389,488,154	5,255,415,710	1,261,973,648	87,740,752,950
Passivos								
Derivados	1,208,096	53,439,785	2,202,171	7,063,323	-	-	-	63,913,375
Recursos de instituições de crédito	199,210,450	17,087,605	62,730,450	250,835,000	-	-	-	529,863,505
Recurso de clientes	57,185,230,442	3,256,981,417	2,388,015,592	2,605,832,839	-	-	-	65,436,060,289
Empréstimos subordinados	-	-	92,310,000	178,710,000	271,020,000	1,272,020,000	-	1,814,060,000
	57,385,648,988	3,327,508,806	2,545,258,213	3,042,441,162	271,020,000	1,272,020,000	-	67,843,897,169
Diferencial de maturidade do balanço	(33,679,841,910)	7,047,396,261	8,411,855,136	25,753,608,783	7,118,468,154	3,983,395,710	1,261,973,648	19,896,855,781



O desfasamento estrutural de liquidez resultante do período de maturidade desfasado entre activos e passivos será mantido no nível capacidade desfasamento de liquidez (conforme definido na Política de Liquidez), garantindo recursos estáveis disponíveis para atingir o nível de demanda de recursos estáveis requeridos.

A abordagem ao desfasamento (mismatch) mede a liquidez do Banco avaliando o desfasamento entre as suas entradas e saídas de fundos dentro de diferentes bandas temporais numa grelha de prazos. O desfasamento estrutural da liquidez baseia-se em fluxos de caixa ajustados pelos comportamentos, que incorporam uma probabilidade de vencimento nas diferentes bandas temporais. As premissas detalhadas e a lógica aplicada na compilação do desfasamento estrutural da liquidez estão contidas no documento sobre métodos de classificação comportamental do risco de liquidez.

Devido aos fluxos de caixa esperados divergirem significativamente da posição contratual, a classificação comportamental é aplicada aos activos, passivos e rubricas extrapatrimoniais com um vencimento ou um período de saque indeterminado, bem como a certos activos líquidos

Este processo é usado para identificar fontes suplementares significativas de liquidez estrutural sob a forma de activos líquidos e depósitos, tais como contas à ordem e contas correntes que, embora sejam reembolsáveis à vista ou com um pré-aviso curto, apresentam um comportamento estável.

O desfasamento líquido é obtido subtraindo os passivos e as posições extrapatrimoniais líquidos aos activos de cada banda temporal. A posição de liquidez do Banco é avaliada através da posição de desfasamento acumulado líquido (soma da posição líquida em cada banda temporal sucessiva), expressa em percentagem do total de passivos perante o público relacionados com financiamento. O desfasamento estrutural é medido numa base mensal.

O banco detém um portfólio de activos altamente líquidos acima dos níveis prudenciais, regulamentares e dos requeridos para teste de esforço, como forma de se precaver contra possíveis pressões de fluxos de caixa. Este portfólio é gerido dentro dos limites estabelecidos pelo ALCO numa base de diversificação e liquidez.

No caso específico das contas correntes que apresentam um perfil contratual de 1 dia, mas é na verdade bastante estável, razão pela qual o seu perfil comportamental encontra-se numa banda de maturidade acima dos 24 meses.



Standard Bank, S.A.

Demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2018

Maturidade de activos e passivos financeiros (MT)								
Em 31 de Dezembro de 2018	À vista	1 mês	1-3 meses	3-12 meses	1-3 anos	+ de 3 anos	Sem período	Total
Itens extrapatrimoniaisn(MT)								
Cartas de crédito	-	-	56,549,535	1,264,103,739	121,352,353	-	-	1,442,005,626
Garantias financeiras	-	2,832,342	34,483,179	10,247,063,533	4,190,855,360	-	-	14,475,234,413
	-	2,832,342	91,032,713	11,511,167,272	4,312,207,712	-	-	15,917,240,040
Em 31 de Dezembro de 2017	À vista	1 mês	1-3 meses	3-12 meses	1-3 anos	+ de 3 anos	Sem período	Total
Itens extrapatrimoniaisn(MT)								
Cartas de crédito	40,054,411	250,330,149	408,517,627	-	-	-	-	698,902,188
Garantias financeiras	156,431,464	2,130,004,049	5,446,107,201	574,872,867	162,718,721	-	-	8,470,134,301
	196,485,876	2,380,334,198	5,854,624,828	574,872,867	162,718,721	-	-	9,169,036,489

3.5.3 Fluxos de Caixa Derivados

Os derivados do Banco, incluem contratos cambiais derivados. A tabela na alinea a) abaixo divulga os instrumentos financeiros derivados do Banco, em grupos de maturidade baseados no período remanescente à data de relato da maturidade contratual. Os montantes divulgados no quadro representam fluxos de caixa contratuais não-descontados.

O justo valor dos derivados é reconhecido no Balanço e é compensado quando houver um direito legal e uma intenção de liquidação.

(a) Derivados liquidados detidos para negociação numa base líquida			
Grupo & Banco			
	Justo valor de activos MT	Contrato/Valor nominal MT	1 ano MT
31 de Dezembro de 2018			
Derivados			
Contratos forward de taxa de câmbio a prazo dos activos	3,052,247	2,324,418	2,324,418
Contratos de taxa de câmbio a prazo - Activo	5,677,399	5,677,399	5,677,399
Contratos forward de taxa de câmbio a prazo dos passivos	(6,018,395)	(5,547,364)	(5,547,364)
Contratos swap de taxa de câmbio a prazo - Passivo	(13,076,851)	(13,076,851)	(13,076,851)
Derivados líquidos	(10,365,600)	2,454,453	2,454,453
31 de Dezembro de 2017			
Derivados			
Contratos forward de taxa de câmbio a prazo dos activos	5,661,740	126,230,000	126,230,000
Contratos forward de taxa de câmbio a prazo dos passivos	(30,428,029)	(1,022,710,300)	(1,022,710,300)
Contratos swap de taxa de câmbio a prazo - Passivo	(33,485,346)	(483,263,703)	(483,263,703)
Derivados líquidos	(58,251,635)	(896,480,300)	(896,480,300)

3.5.4 Rubricas extrapatrimoniais

O banco detinha os seguintes itens fora do balanço em 31 de Dezembro:		
Grupo & Banco		
	2018 MT	2017 MT
Cartas de crédito	1,442,005,626	698,902,188
Garantias	14,475,234,413	8,470,134,301
	15,917,240,040	9,169,036,489

3.6 Risco operacional

O risco operacional é o risco do Banco incorrer em perdas financeiras devido a especificidades contratuais dos seus funcionários e falhas das infraestruturas de tecnologia, desastres, influências externas e relações comerciais com clientes. O risco operacional inclui o risco legal, mas exclui os riscos estratégicos, de negócio e de reputação. O risco operacional pode resultar de processos, pessoas, sistemas e acontecimentos externos.

O risco operacional divide-se por eventos de frequência elevada/severidade baixa que podem ocorrer de forma regular mas que expõem o Banco a um reduzido nível de perdas; e eventos de baixa frequência/alta severidade, que constituem eventos que são normalmente raros, mas que a sucederem podem resultar em perdas significativas para o Banco.

O Banco esforça-se para mitigar estes riscos através da manutenção de uma estrutura de governação corporativa e de sistemas de controlo interno fortes, complementadas por um sistema de valores robusto. A gestão é responsável pela introdução e manutenção de processos e procedimentos operacionais eficientes, que estão documentados em diversos manuais que são objecto de revisão periódica para contemplar necessidades de alteração. O departamento de Auditoria Interna revê a eficácia dos controlos e procedimentos internos, recomendando melhorias à gestão sempre que tal seja aplicável.

3.7 Risco de solvência

O Capital e as reservas sem imparidade são evidência do compromisso dos accionistas em garantir a continuidade das operações e a solvência do Banco. O risco de solvência é mensurado pelo rácio de solvência, que requer que o capital seja mantido em relação a classificações de activos ponderados pelo risco. O Banco e os seus accionistas estão comprometidos em deter capital suficiente para manter o rácio de solvência acima do mínimo de 9% (2017: 8%). O rácio de solvência do Banco em 31 de Dezembro de 2017 foi de 19.44% (2017: 20.41%).

3.8 Gestão de capital

Os objectivos do Banco relativamente à gestão do capital, num conceito mais amplo da situação líquida reflectida ao nível do balanço, são:

- Cumprir com os requisitos de capital exigidos pelo Banco de Moçambique, a instituição reguladora do sector de actividade em que o Banco opera;
- Salvarguardar a capacidade do Banco em termos de continuidade das suas operações, no sentido de que o mesmo possa continuar a gerar resultados para os seus accionistas e benefícios para as restantes partes interessadas; e
- Manter uma estrutura de capital forte que possa servir de suporte ao desenvolvimento das suas actividades.

A adequação do rácio de solvabilidade e a manutenção para efeitos reguladores são monitorados regularmente pela gestão do Banco, utilizando técnicas

baseadas nas instruções recebidas do Banco de Moçambique para efeitos de supervisão. A informação requerida é partilhada com o Banco de Moçambique, numa base mensal. O Banco de Moçambique exige que cada Banco:

(a) mantenha um valor mínimo de capital para efeitos de regulação no valor de 70 000 000 Meticais; e

(b) mantenha um rácio do total do capital regulamentar para o activo ponderado por risco (o rácio de solvabilidade) igual ou superior ao mínimo de 8%. O capital regulamentar do Banco é gerido pelo Departamento de Gestão de Risco e divide-se em duas categorias:

- Categoria 1: Fundos próprio de base: Capital social (líquido dos saldos de todas acções próprias detidas), interesses minoritários resultantes da consolidação dos interesses no capital social permanente, lucros acumulados e reservas criadas por apropriação dos lucros acumulados. O saldo do trespassse é deduzido para chegar aos fundos próprios de base; e
- Categoria 2: Fundos próprios complementares: capital de crédito subordinado que qualifica, provisões para imparidades colectivas e ganhos não realizados resultantes do justo valor dos instrumentos de capital mantidos como disponíveis-para venda.

Os investimentos nas associadas são deduzidos dos fundos próprios de base e complementares para existir concordância com o capital regulamentar.

O risco ponderado dos activos é mensurado de acordo com uma classificação hierárquica de cinco níveis de ponderação, classificados de acordo com a natureza de cada activo e contraparte, reflectindo uma estimativa do risco de crédito, risco de mercado e outros riscos associados,, tomando ainda em consideração qualquer garantia ou colateral elegível. Tratamento idêntico é adoptado para as contas extrapatrimoniais, com ligeiros ajustamentos, por forma a reflectirem as perdas potenciais face à natureza da contingência. O quadro abaixo resume a composição do capital regulamentar e os rácios do Banco. Durante esses dois anos, o Banco cumpriu integralmente todos os requisitos de capital.

	2018 MT	2017 MT
Capital próprio		
Capital de base	13,137,296	10,008,252
Capital complementar	1,076,777	827,880
	14,214,073	10,836,132
Capital regulamentar		
Risco de crédito	69,633,336	50,454,116
Risco operacional e de mercado	3,480,871	2,628,674
Activo ponderado por risco	73,114,207	53,082,790
Rácio de adequação do capital próprio	19.44%	20.41%

4. Avaliação de activos e passivos financeiros e não financeiros

4.1 Instrumentos não financeiros

O Banco mensura o justo valor dos edifícios usando um modelo de reavaliação. Os edifícios encontram-se contabilizados ao valor reavaliado que é o seu justo valor à data da reavaliação menos qualquer depreciação subsequente.

Os edifícios são reavaliados periodicamente de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro. O excedente de reavaliação é apresentado como uma reserva de reavaliação e é incluído no capital próprio até ser realizado, altura em que é transferido directamente para resultados acumulados.

Durante o ano, foi realizada, por um perito independente, uma reavaliação dos edifícios. O resultado num excedente de revalorização de MT 113 461 637.





Pague água com o QuiQ é rápido, seguro e prático



Standard Bank Seguindo em frente



A reconciliação detalhada do impacto da reavaliação está incluída na Demonstração das alterações dos capitais próprio e, adicionalmente, na nota explicativa nº 17.1.

A tabela a seguir analisa os instrumentos não financeiros avaliados pelo justo valor no fim do período de relato, por níveis de hierarquia do justo valor (definições detalhadas da hierarquia do valor justo na secção 4.2) em que a mensuração do justo valor é classificada.

	Grupo & Banco	
	2018 MT Nível 3	2017 MT Nível 3
Custo	2,282,057,392	3,161,112,774
Reavaliação	1,191,085,954	-
Depreciação acumulada	(446,217,451)	(385,132,639)
Valor contabilístico	3,026,925,895	2,775,980,136

Análise de sensibilidade sobre o excedente de reavaliação

Os dados mais significativos na estimativa do justo valor dos edifícios são a taxa de desconto e o preço de mercado por metro quadrado. Aumentando a taxa de desconto em 1% e o preço de mercado por metro quadrado pelo equivalente a taxa de inflação esperada (4%), o excedente de reavaliação reduz em cerca de MT 236,007,209.

Técnicas de valorização dos instrumentos não financeiros avaliados pelo justo valor

Instrumentos	Técnicas de valorização	Dados observáveis
Edifícios	O justo valor dos edifícios foram reavaliados tendo em consideração os standards e orientações expressas pelo International Valuation Standards Council (IVSC) e pela TEGOVA(the Blue book). Utilizou-se o Método de Comparação Directa de Mercado e o Método de rendimento, dado que foi possível identificar e validar a existência de um mercado de transacções e de arrendamento de imóveis. Também foram utilizados dados não observáveis como a taxa de capitalização obtida através de uma análise de mercado.	Preços de mercado de arrendamento imobiliário.

4.2 Instrumentos financeiros

O Banco mensura o justo valor usando a seguinte hierarquia de justo valor, que reflecte a importância dos “inputs” utilizados na sua mensuração:

Nível 1: Preço de mercado cotado (não ajustado) num mercado activo para um instrumento idêntico;

Nível 2: Técnicas de valorização baseadas em dados observáveis, quer directamente (ou seja, como os preços) ou indirectamente (ou seja, derivada de preços). Esta categoria inclui instrumentos valorizados com utilização de: preços de mercado cotados em mercados activos para instrumentos similares; preços cotados para instrumentos idênticos ou similares em mercados considerados menos activos, ou outras técnicas de avaliação em que todos os inputs sejam directa ou indirectamente observáveis a partir de dados do mercado;

Nível 3: Técnicas de valorização utilizando inputs não observáveis significativos. Esta categoria inclui todos os instrumentos em que a técnica de valorização inclui inputs não baseados em dados observáveis e os inputs não observáveis têm um efeito significativo na avaliação do instrumento. Esta categoria inclui instrumentos que são avaliados com base em cotações de instrumentos similares, onde ajustamentos ou pressupostos não-observáveis significativos são necessários para reflectir as diferenças entre os instrumentos.

O justo valor dos activos e passivos financeiros que sejam negociados nos mercados activos é baseado em preços de mercado cotados ou cotações de preços do revendedor. Para todos os outros instrumentos financeiros, o Banco determina o justo valor utilizando técnicas internas de valorização.

As técnicas de valorização incluem o valor actual líquido e modelos de fluxo de caixa descontado e outros modelos de avaliação. Os pressupostos e inputs utilizados em técnicas de valorização incluem as taxas de juro de referência, os spreads de crédito e outros prémios utilizados para estimar taxas de desconto, os preços de obrigações e Bilhetes do Tesouro e as taxas de câmbio. O objectivo das técnicas de avaliação é calcular o justo valor que reflecte o preço do instrumento financeiro na data de relato e que teria sido determinado pelos participantes no mercado actuando numa base comercial.

O Banco utiliza modelos de avaliação amplamente reconhecidos para determinar o justo valor dos instrumentos financeiros comuns e mais simples, como taxas de juro e permutas de moeda, que utilizam apenas dados de mercado observáveis e exigem pouco julgamento e estimativa por parte da Administração. Normalmente, o mercado dispõe de preços observáveis e “inputs” do modelo para derivados transaccionados em bolsa e derivados simples negociáveis tais como as permutas de taxas de juro. A disponibilidade de preços de mercado observáveis e de inputs do modelo reduz a necessidade do julgamento e estimativa da Administração, reduzindo, também, a incerteza associada à determinação do justo valor. A disponibilidade de preços de mercado observáveis e de inputs varia, dependendo dos produtos e dos mercados, sendo propensa às bases das mudanças em eventos específicos e às condições gerais dos mercados financeiros.

Informação de justo valor

A tabela a seguir analisa os instrumentos financeiros avaliados pelo justo valor no fim do período de relato, por níveis de hierarquia do justo valor em que a mensuração do justo valor é classificada.

		Grupo					
		2018	2017	2018	2017	2018	2017
	Nota	MT	MT	Nível 2	Nível 2	Nível 3	Nível 3
31 de Dezembro de 2018							
Derivados	13	8,729,646	5,661,740	8,729,646	5,661,740	-	-
Activos financeiros	14	30,777,009,441	29,739,761,668	30,672,721,269	29,697,467,260	108,038,172	42,294,408
		30,785,739,087	29,745,423,408	30,681,450,915	29,703,129,000	108,038,172	42,294,408
Derivados	13	19,095,246	63,913,375	310,643	1,082,910	-	-
		19,095,246	63,913,375	310,643	1,082,910	-	-

		Banco					
	Nota	2018 MT	2017 MT	2018 Nível 2	2017 Nível 2	2018 Nível 3	2017 Nível 3
31 de Dezembro de 2018							
Derivados	13	8,729,646	5,661,740	8,729,646	5,661,740	-	-
Activos financeiros	14	30,780,759,441	29,739,761,668	30,672,721,269	29,697,467,260	108,038,172	42,294,408
		30,789,489,087	29,745,423,408	30,681,450,915	29,703,129,000	-	-
Derivados	13	19,095,246	63,913,375	310,643	1,082,910	-	-
		19,095,246	63,913,375	310,643	1,082,910	-	-

Reconciliação de activos financeiros de nível 3 mensurados ao justo valor em base corrente

	Grupo		Banco	
	2017 MT	2017 MT	2017 MT	2017 MT
31 de Dezembro de 2018	42,294,408	43,384,558	42,294,408	43,384,558
Total de ganhos incluídos no resultado	-	101,693,870	-	101,693,870
Vendas realizadas	(61,993,764)	102,784,020	(65,743,764)	102,784,020
Saldo a 31 de Dezembro de 2018	104,288,172	42,294,408	108,038,172	42,294,408

Técnicas de valorização dos instrumentos financeiros avaliados pelo justo valor

Instrumentos	Técnicas de valorização	Dados observáveis
Derivados	O justo valor dos contratos de câmbio a termo é determinado usando taxas de câmbio a termo na data de relato, com o valor resultante descontado de volta ao valor presente.	Taxa de câmbio
Activos financeiros	O justo valor é estimado usando técnicas de modelagem mais complexas. Essas técnicas incluem fluxo de caixa descontado que utilizam as taxas atuais do mercado de crédito, juros, liquidez, volatilidade e outros riscos.  Os títulos de capital não cotados são avaliados pela contraprestação inicial paga devido à ausência de informações do mercado.	Taxa de desconto

Classificação de activos e passivos financeiros

As políticas contabilísticas do Banco fornecem o âmbito dos activos e passivos a serem designados no início em categorias contabilísticas diferentes, de acordo com as circunstâncias.

As tabelas apresentados nas páginas seguintes resumem o detalhe em termos de classificação dos activos e passivos financeiros

	Grupo							
	Nota	Designado ao justo valor através de resultados MT	Ao justo valor através de resultados MT	Ao justo valor através de outro rendimento integral MT	Custo amortizado MT	Outros activos/passivos não financeiros MT	Total do valor contabilístico MT	Justo valor MT
Em 31 de Dezembro de 2018								
Activos financeiros								
Caixa e disponibilidades no Banco Central	12	-	-	-	630,562,790	-	16,330,053,142	16,330,053,142
Derivados	13	-	-	-	-	-	8,729,646	8,729,646
Activos financeiros	14	-	31,665,763,887	31,665,763,887	-	-	30,777,009,441	31,665,763,887
Empréstimos e adiantamentos a bancos	15.1	-	-	-	18,778,439,099	-	18,752,939,656	18,778,439,099
Empréstimos e adiantamentos a clientes	15.2	-	-	-	34,466,238,351	-	28,295,799,661	34,466,238,351
Outros activos	16	-	-	-	-	179,478,750	179,478,750	179,478,750
		-	31,665,763,887	31,665,763,887	53,875,240,241	179,478,750	94,344,010,296	101,428,702,875
Passivos financeiros								
Derivados	13	-	19,095,246	-	-	-	19,095,246	19,095,246
Recursos de instituições de crédito	24	-	-	-	602,840,608	-	602,840,608	602,840,608
Recursos de clientes	25	-	-	-	74,172,599,529	-	73,939,534,814	74,172,599,529
Outros passivos	26	-	-	-	-	1,982,094,612	1,982,094,612	1,982,094,612
Empréstimos subordinados	27	-	-	-	1,252,147,304	-	1,252,147,304	1,252,147,304
		-	19,095,246	-	76,027,587,441	1,982,094,612	77,795,712,584	78,028,777,299



Banco							
Nota	Designado ao justo valor atraves de resul- tados	Ao justo valor atraves de resul- tados	Ao justo valor atraves de outro rendimento integral	Custo amorti- zado	Outros activos/ passivos não financeiros	Total do valor contabilístico	Justo valor
	MT	MT	MT	MT	MT	MT	MT
Em 31 de Dezembro de 2018							
Activos financeiros							
Caixa e disponibilidades no Banco Central	12	-	15,695,740,352	-	630,562,790	-	16,326,303,142
Derivados	13	-	8,729,646	-	-	-	8,729,646
Activos financeiros	14	-		31,669,513,888	-	-	31,669,513,888
Empréstimos e adiantamentos a bancos	15.1	-	-	-	18,778,439,099	-	18,778,439,099
Empréstimos e adiantamentos a clientes	15.2	-	-	-	34,466,238,351	-	34,466,238,351
Outros activos	16	-	-	-	-	168,834,805	168,834,805
		-	15,704,469,998	31,669,513,888	53,875,240,240	168,834,805	94,333,366,351
							101,418,058,930
Passivos financeiros							
Derivados	13	-	19,095,246	-	-	-	19,095,246
Recursos de instituições de crédito	24	-	-	-	602,840,608	-	602,840,608
Recursos de clientes	25	-	-	-	74,172,599,529	-	74,172,599,529
Outros passivos	26	-	-	-	-	1,982,094,612	1,982,094,612
Empréstimos subordinados	27	-	-	-	1,252,147,304	-	1,252,147,304
		-	19,095,246	-	76,027,587,441	1,982,094,612	78,709,088,897
							78,028,777,299

A gestão acredita que o valor contabilístico dos activos e passivos financeiros acima referidos é uma aproximação razoável do justo valor tendo em conta que as diferenças entre a valor contabilístico e o justo valor são consideradas imateriais. A maioria dos activos e passivos financeiros do Banco estão sujeitos a taxas de juro variáveis pelo que os fluxos de caixa estão sujeitos ao risco de taxa de juros, em que os fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutuam devido a mudanças nas taxas de juros de mercado sujeitas a alterações mensais conforme determinado pelo regulador.

Grupo & Banco							
Nota	Detidos para negociação	Empréstimos e contas a re- ceber	Disponíveis para venda	Outros activos/ passivos ao cus- to amortizado	Outros activos/ passivos não financeiros	Total do valor contabilístico	Justo valor
	MT	MT	MT	MT	MT	MT	MT
Em 31 de Dezembro de 2017							
Activos financeiros							
Caixa e disponibilidades no Banco Central	12	-	17,085,814,922	-	-	-	17,085,814,922
Derivados	13	5,661,740	-	-	-	-	5,661,740
Activos detidos para negociação	13	-	-	-	-	-	-
Activos financeiros	14	-	-	29,739,761,668	-	-	29,739,761,668
Empréstimos e adiantamentos a bancos	15.1	-	13,792,703,313	-	-	-	13,792,703,313
Empréstimos e adiantamentos a clientes	15.2	-	22,013,208,172	-	-	-	22,013,208,172
Outros activos	16	-	-	-	-	237,681,464	237,681,464
		5,661,740	52,891,726,407	29,739,761,668	-	237,681,464	82,874,831,279
							82,874,831,279
Passivos financeiros							
Derivados	13	63,913,375	-	-	-	63,913,388	63,913,388
Recursos de instituições de crédito	24	-	-	-	529,863,502	-	529,863,502
Recursos de clientes	25	-	-	-	65,729,063,846	-	65,729,063,871
Outros passivos	26	-	-	-	-	1,022,536,696	1,022,536,722
Empréstimos subordinados	27	-	-	-	1,081,572,923	-	1,081,572,950
		63,913,375	-	-	67,340,500,272	1,022,536,696	68,426,950,433
							68,426,950,433

A tabela a seguir analisa os instrumentos financeiros não mensurados ao justo valor é divulgado no fim do período de relato, por níveis de hierarquia do justo valor em que a mensuração do justo valor é classificada.

Grupo						
Nota	2018 MT	2017 MT	2018 Nível 1	2017 Nível 1	2018 Nível 2	2017 Nível 2
Activos financeiros não mensurados ao justo valor						
Caixa e disponibilidades no Banco Central	12	630,562,790	17,085,814,922	630,562,790	17,085,814,922	-
Empréstimos e adiantamentos a bancos	15.1	18,752,939,656	13,792,703,313	4,981,093,979	3,644,316,665	10,148,386,648
Empréstimos e adiantamentos a clientes	15.2	28,295,799,661	22,013,208,172	-	-	22,013,208,172
		47,679,302,107	52,891,726,407	5,611,656,769	20,730,131,587	32,161,594,820
Passivos financeiros não mensurados ao justo valor						
Recursos de clientes	24	73,939,534,814	65,729,063,846	67,148,101,917	57,185,230,442	8,543,833,404
Recursos de instituições de crédito	26	602,840,607	529,863,502	115,740,769	330,653,053	199,210,449
Empréstimos subordinados	27	1,068,073,152	1,081,572,950	-	-	1,081,572,950
		75,610,448,573	67,340,500,298	67,263,842,686	57,515,883,495	9,824,616,803

Banco						
Nota	2018 MT	2017 MT	2018 Nível 1	2017 Nível 1	2018 Nível 2	2017 Nível 2
Activos financeiros não mensurados ao justo valor						
Caixa e disponibilidades no Banco Central	12	630,562,790	17,085,814,922	630,562,790	17,085,814,922	-
Empréstimos e adiantamentos a bancos	15.1	18,752,939,656	13,792,703,313	4,981,093,979	3,644,316,665	10,148,386,648
Empréstimos e adiantamentos a clientes	15.2	28,295,799,661	22,013,208,172	-	-	22,013,208,172
		47,679,302,107	52,891,726,407	5,611,656,769	20,730,131,587	32,161,594,820
Passivos financeiros não mensurados ao justo valor						
Recursos de clientes	24	73,939,534,814	65,729,063,846	64,406,007,857	57,185,230,442	8,543,833,404
Recursos de instituições de crédito	26	602,840,607	529,863,502	115,772,688	330,653,053	199,210,449
Empréstimos subordinados	27	1,068,073,152	1,081,572,950	-	-	1,081,572,950
		75,610,448,573	67,340,500,298	64,521,780,545	57,515,883,495	9,824,616,803

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2018 não se verificaram transferências de avaliações ao justo valor entre o Nível 1 e o Nível 2, nem transferências entradas ou saídas nas avaliações ao justo valor do Nível 3.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS		
do exercício findo em 31 de Dezembro de 2018		
Banco & Grupo		
2018		
MT		
5	Margem financeira	
	Juros e rendimentos similares	
	Operações do Mercado monetário	6,582,287,686
	Empréstimos e adiantamentos	4,466,956,228
	Títulos de investimento	49,427,412
		11,098,671,326
	Juros e encargos similares	
	Depósitos de Bancos e clientes	(1,250,451,165)
	Depósitos no mercado monetário	(359,551,492)
	Obrigações	(240,142,000)
		(1,850,144,657)

Grupo & Banco		
2018		
MT		
6	Rendimentos com taxas e comissões	
	Taxas de pagamentos e transacções	724,198,049
	Taxas de documentação e custos administrativos	127,672,242
	Taxas de serviço	716,131,660
		1,568,001,951
	Gastos com taxas e comissões	
	Taxas de cartões de crédito	(25,652,048)
		(25,652,048)

Todas as comissões reportadas acima referem-se a activos ou passivos financeiros não mensurados ao valor justo através de resultados.

Grupo & Banco		
2018		
MT		
7	Resultado de operações financeiras	
	Ganhos líquidos em transacções cambiais	2,547,209,060
		2,547,209,060
7.1	Outros proveitos	
	Receita de venda de investimentos em capital próprio não cotados	-
	Proveitos de seguro	48,497,708
		48,497,708
8	Imparidade de Crédito	
	Imparidade de Crédito (NIC 39) <sup>1</sup>	-
	Imparidade de empréstimos em cumprimento	-
	Imparidade específica de empréstimos em incumprimento	-
	ECL - Activos Financeiros	85,942,336
	Estágio 1	86,402,433
	Estágio 2	(460,097)
	Estágio 3	-
	ECL - Empréstimos e adiantamentos	206,531,961
	Estágio 1	(60,904,541)
	Estágio 2	76,827,523
	Estágio 3	190,608,979
	ECL - Cartas de Crédito e garantias bancárias	(8,929,344)
	Estágio 1	(5,969,177)
	Estágio 2	(2,960,167)
	Estágio 3	-
	Recuperações	(70,196,858)
	Activos Financeiros	-
	Empréstimos e adiantamentos	(70,196,858)
	Ganhos ou perdas em modificações	(40,187)
	Total	213,307,907

Grupo		
2018		
MT		
9	Outros gastos operacionais	
	Custos gerais e administrativos	1,820,720,535
	Custos de locação operacional	150,947,211
	Gastos com o pessoal (nota 9.1)	3,374,905,713
	Depreciações e amortizações	436,486,860
	Honorários dos Administradores e gestores seniores	15,744,743
		5,798,805,062



Banco		
	2018	2017
	MT	MT
<b>Outros gastos operacionais</b>		
Custos gerais e administrativos	1,810,076,590	1,812,614,432
Custos de locação operacional	150,947,211	107,717,432
Gastos com o pessoal (nota 9.1)	3,374,905,713	3,153,975,064
Depreciações e amortizações	436,486,860	343,426,900
Honorários dos Administradores e gestores seniores	15,744,743	12,373,086
	5,788,161,117	5,430,106,914
Grupo		
	2018	2017
	MT	MT
<b>9.1 Gastos com o pessoal</b>		
Salários e subsídios	3,102,507,012	2,782,719,053
Benefícios de pensão e reforma	107,930,379	100,700,971
Plano de acções do grupo	4,562,083	86,228,382
Outros custos relacionados com o pessoal	159,906,239	184,326,658
	3,374,905,713	3,153,975,064
Banco		
	2018	2017
	MT	MT
<b>Gastos com o pessoal</b>		
Salários e subsídios	3,102,507,012	2,782,719,053
Benefícios de pensão e reforma	107,930,379	100,700,971
Plano de acções do grupo	4,562,083	86,228,382
Outros custos relacionados com o pessoal	159,906,239	184,326,658
	3,374,905,713	3,153,975,064
<b>10 Impostos</b>		
<b>10.1 Imposto Indirecto</b>		
Imposto sobre valor acrescentado	241,291,583	297,358,272
Imposta de selo	15,350,303	1,967,780
	256,641,886	299,326,052
<b>10.2 Imposto directo</b>		
Imposto corrente	1,531,723,004	1,502,692,935
Imposto diferido	(791,394)	(25,918,814)
	1,530,931,610	1,476,774,121
Reconciliação da taxa efectiva de impostos		
Resultado antes de impostos	7,385,114,315	7,371,385,864
Imposto à taxa em vigor de 32%	2,363,236,581	2,358,843,476
Ajustamentos ao imposto:		
Efeito do rendimento sujeito a taxas liberatórias de imposto	(787,503,788)	(790,011,543)
Impacto dos custos e rendimentos não dedutíveis	(44,801,183)	(16,138,999)
Impostos	1,530,931,610	1,552,692,935

11 Resultados por acção

Resultados por acção - básicos e diluídos

Os resultados por acção básicos e diluídos, no montante de MT 15.41 (2017: MT 21.35), baseiam-se no lucro atribuível aos accionistas ordinários, no montante de MT 5 586 896 874 (2017: MT 5 526 133 859 ), e são calculados com base na média ponderada do número das acções ordinárias emitidas de 362 604 396 (2017: 258 800 000).

Grupo		
	2018	2017
	MT	MT
<b>Resultado líquido do exercício</b>	5,586,896,874	5,595,285,691
<b>Itens ajustáveis do resultado líquido do exercício</b>	-	(69,151,832)
Receita líquida de venda de investimentos em capital próprio não cotados	-	(69,151,832)
Resultado líquido imputável a titulares de acções ordinárias	-	5,526,133,859
Número médio ponderado de acções ordinárias	362,604,396	258,800,000
Resultados por acção	15.41	21.35
Banco		
	2018	2017
	MT	MT
<b>Resultado líquido do exercício</b>	5,597,540,819	5,595,285,691
<b>Itens ajustáveis do resultado líquido do exercício</b>	-	(69,151,832)
Receita líquida de venda de investimentos em capital próprio não cotados	-	(69,151,832)
Resultado líquido imputável a titulares de acções ordinárias	5,597,540,819	5,526,133,859
Número médio ponderado de acções ordinárias	362,604,396	258,800,000
Resultados por acção	15.44	21.35
Grupo		
	2018	2017
	MT	MT
<b>Caixa e disponibilidades no Banco Central</b>		
Saldos de caixa	2,574,404,657	2,297,861,213
Depósitos no Banco de Moçambique	13,751,898,485	14,787,953,709
	16,326,303,142	17,085,814,922
Banco		
	2018	2017
	MT	MT
<b>Caixa e disponibilidades no Banco Central</b>		
Saldos de caixa	2,574,404,657	2,297,861,213
Depósitos no Banco de Moçambique	13,751,898,485	14,787,953,709
	16,326,303,142	17,085,814,922
Banco & Grupo		
	2018	2017
	MT	MT
<b>13 Activos/passivos derivados</b>		
Contratos de taxa de câmbio a prazo – Activo	3,052,247	5,661,740
Contratos de taxa de câmbio a prazo - Activo	5,677,399	-
	8,729,646	5,661,740

Contratos de taxa de câmbio a prazo - Passivo	(6,018,395)	(30,428,029)
Contratos de taxa de câmbio a prazo - Passivo	(13,076,851)	(33,485,346)
	(19,095,246)	(63,913,375)
Banco & Grupo		
	2018	2017
	MT	MT
<b>14 Activos financeiros</b>		
Bayport 2018 - Série I	89,273,344	-
<b>Obrigações do Governo</b>		
Obrigações do Tesouro (OT 2015 Série II)	-	8,787,259
Obrigações do Governo (OT 2017 Série I)	138,930,583	113,626,841
Obrigações do Governo (OT 2018 Serie XII)	480,972,743	-
<b>Bilhetes do Tesouro</b>		
Emitidos pelo Governo de Moçambique	29,963,544,599	29,575,053,160
	30,672,721,269	29,697,467,260
Grupo		
<b>Investimentos em capital próprio não cotados</b>		
SIMO	97,166,866	41,173,102
Parque Industrial da Matola (PIM)	1,121,306	1,121,306
Standard Bank Sociedade Gestora de Fundo de Pensoes, S.A	-	-
Standard Insurance Corretores de Seguros,SA	6,000,000	-
	104,288,172	42,294,408
<b>Total</b>	30,777,009,441	42,294,408
Banco		
<b>Investimentos em capital próprio não cotados</b>		
SIMO	97,166,866	41,173,102
Parque Industrial da Matola (PIM)	1,121,306	1,121,306
Standard Bank Sociedade Gestora de Fundo de Pensoes, S.A	3,750,000	-
Standard Insurance Corretores de Seguros,SA	6,000,000	-
	108,038,172	42,294,408
<b>Total</b>	30,780,759,441	29,739,761,668

<sup>1</sup> O Banco, conforme permitido pelo IFRS 9, optou por não alterar suas demonstrações financeiras comparativas. O Banco alinhou suas categorias de activos financeiros divulgados no exercício de 2017 aos divulgados para o exercício 2018. Tal não resultou numa reformulação da demonstração da posição financeira do banco em 31 de dezembro de 2017.

O perfil da maturidade contractual dos investimentos financeiros(excluindo investimentos em capital próprio) à data de relato é o seguinte:

O Standard Insurance Corretores de Seguros,S.A. é detida na totalidade pelo Banco no entanto ainda não iniciou actividades por isso não foi consolidada.

Banco & Grupo		
	2018	2017
	MT	MT
<b>Bilhetes do Tesouro e obrigações</b>		
Maturidade em 1 mês	4,225,868,348	597,088,054
Maturidade 1 a 6 meses	7,194,775,317	17,350,739,252
Maturidade 6 a 12 meses	18,542,900,934	11,636,013,113
Maturidade após 12 meses	709,176,670	113,626,841
	30,672,721,269	29,697,467,260

Aceda à sua conta pelo QuiQ  
Mesmo sem crédito  
ou Internet no celular

\*555#  
QuiQ  
Mais rápido, seguro e prático



	Saldo de abertura do ECL	Transferência entre esta- gios	Movimentos na demonstração de resultados				ECL Líquido	Imparidades em contas saneadas	Diferenças cambias e outros move- mentos	Saldo de fecho 31 Dezembro 2018
	1 Janeiro 2018		ECL em novas exposi- ções	Alterações em ECL devido a mo- dificações	Alterações subsequen- tes	Alterações no ECL devido ao desreconhe- cimento	ECL Líquido			
Grandes em- presas	-	-	(635,434)	-	-	460,097	(175,337)	-	-	(175,337)
Estágio 1	-	-	(635,434)	-	-	-	(635,434)	-	-	(635,434)
Estágio 2	-	-	-	-	-	460,097	460,097	-	-	460,097
Estágio 3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Entidades so- beranas	(802,812,110)		(873,845,000)	-	168,227,000	619,851,000	(888,579,110)	-		(888,579,110)
Estágio 1	(802,812,110)		(873,845,000)	-	168,227,000	619,851,000	(888,579,110)	-	-	(888,579,110)
Estágio 2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Estágio 3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	802,812,110)	-	(874,480,434)	-	168,227,000	620,311,097	(888,754,447)	-	-	(888,754,447)

	Saldo no início do ano	Reclassificações	Alterações liqui- das no justo valor	Ajustamentos e re- versões no justo valor através de resultados	ECL líquido cons- tituído (reversão)/ dotação	Diferenças cambias e outros movimentos	Saldo de fecho
Empresas	-	-	-	-	-	(634,672)	(634,672)
Entidades soberanas	-	(888,754,447)	211,707,000	(90,022,000)	(85,307,000)	-	(852,376,447)
Total	-	(888,754,447)	211,707,000	(90,022,000)	(85,307,000)	(634,672)	(853,011,119)

Bayport 2018 - Série I

Representam obrigações comerciais a 3 anos, emitidas ao público em 17 de Julho de 2018, com um valor nominal de MT 100 cada. A obrigação remunera juros a cada 6 meses e o primeiro cupão tem uma taxa fixa de 24%. Posteriormente, a taxa de cupão será variável e indexada as taxas de juros médias ponderadas dos últimos 6 bilhetes do tesouro com maturidade de 360 dias acrescida de uma margem de 8%. Os juros são pagos a cada seis meses.

Obrigações do Governo (OT/2015 Série II)

Representam obrigações do tesouro a 3 anos, emitidas em 25 de Agosto de 2015, com valor nominal de MT100 cada. No fim do ano o valor nominal da obrigação era de MT 100. A taxa de cupão foi estabelecida a taxa fixa de 10%. O juro é pago a cada seis meses. Estes instrumentos foram vendidos em 2018 antes da maturidade.

Obrigações do Governo (OT/2015 Série II)

Representam obrigações do tesouro a 3 anos, emitidas em 25 de Agosto de 2015, com valor nominal de MT100 cada. No fim do ano o valor nominal da obrigação era de MT 100. A taxa de cupão foi estabelecida a taxa fixa de 10%. O juro é pago a cada seis meses. Estes instrumentos foram vendidos em 2018 antes da maturidade.

Obrigações do Governo (OT 2017 Série I)

Representam obrigações do tesouro a 3 anos, emitidas em 21 de Fevereiro de 2017, com valor nominal de MT100 cada. No fim do ano o valor nominal da obrigação era de MT 100. A taxa de cupão foi estabelecida a taxa fixa de 27% durante os primeiros 3 pagamentos semestrais de juros e variável nos 3 últimos pagamentos semestrais de juros.A taxa de juro variável que remunera cada obrigação nos últimos 3 pagamentos semestrais, resultará da adição de uma margem percentual a um indexante, arredondada para 1/16 de ponto percentual igual ou imediatamente superior. Os juros são pagos a cada seis meses. Estes instrumentos foram vendidos em 2018 antes da maturidade.

Obrigações do Governo (OT 2018 Serie XII)

Representam obrigações do tesouro a 3 anos, emitidas em 28 de Novembro de 2018, com valor nominal de MT100 cada. No fim do ano o valor nominal da obrigação era de MT 100. A taxa de cupão foi estabelecida a taxa fixa de 16% durante os primeiros 2 pagamentos semestrais de juros e variável nos 4 últimos pagamentos semestrais de juros.A taxa de juro variável que remunera cada obrigação nos últimos 4 pagamentos semestrais, resultará da adição de uma margem percentual a um indexante, arredondada para 1/16 de ponto percentual igual ou imediatamente superior. Os juros são pagos a cada seis meses.

Empréstimos e adiantamentos

15.1 Empréstimos e adiantamentos a bancos	Grupo & Banco	
	2018	2017
	MT	MT
Contas correntes	4,981,158,872	3,644,316,665
Aplicações a prazo	13,772,025,094	10,148,386,648
	18,753,183.966	13,792,703.313
ECL - Ao Custo amortizado		
	2018	2017
	MT	MT
Estágio 1	(244,310)	-
Estágio 2	-	-
Estágio 3	-	-
Empréstimos e adiantamentos a bancos líquidos	18,752,939,656	13,792,703,313

	2018	2017
	MT	MT
1 mês	14,402,081,904	12,987,915,020
1 mês a 3 meses	3,420,538,717	-
3 meses a 6 meses	623,007,705	804,788,293
6 meses a 12 meses	307,555,641	-
	18,753,183,967	13,792,703,313

15.2 Empréstimos e adiantamentos a clientes

Empréstimos a prazo		
Moeda local	16,858,093,203	10,253,780,330
Moeda estrangeira	9,000,860,851	9,355,152,282
	25,858,954,054	19,608,932,612

Empréstimos a prazo em moeda estrangeira incluem cartas de crédito confir-madas com um prazo inferior a 12 meses a contar da data do relato, no mon-tante de MT 115 740 769

	Grupo & Banco	
	2018	2017
	MT	MT
Descobertos bancários		
Moeda local	3,438,934,257	2,818,557,822
Moeda estrangeira	116,405,153	141,785,337
	3,555,339,410	2,960,343,159
Empréstimos em incumprimento		
Moeda local	699,925,606	1,001,118,217
Moeda estrangeira	86,786,232	132,088,097
	786,711,838	1,133,206,314
Total	30,201,005,302	23,702,482,085
Menos: provisões para imparidade		
- Imparidade da carteira	(1,259,909,832)	(879,307,121)
- Imparidade específica	(645,295,809)	(809,966,792)
Empréstimos e adiantamentos líquidos de clientes	28,295,799,661	22,013,208,172
15.3 Maturidade de empréstimos		
1 mês	6,267,293,240	3,341,590,661
1 mês a 3 meses	3,738,625,538	2,266,299,368
3 meses a 1 ano	7,003,528,835	4,455,678,396
1 ano a 5 anos	12,404,845,969	13,384,866,125
Sem maturidade fixa	786,711,721	254,047,535
	30,201,005,302	23,702,482,085

Os empréstimos sem maturidade fixa representam os empréstimos em in-cumprimento e o respectivo juro em suspenso.

	Grupo & Banco	
	2018	2017
	MT	MT
15.4 Imparidade de empréstimos e adiantamentos		
Imparidade de Crédito (NIC 39) <sup>1</sup>		
Imparidade específica	-	809,966,792
Imparidade da carteira	-	879,307,121
ECL - Amortised cost (IFRS 9)		
Estágio 1	268,243,452	-
Estágio 2	991,666,381	-
Estágio 3	645,295,809	-
Total	1,905,205,642	1,689,273,913

<sup>1</sup> O Banco, conforme permitido pelo IFRS 9, optou por não alterar as suas demonstrações financeiras comparativas. Portanto, a comparabilidade não será alcançada pelo facto de as informações financeiras comparativas terem sido preparadas segundo a IAS 39.

15.5 Locação financeira

O perfil da maturidade dos activos em locação financeira a partir da data de relato é como segue:

	Grupo & Banco	
	2018	2017
	MT	MT
Investimento bruto em prestações financeiras	423,683,156	517,678,289
Rendimento financeiro não obtido	(24,182,280)	(101,218,141)
Investimento líquido em prestações financeiras	399,500,876	416,460,148
A receber em 1 ano	85,244,107	214,407,576
A receber depois de 1 ano e até 5 anos	338,439,049	303,270,713
	423,683,156	517,678,289

<sup>1</sup> O Banco, conforme permitido pelo IFRS 9, optou por não alterar as suas demonstrações financeiras comparativas. Portanto, a comparabilidade não será alcançada pelo facto de as informações financeiras comparativas terem sido preparadas segundo a IAS 39.





Reconciliação da perda de crédito esperada para empréstimos e adiantamentos ao custo amortizado

	Saldo de abertura do ECL	Transferência entre esta-gios	Movimentos na demonstração de resultados					ECL Líquido	Imparidades em contas saneadas	Diferenças cambiais e outros move-mentos	Saldo de fecho 31 Dezembro 2018
	1 Janeiro 2018		ECL em novas exposições	Alterações em ECL devido a modifi-cações	Alterações subsequen-tes	Alterações no ECL devi-do ao desre-conhecimen-to	ECL Líquido				
ECL em novas exposi-ções	(180,161,110)	-	-	-	(30,551,800)	-	(30,551,800)	74,022,410	-	-	136,690,500)
Estágio 1	(27,440,370)	13,326,140	-	-	(3,716,160)	-	(3,716,160)	-	-	-	(17,830,390)
Estágio 2	(57,087,970)	(13,326,140)	-	-	24,143,070	-	24,143,070	-	-	-	(46,271,040)
Estágio 3	(95,632,770)	-	-	-	(50,978,710)	-	(50,978,710)	74,022,410	-	-	(72,589,070)
Vendas a prestações e locações financeiras											
Estágio 1	(806,890)	(7,587,860)	-	-	6,844,700	-	6,844,700	-	-	-	(1,550,050)
Estágio 2	(11,358,950)	7,587,860	-	-	(6,837,310)	-	(6,837,310)	-	-	-	(10,608,400)
Estágio 3	(40,388,730)	-	-	-	26,105,510	-	26,105,510	10,138,330	-	-	(4,144,890)
Cartões de crédito											
Estágio 1	(12,979,640)	7,360,760	-	-	(6,270,290)	-	(6,270,290)	-	-	-	(11,889,170)
Estágio 2	(13,194,340)	(7,360,760)	-	-	8,406,430	-	8,406,430	-	-	-	(12,148,670)
Estágio 3	(5,806,220)	-	-	-	(12,852,750)	-	(12,852,750)	14,152,420	-	-	(4,506,550)
Grandes empresas											
Estágio 1	(135,841,680)	(25,030,730)	(33,203,110)	37,000	77,529,390	32,697,610	77,060,890	-	-	-	(83,811,520)
Estágio 2	(642,158,690)	25,030,730	(325,690)	-	(83,219,670)	7,471,420	(76,073,940)	-	500	-	(693,201,400)
Estágio 3	(400,521,550)	-	(94,301,660)	-	14,571,500	121,068,000	41,337,840	-	-	-	(359,183,710)
Entidades soberanas											
Estágio 1	(68,133,200)	-	-	-	18,069,440	1,878,140	19,947,580	-	-	-	(48,185,620)
Estágio 2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Estágio 3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Instituições financeiras											
Estágio 1	(120,720)	(350)	(109,070)	-	(77,730)	63,560	(123,240)	-	-	-	(244,310)
Estágio 2	(350)	350	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Estágio 3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros em-préstimos e adiantamen-tos											
Estágio 1	(80,087,951)	21,500,640	-	743,000	(47,132,390)	-	(46,389,390)	-	-	-	(104,976,701)
Estágio 2	(189,999,871)	(21,500,640)	-	-	(17,936,360)	-	(17,936,360)	-	-	-	(229,436,871)
Estágio 3	(270,728,409)	-	-	-	(201,002,010)	-	(201,002,010)	266,858,830	-	-	(204,871,589)
Total	(2,052,288,301)	-	(127,939,530)	780,000	(254,353,340)	163,178,730	(218,334,140)	365,171,990	500	-	(1,905,449,951)

Modificações nos empréstimos e adiantamentos ao custo amortizado

		Estágio 2		Estágio 3		Imparidades adquiridas/originadas	
		Custo amortizado antes da modificação	Ganho ou perdas em modificações	Custo amortizado antes da modificação	Ganho ou perdas em modificações	Custo amortizado antes da modificação	Ganho ou perdas em modificações
Empréstimos hipote-cários		-	-	23,435,000	37,000	-	-
Vendas a prestações e locações financeiras		-	-	-	-	-	-
Cartões de crédito		-	-	-	-	-	-
Grandes empresas		-	-	-	-	-	-
Entidades soberanas		-	-	-	-	-	-
Instituições financei-ras		-	-	-	-	-	-
Outros empréstimos e adiantamentos		-	-	-	-	-	-
Total		-	-	23,435,000	37,000	-	-

Reconciliação da imparidade dos empréstimos e adiantamentos a clientes

	Empréstimos hipotecários	Vendas a prestações e locações financeiras	Devedores nos cartões de crédito	Outros emprés-timos e adianta-mentos	Empréstimos a grandes empre-sas	Total
	2017¹	2017¹	2017¹	2017¹	2017¹	2017¹
Empréstimos em incumprimento						
Saldo de abertura	66,282,464	8,685,254	13,401,306	129,081,754	134,110,562	351,561,340
Contas com imparidade abatidas (write-offs)	(8,074,633)	(4,165,432)	(15,610,762)	(149,796,102)	-	(177,646,929)
Provisões líquidas constituídas	37,425,219	35,869,077	7,949,025	291,508,965	263,300,093	636,052,379
Saldo no fim do ano	95,633,050	40,388,899	5,739,569	270,794,617	397,410,655	809,966,790
Empréstimos em cumprimento						
Saldo de abertura	33,752,731	8,438,709	7,503,415	77,436,910	1,046,196,934	1,173,328,698
Provisões líquidas (reversão)/dotação	(10,123,380)	(785,700)	(2,953,650)	(22,803,682)	(257,355,164)	(294,021,576)
Saldo de fecho	23,629,351	7,653,009	4,549,765	54,633,228	788,841,770	879,307,122
Total	119,262,401	48,041,908	10,289,334	325,427,845	1,186,252,425	1,689,273,912

Perdeu seu cartão?

Cancele de imediato pelo QuiQ para evitar fraudes

\*555#

QuiQ

Mais rápido, seguro e prático

Grupo		
2018 MT		2017 MT
16	Outros activos	
	Outras contas a receber	237,681,463
	Custos pré-pagos	91,067,678
	Consumíveis	12,045,377
		340,794,518
Banco		
2018 MT		2017 MT
	Outros activos	
	Outras contas a receber	237,681,463
	Custos pré-pagos	91,067,678
	Consumíveis	12,045,377
		340,794,518

A rubrica de outros activos é composta por itens cuja recuperação é expectável no prazo de doze meses.

As Outras contas a receber compreendem os devedores diversos, os devedores empregados e outros. Os devedores foram agrupados considerando que não se enquadram nas categorias dos itens divulgados separadamente.



17.1 Activos tangíveis

	Edifícios	Equipamento	Veículos	Mobiliário e outros equipamentos	Investimento em curso	Total
	MT	MT	MT	MT	MT	MT
Em 31 de Dezembro de 2018						
Saldo de abertura	2,775,980,136	492,942,263	27,483,832	405,945,946	252,981,415	3,955,333,592
Reavaliação	113,461,638	-	-	-	-	113,461,638
Adições	64,084,856	255,938,895	34,202,575	83,712,333	596,035,471	1,033,974,130
Transferências	134,504,663	113,167,022	6,390,000	40,841,258	(217,811,463)	77,091,479
Abates	-	(2,093,677)	(505,544)	(127,566)	-	(2,726,786)
Depreciações	(61,105,398)	(214,231,925)	(15,769,183)	(87,040,063)	-	(378,146,569)
Em 31 de Dezembro de 2018	3,026,925,895	645,722,578	51,801,680	443,331,908	631,205,423	4,798,987,485
Em 31 de Dezembro de 2018						
Custo/avaliação	3,473,143,347	1,656,036,064	134,159,190	855,920,653	631,205,424	6,750,464,677
Depreciações acumuladas	(446,217,451)	(1,010,313,486)	(82,357,510)	(412,588,745)	-	(1,951,477,192)
Valor contabilístico em 31 de Dezembro de 2018	3,026,925,895	645,722,578	51,801,680	443,331,908	631,205,424	4,798,987,485

	Edifícios	Equipamento	Veículos	Mobiliário e outros equipamentos	Investimento em curso	Total
	MT	MT	MT	MT	MT	MT
Em 31 de Dezembro de 2017						
Saldo de abertura	2,772,921,751	401,614,547	38,909,075	414,542,631	154,418,006	3,782,406,010
Reavaliação	-	-	-	-	-	-
Adições	39,270,446	213,319,347	2,588,360	48,338,684	219,482,465	522,999,302
Transferências	25,886,005	63,536,659	-	31,496,392	(120,919,056)	-
Abates	-	(1,278,014)	-	(10,418,886)	-	(11,696,900)
Depreciações	(62,098,066)	(184,250,276)	(14,013,603)	(78,012,875)	-	(338,374,819)
Em 31 de Dezembro de 2017	2,775,980,136	492,942,263	27,483,832	405,945,946	252,981,415	3,955,333,592
Em 31 de Dezembro de 2017						
Custo/avaliação	3,161,112,774	1,166,861,140	99,893,347	731,928,289	252,981,415	5,412,776,965
Depreciações acumuladas	(385,132,639)	(673,918,877)	(72,409,516)	(325,982,343)	-	(1,457,443,373)
Valor contabilístico em 31 de Dezembro de 2017	2,775,980,136	492,942,263	27,483,831	405,945,946	252,981,415	3,955,333,592

17.2 Activos intangíveis (software)

Em 31 de Dezembro de 2018	MT
Saldo de abertura	334,597,486
Adições	226,007,071
Transferências	(77,091,479)
Amortização	(58,340,291)
Diferenças cambiais	-
Valor contabilístico em 31 de Dezembro de 2018	425,172,787
Custo	490,471,641
Amortização acumulada	(65,298,854)
Valor contabilístico em 31 de Dezembro de 2018	425,172,787

Em 31 de Dezembro de 2017	
Saldo de abertura	92,225,726
Adições	247,423,841
Transferências	-
Amortização	(5,052,081)
Diferenças cambiais	-
Valor contabilístico em 31 de Dezembro de 2017	334,597,486
Custo	494,041,604
Amortização acumulada	(159,444,118)
Valor contabilístico em 31 de Dezembro de 2017	334,597,486

	Banco & Grupo	
	2018 MT	2017 MT
18 Activo do fundo de pensões		
a. Valor contabilístico		
Balanço		
Valor presente das obrigações	(514,408,000)	(448,544,000)
Justo valor dos activos do plano	633,926,000	609,051,000
Activos líquidos do fundo de pensões	119,518,000	160,507,000
b. Resultados		
Juros líquidos no passivo de benefícios definidos	(29,694,000)	(26,441,000)
	(29,694,000)	(26,441,000)
c. Reconciliação do balanço		
Saldo de abertura em 1 de Janeiro	160,507,000	101,697,000
Custo líquido com pensões	29,694,000	26,441,000
Ganhos/perdas actuariais reconhecidos	(70,683,000)	32,369,000
Diferenças cambiais	-	-
Saldo de fecho em 31 de Dezembro	119,518,000	160,507,000

d. Pagamento de benefícios pós-emprego

	Banco & Grupo	
	2018 MT	2017 MT
Saldo de abertura	448,544,000	424,186,000
Custo de juros	77,170,000	102,637,000
Ganhos/perdas actuariais	51,508,000	(19,420,000)
Benefícios pagos	(62,814,000)	(58,859,000)
Diferenças cambiais	-	-
Saldo de fecho	514,408,000	448,544,000

Os ganhos respeitantes a obrigação de benefícios definidos resultam maioritariamente dos seguintes factores::

- Variações nos pressupostos económicos;
- Aumento de pensões maiores do que esperado;
- Duplicação do 13º cheque;
- Experiência demográfica diferente do esperado; e
- Variações nos dados estatísticos.

Os factores acima contribuíram para a perda atuarial líquida da seguinte forma:

	Banco & Grupo	
	2018 MT	2017 MT
Variações nos pressupostos económicos	26,319,000	42,015,000
Experiência	27,575,000	(61,435,000)
Aumento nas pensões	10,819,000	(34,933,000)
Pagamento de pensões	-	1,485,000
13º Cheque	-	(36,724,000)
Experiência demográfica	16,787,000	8,774,000
Adição de pensionistas anteriormente excluídos	-	-
Correção nos dados estáticos	(8,000)	(39,000)
Outros itens diversos	(23,000)	2,000
Total	53,894,000	(19,420,000)

e. Activos do plano de benefícios pós-emprego

	Banco & Grupo	
Saldo de abertura	609,051,000	525,883,000
Retorno esperado dos activos	106,864,000	129,078,000
Contribuição do empregador	-	-
Prémios de risco e custos	-	-
Benefícios pagos	(62,814,000)	(58,859,000)
Ganho/Perda actuarial	(19,175,000)	12,949,000
Diferenças cambiais	-	-
Saldo de fecho	633,926,000	609,051,000

f. Os activos do fundos de pensões são representados como segue:

	Banco & Grupo	
Contas de depósitos e obrigações	292,995,395	536,952,892
Títulos de investimento	1,872,416,296	1,362,387,545
Caixa - Conta corrente	11,710,892	5,922,108
	2,177,122,583	1,905,262,545

Principais pressupostos actuariais

Os principais pressupostos actuariais à data de relato são os seguintes:

	Banco & Grupo	
	2018	2017
Taxa de desconto	13%	19%
Taxa de inflação	8%	14%
Aumento em pensões	6%	11%
Idade média ponderada de reforma	67.90	66.70

Em 31 de Dezembro de 2018 o plano compreendia 0 (2017: 0) membros activos e 125 (2017: 130) reformados.

	Banco & Grupo	
	2018 MT	2017 MT
19 Capital social		
19.1 Autorizado		
776 400 000 acções ordinárias de MT 5 cada	3,882,000,000	1,294,000,000
19.2 Emitido e pago integralmente		
776 400 000 acções ordinárias de MT 5 cada	3,882,000,000	1,294,000,000

Todas as acções estão igualmente qualificadas para o pagamento de dividendos.

20 Reserva legal

	Banco & Grupo	
No início do ano	1,294,000,000	1,294,000,000
	1,294,000,000	1,294,000,000
21 Outras reservas		
Reserva de reavaliação	809,938,449	732,784,536
Plano de acções do grupo	4,217,937	4,201,121
Reserva para riscos gerais de crédito	1,097,715,521	1,097,715,521
Reserva de reavaliação dos activos disponíveis para venda	-	(90,499,593)
Reverva de conversão cambial	853,471,669	-
Outras reservas	(2,207,636)	(2,207,636)
	2,763,135,940	1,741,993,949

Reserva de reavaliação

A reserva de reavaliação refere-se à reavaliação de outros activos tangíveis mais especificamente de edifícios.

Plano de acções do Grupo

O Standard Bank Moçambique tem um plano de remuneração em capital próprio, isto é, um plano de remuneração variável em acções do Grupo Standard Bank que é liquidado com capital próprio e confere direitos aos empregados relativamente a aquisição de acções ordinárias ao preço da acção do Grupo Standard Bank na data em que é concedida a opção.

Reserva de risco geral de crédito

A reserva de risco geral de crédito é meramente regulamentar e refere-se à diferença entre às reservas mínimas previstas no aviso número 16/GBM/2013 do Banco de Moçambique e o valor de imparidade calculada de acordo com as NIRF.

Reserva de justo valor - activos ao justo valor através de outro rendimento integral

A reserva de avaliação de justo valor de activos disponíveis para venda compreende a variação líquida acumulada do justo valor de instrumentos financeiros disponíveis para venda até que os investimentos sejam desconhecidos ou em imparidade, caso em que o valor acumulado reconhecido em outro rendimento integral é reconhecido em lucros e prejuízos.

	Grupo	
	2018 MT	2017 MT
22 Resultados transitados		
No início do ano	13,163,182,645	7,545,506,529
Resultado líquido do ano	5,586,896,874	5,595,285,690
Ajustamentos de transição IFRS 9	(889,682,538)	-
Emissão de acções	(3,235,000,000)	-
Dividendos pagos	(1,381,533,465)	(695,225,852)
Remensuração do fundo de pensões	(70,683,000)	32,369,000
Remensuração de assistência médica	1,243,000	(15,133,000)
Transferências líquidas durante o ano	-	700,380,279
	13,174,423,516	13,163,182,646
	Banco	
	2018 MT	2017 MT
Resultados transitados		
No início do ano	13,163,182,645	7,545,506,529
Resultado líquido do ano	5,597,540,819	5,595,285,690
Ajustamentos de transição IFRS 9	(889,682,538)	-
Emissão de acções	(3,235,000,000)	-
Dividendos pagos	(1,381,533,465)	(695,225,852)
Remensuração do fundo de pensões	(70,683,000)	32,369,000



	Remensuração de assistência médica	1,243,000	(15,133,000)
	Transferências líquidas durante o ano	-	700,380,279
		13,185,067,461	13,163,182,646
23	Passivos por impostos correntes		
	Saldo em 1 de Janeiro	261,911,488	220,532,431
	Tributação do exercício (nota 10)	1,531,723,004	1,502,692,935
		1,793,634,492	1,723,225,366
	Pagamentos/transferências		
	Pagamentos antecipados respeitantes ao período em curso	(1,765,192,493)	(1,461,313,878)
	Saldo em 31 de Dezembro	28,441,999	261,911,488
	Passivos por imposto diferido		
	Justo valor de derivados	12,951,675	-
	Reserva de reavaliação – sobre imóveis	381,147,505	344,839,781
		394,099,180	344,839,781
	Activos por imposto diferido		
	Reserva de reavaliação – sobre imóveis	418,674,135	-
	Reservas de reavaliação de activos financeiros	16,710,259	44,060,222
	Depreciações e amortizações	27,098,257	13,355,189
	Justo valor de derivados	4,500,217	3,028,039
		466,982,868	60,443,450
	(Activos)/Passivos por imposto diferido	(72,883,688)	284,396,331

24	Recursos de instituições de crédito		
	À ordem		
	Em moeda local	487,067,920	199,210,450
	Em moeda estrangeira	-	-
		487,067,920	199,210,450

Depósitos à ordem em moeda local refere-se ao saldo da conta vostro do Standard Bank South Africa (SBSA).

	A prazo		
	Em moeda local	115,772,688	330,653,053
	Em moeda estrangeira	115,772,688	330,653,053
	Total	602,840,608	529,863,503

Depósitos a prazo em moeda estrangeira representam cartas de crédito confirmadas com um prazo inferior a 12 meses a contar da data do relato.

25	Recursos de clientes		
	À ordem		
	Em moeda local	31,388,599,632	30,236,944,811
	Em moeda estrangeira	33,017,408,225	26,948,285,631
		64,406,007,857	57,185,230,442

	A prazo		
	Em moeda local	7,885,210,269	6,569,845,198
	Em moeda estrangeira	1,648,316,688	1,973,988,206
		9,533,526,957	8,543,833,404
	Total	73,939,534,814	65,729,063,846

	Banco & Grupo		
	2018	2017	
	MT	MT	
	Maturidade dos depósitos a prazo		
	1 mês	2,742,094,059	3,549,984,974
	1 mês a 3 meses	2,631,388,855	2,388,015,592
	3 meses a 1 ano	4,158,647,031	2,605,832,838
	Acima de 1 ano	1,397,012	-
		9,533,526,957	8,543,833,404

	Banco & Grupo		
	2018	2017	
	MT	MT	
26	Outros passivos		
	Acréscimos de custos	1,097,450,493	891,801,655
	Títulos a pagar	111,861,513	139,173,780
	Dividendos a pagar	428,849,300	43,722,092
	Contas a pagar	1,313,263,628	839,640,824
	Imparidade - rubrcas extrapatrimoniais	128,120,170	-
		3,079,545,104	1,914,338,351

A rubrica de outros passivos é composta por itens cuja liquidação é expectável no prazo de doze meses.

27	Empréstimos subordinados		
	Obrigações 2007	-	-
	Obrigações 2015 – Série 1	326,812,500	332,472,917
	Obrigações 2015 – Série 2	408,860,625	414,448,625
	Obrigações 2015 – Série 3	332,400,000	334,651,381
		1,068,073,125	1,081,572,923
	Reconciliação do balanço		
	Saldo de abertura	1,081,572,923	1,299,410,861
	Vendas	(80,572,923)	(298,410,861)
	Acréscimo de juros	67,073,125	80,572,923
	Ajustamento cambial	-	-
	Saldo de fecho	1,068,073,125	1,081,572,923

As variações nos empréstimos subordinados estão relacionadas com as vendas e os juros pagos (variações de caixa) e os juros acumulados (variações não monetárias). O efeito líquido nos fluxos de caixa é de 298.410.861 MT.

#### Obrigações 2015 – Série I

Trata-se de obrigações subordinadas emitidas em 7 de Agosto de 2015, por um período de 10 anos, com maturidade em 8 de Agosto de 2025. O valor nominal é de MT 300 000 000 e é composto de 3 000 000 unidades de MT 100 cada. Os juros sobre o primeiro cupão foram fixados em 12,0%. A taxa de cupão subsequente será a taxa de facilidade permanente de cedência (FPC) acrescida de 4.5%. Os juros são pagos a cada 6 meses e o capital será reembolsado na maturidade. As obrigações são mensuradas pelo custo amortizado e podem ser resgatadas a partir do 5º ano (2020). Os juros são pagos em 07 de Fevereiro e 07 de Agosto de cada ano.A opção de compra é apenas para o reembolso da dívida antes da maturidade e, portanto, não existe na pratica nenhum instrumento derivado embutido.

#### Obrigações 2015 – Série II

Tratam-se de obrigações subordinadas emitidas em 4 de Setembro de 2015, por um período de 10 anos, com maturidade em 4 de Setembro de 2025. O valor nominal é de MT 381 000 000 e é composto de 3 810 000 unidades de MT 100 cada. Os juros sobre o primeiro cupão foram fixados em 12,0%. A taxa de cupão subsequente será a taxa de facilidade permanente de cedência (FPC) acrescida de 4.5% até ao 5º ano e de 5.5% subsequentemente. Os juros são pagos a cada 6 meses e o capital é reembolsado na maturidade. As obrigações são mensuradas pelo custo amortizado e podem ser resgatadas a partir do 5º ano (2020). Os juros são pagos em 04 de Março e 04 de Setembro de cada ano.

#### Obrigações 2015 – Série III

Tratam-se de obrigações subordinadas emitidas em 29 de Outubro de 2015, por um período de 10 anos, com maturidade em 29 de Outubro de 2025. O valor nominal é de MT 320 000 000 e é composto de 3 200 000 unidades de MT 100 cada. Os juros sobre o primeiro cupão foram fixados em 12,25%. A taxa de cupão subsequente será a taxa de facilidade permanente de cedência (FPC) acrescida de 4.5%. Os juros são pagos a cada 6 meses e o capital é reembolsado aquando da maturidade. As obrigações são mensuradas pelo custo amortizado e podem ser resgatadas a partir do 5º ano (2020). Os juros são pagos em 29 de Abril e 29 de Outubro de cada ano.

#### 28 Responsabilidades com a assistência médica pós-reforma

O pagamento de benefícios de assistência médica pós-emprego é dado a um grupo restrito de membros que foram empregados do Banco antes de 31 de Dezembro de 1990 e que recebem 75% de contribuição para o plano de subsídio de assistência médica aquando da sua reforma. Contudo, alguns colaboradores empregados após essa data são elegíveis. Todos os membros em serviço foram transferidos para o regime nacional de segurança social e já não se qualificam para um subsídio de contribuições do regime médico na aposentadoria. Com exceção de um membro que recebe um subsídio de 100%, todos os membros remanescentes recebem um subsídio de 75% das contribuições do regime médico na aposentadoria. Os dependentes dos membros elegíveis de continuação recebem um subsídio de contribuições do regime médico antes e depois da morte do membro principal. Em 31 de Dezembro de 2018 o plano compreendia 90 (2017:91) membros activos.

	Banco & Grupo		
	2018	2017	
	MT	MT	
a.	Reconciliação de activos e passivos reconhecidos no balanço		
	Valor presente de obrigações não financiadas	76,450,000	70,146,000
	Valor presente de obrigações em excesso de activos do plano	76,450,000	70,146,000
b.	Reconciliação de activos e passivos reconhecidos na demonstração da situação financeira		
	Saldo de abertura	70,146,000	47,021,000
	Custo líquido anual reconhecido em resultados	12,504,000	11,730,000
	Custo com juros líquidos	12,504,000	11,730,000
	Custo do serviço corrente	-	-
	Remensuração reconhecida no rendimento integral	(1,243,000)	15,133,000
	Pagamentos esperados de benefícios dos empregados	(4,957,000)	(3,738,000)
	Diferenças cambiais	-	-
	Saldo de fecho	76,450,000	70,146,000
c.	Componentes do custo de benefícios definidos (demonstração de resultados)		
	Custo de juros	12,504,000	11,730,000
		12,504,000	11,730,000
d.	Contribuições de prémios e pagamentos de benefícios		
	Pagamentos de Benefícios	(4,957,000)	(3,738,000)
	Total de fluxos de caixa	(4,957,000)	(3,738,000)
e.	Principais pressupostos actuariais		
	Os principais pressupostos actuariais à data de relato são os seguintes:		
	Taxa de desconto	13.0%	18.5%
	Custo de inflação de cuidados de saúde	10.1%	15.5%
	Taxa de inflação	8.1%	13.5%
	Idade prevista de reforma	55 (Mulheres) e 60 (Homens)	

#### 29 Transacções com partes relacionadas

Diversas transacções bancárias, depósitos, contas a pagar e garantias são celebradas com partes relacionadas. Estas transacções são realizadas numa base comercial no decurso normal do negócio. As transacções com partes relacionadas executadas durante o ano e os respectivos saldos no fim do ano são as seguintes:

	Banco & Grupo		
	2018	2017	
	MT	MT	
	Juros ganhos nos depósitos		
	Standard Bank London	-	-
	Standard Bank South Africa	32,666,798	27,921,172
	Standard Bank Isle of Man Branch	49,003,927	32,414,250
	Standard Bank Mauritius	-	-
		81,670,725	60,335,422
	Juros acumulados		
	Standard Bank South Africa	1,213,643	159,940
	Standard Bank Isle of Man Branch	5,548,743	6,059,387
	Standard Bank Mauritius	-	-
		6,762,386	6,219,327
	Honorários de gestão antecipados a pagar à sede		
	Acréscimo de custos referentes aos honorários de gestão a pagar à sede	401,597,500	392,883,991
	Garantias recebidas	95,775,659	108,830,546
	Standard Bank Group	-	-
	Depósitos		
	Standard Bank South Africa	4,911,792,538	311,350,000
	Standard Bank Isle of Man Branch	3,343,967,990	4,345,118,080
	Standard Bank Mauritius	-	-
		8,255,760,528	4,656,468,080

30	Caixa gerada pelas actividades operacionais		
	Grupo		
	2018	2017	
	MT	MT	
	Lucro antes de impostos	7,374,470,370	7,371,385,864
	Ajustamentos para itens não monetários e outros ajustamentos incluídos na demonstração do resultado:		
	Depreciação (nota 8)	378,146,568	338,374,819
	Amortização (nota 8)	58,340,291	5,052,081
	Imparidade líquida	213,307,907	294,640,240
	Justo valor de derivados	12,557,415	84,448,234
	Perdas em alienações	2,726,786	11,696,900
	Juros e rendimentos similares	(11,098,671.326)	(11,865,241.681)
		1,850,144,657	2,506,195,742
	Juros e encargos similares	1,850,144,657	2,506,195,742
	Caixa gerada pelas actividades operacionais	(1,208,977,332)	(1,253,447,800)
	Banco		
	2018	2017	
	MT	MT	
	Lucro antes de impostos	7,385,114,315	7,371,385,864
	Ajustamentos para itens não monetários e outros ajustamentos incluídos na demonstração do resultado:		
	Depreciação (nota 8)	378,146,568	338,374,819
	Amortização (nota 8)	58,340,291	5,052,081
	Imparidade líquida	213,307,907	294,640,240
	Justo valor de derivados	12,557,415	84,448,234
	Perdas em alienações	2,726,786	11,696,900
	Juros e rendimentos similares	(11,098,671.326)	(11,865,241.681)
		1,850,144,657	2,506,195,742
	Juros e encargos similares	1,850,144,657	2,506,195,742
	Caixa gerada pelas actividades operacionais	(1,198,333,387)	(1,253,447,800)

31	Variações nos activos e passivos operacionais		
	Grupo		
	Passivos		
	Recursos de instituições de crédito	72,977,106	529,863,502
	Recursos de clientes	8,255,374,328	3,966,016,002
	Outros passivos	118,058,560	(1,834,836,897)
	Aumento dos passivos operacionais	8,446,409,994	2,661,042,607
	Activos		
	Activos financeiros	(2,016,377,407)	(12,771,141,973)
	Activos detidos para negociação	-	462,390,452
	Empréstimos e adiantamentos a Bancos	(126,645,266)	(803,918,709)
	Empréstimos e adiantamentos a clientes	(6,660,024,087)	7,182,126,291
	Outros activos	(127,730,626)	(37,260,139)
	Diminuição de activos operacionais	(8,930,777,385)	(5,967,804,076)
	Variações líquidas nos activos e passivos operacionais	(484,367,391)	(3,306,761,469)



	Banco	
<b>Passivos</b>		
Recursos de instituições de crédito	72,977,106	529,863,502
Recursos de clientes	8,255,374,328	3,966,016,002
Outros passivos	118,058,560	(1,834,836,897)
Aumento dos passivos operacionais	8,446,409,994	2,661,042,607
<b>Activos</b>		
Activos financeiros	(1,912,089,235)	(12,771,141,973)
Activos detidos para negociação	-	462,390,452
Empréstimos e adiantamentos a Bancos	(126,645,266)	(803,918,709)
Empréstimos e adiantamentos a clientes	(6,708,085,709)	7,182,126,291
Outros activos	(246,412,742)	(37,260,139)
Diminuição de activos operacionais	(8,993,232,952)	(5,967,804,076)
<b>Variações líquidas nos activos e passivos operacionais</b>	<b>(546,822,958)</b>	<b>(3,306,761,469)</b>

<b>32    Reconciliação de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>Grupo</b>	
Caixa e disponibilidades no Banco Central (nota 12)	16,330,053,142	17,085,814,923
Empréstimos e adiantamentos a Bancos (nota 15.1)	17,822,376,310	12,988,785,233
	<b>34,152,429,452</b>	<b>30,074,600,156</b>

35    Informação financeira por segmentos

O banco é organizado com base em produtos e serviços e os segmentos de negócios foram identificados nessa base. Os segmentos de negócio no banco são os seguintes:

Segmento	Âmbito das operações
<b>Banca de grandes empresas e investimento (BGEI)</b>	<p><b>Banca de Empresas</b> – responsabilidade geral pelo relacionamento com os nossos clientes BGEI, incluindo coordenação dos especialistas em produtos e sectores ao nível do país e do grupo.</p> <p><b>Banca de Investimento (BI)</b> – oferece o melhor aconselhamento financeiro e estratégico do sector. É um importante financiador e prestador de serviços de criação de capital, para clientes de quatros sectores principais: Bens de consumo de alta rotação (BCAR), Minas e metais, Energia e infra-estruturas, Telecomunicações, Comunicação Social e Imobiliário.</p> <p><b>Mercados Globais (MG)</b> – negociação de moeda estrangeira, gestão de liquidez, cobertura do risco cambial/taxa de juro, e outros investimentos derivados, incluindo soluções desenhadas à medida, bem como, soluções inovadoras.</p> <p><b>Produtos e Serviços Transaccionais (PST)</b> – gama completa de banca transaccional, produtos e serviços para o estrangeiro simples, incluindo, custódia, banca electrónica, cartas de crédito, garantias bancárias, pagamentos de e para o estrangeiro e pagamentos locais.</p>
<b>Banca de particulares e negócio (BPS)</b>	<p>Serviços bancários e outros serviços financeiros para clientes individuais e pequenas e médias empresas.</p> <p><b>Crédito Para Habitação</b> - empréstimos para a aquisição de um imóvel para habitação, principalmente para clientes da banca de particulares.</p> <p><b>Locação Financeira</b> - financiamento para aquisição de veículos e equipamentos principalmente para banca de negócios.</p> <p><b>Cartões de crédito</b> - facilidades de cartão de crédito para indivíduos e empresas (credit card issuing) e serviços de aquisição de transações comerciais (card acquiring).</p> <p><b>Produtos transacionais e de crédito</b> - transações em produtos associados aos vários canais de contacto, tais como, caixas eletrónicas, internet, telefonia bancária e agências. Isso inclui actividades de depósito, banca electrónica, contas cheques e outros produtos de empréstimos para clientes particulares e de negócios.</p> <p><b>Bancassurance</b> - produtos de seguros de curto e longo prazo e serviços de planeamento financeiro.</p>
<b>Tesouraria e Gestão de capital</b>	A função do segmento de Tesouraria e Gestão de capital é facilitar o financiamento inter-segmental entre Banca de particulares e negócio e Banca de grandes empresas e investimento.

Nao foi divulgada nenhuma informação por segmento geográfico devido ao facto de que as actividades comerciais sao predominantemente realizadas em Moçambique.

35.1   Demonstração dos resultados por segmentos

	Banca de grandes empresas e investimento		Banca de particulares e negócio		Tesouraria e Gestão de capital		Total	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
	MT	MT	MT	MT	MT	MT	MT	MT
Juros e rendimentos similares	8,093,420,065	9,240,668,992	2,099,125,531	2187 976 790	906,125,729	436,595,899	11,098,671,326	11865 241 681
Juros e encargos similares	(3,544,018,219)	(4,600,789,040)	1,490,321,697	1,406,848,764	203,551,866	687,744,534	(1,850,144,657)	(2,506,195,742)
<b>Margem financeira</b>	<b>4,549,401,846</b>	<b>4,639,879,952</b>	<b>3,589,447,228</b>	<b>3,594,825,554</b>	<b>1,109,677,595</b>	<b>1,124,340,433</b>	<b>9,248,526,669</b>	<b>9,359,045,939</b>
Rendimentos com taxas e comissões	570,557,505	368,406,418	997,444,446	906,113,349	-	-	1,568,001,951	1,274,519,767
Gasto com taxas e comissões	-	-	(25,652,048)	(18,399,847)	-	-	(25,652,048)	(18,399,847)
<b>Resultados com taxas e comissões</b>	<b>570,557,505</b>	<b>368,406,418</b>	<b>971,792,398</b>	<b>887,713,502</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1,542,349,903</b>	<b>1,256,119,920</b>
Resultados de operações financeiras	2,295,709,604	2,132,195,936	251,499,457	211,808,716	-	-	2,547,209,060	2,344,004,652
Outros proveitos	-	-	53,229,164	136,962,508	-	-	53,229,164	136,962,508
<b>Resultados operacionais</b>	<b>7,415,668,955</b>	<b>7,140,482,306</b>	<b>4,865,968,247</b>	<b>4,831,310,280</b>	<b>1,109,677,595</b>	<b>1,124,340,433</b>	<b>13,391,314,797</b>	<b>13,096,133,019</b>
Imparidade de crédito	2,478,291	(5,944,929)	(215,786,198)	(288,695,311)	-	-	(213,307,907)	(294,640,240)
<b>Resultados operacionais após perda por imparidade de crédito</b>	<b>7,418,147,246</b>	<b>7,134,537,377</b>	<b>4,650,182,049</b>	<b>4,542,614,968</b>	<b>1,109,677,595</b>	<b>1,124,340,433</b>	<b>13,178,006,890</b>	<b>12,801,492,779</b>
Outros gastos operacionais	(2,383,041,964)	(2,262,049,927)	(3,844,699,719)	(3,262,851,665)	439,580,566	94,794,677	(5,788,161,117)	(5,430,106,914)
<b>Resultado antes de impostos indirectos</b>	<b>5,035,105,282</b>	<b>4,872,487,450</b>	<b>805,482,329</b>	<b>1,279,763,303</b>	<b>1,549,258,161</b>	<b>1,219,135,110</b>	<b>7,389,845,773</b>	<b>7,371,385,865</b>
Imposto indirecto	(56,582,305)	(68,501,689)	(109,393,753)	(214,652,643)	(90,665,828)	(16,171,720)	(256,641,886)	(299,326,052)
<b>Resultado antes de impostos directos</b>	<b>4,978,522,977</b>	<b>4,803,985,762</b>	<b>696,088,577</b>	<b>1,065,110,660</b>	<b>1,458,592,333</b>	<b>1,202,963,390</b>	<b>7,133,203,887</b>	<b>7,072,059,813</b>
Imposto Directo	(1,056,574,002)	(882,038,025)	(168,048,111)	(220,784,581)	(306,309,497)	(373,951,515)	(1,530,931,610)	(1,476,774,121)
<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>3,921,948,975</b>	<b>3,921,947,737</b>	<b>528,040,466</b>	<b>844,326,079</b>	<b>1,152,282,836</b>	<b>829,011,875</b>	<b>5,602,272,277</b>	<b>5,595,285,692</b>

35.2   Notas ao Balanço por segmentos

	Banca de grandes empresas e investimento		Banca de particulares e negócio		Tesouraria e Gestão de capital		Total	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
	MT	MT	MT	MT	MT	MT	MT	MT
<b>Total do activo</b>	<b>79,310,429,954</b>	<b>70,468,758,216</b>	<b>12,807,963,186</b>	<b>11,412,693,950</b>	<b>6,994,362,385</b>	<b>4,529,749,378</b>	<b>99,112,755,525</b>	<b>86,411,201,544</b>
<b>Total do passivo</b>	<b>73,656,839,354</b>	<b>66,637,587,725</b>	<b>11,521,071,599</b>	<b>10,417,812,270</b>	<b>(6,379,420,381)</b>	<b>(7,404,590,509)</b>	<b>78,798,490,572</b>	<b>69,650,809,487</b>

Todos os custos corporativos relacionados às atividades administrativas são alocados aos segmentos com base nas actividades dos segmentos. O método e a apresentação dos segmentos operacionais são consistentes com os períodos do ano anterior .





RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Relatório

1. Nos termos da Legislação em vigor e em conformidade com o mandato que nos foi conferido, apresentamos o relatório sobre a actividade fiscalizadora por nós desenvolvida, bem como o parecer sobre os documentos de prestação de contas apresentados pelo Conselho de Administração do Standard Bank, S.A. relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2018.

2. No período em que estivemos em funções acompanhamos regularmente a actividade do banco, verificando a normalidade dos registos contabilísticos e o cumprimento das normas legais e estatutárias aplicáveis.

3. Reunimos regularmente com o Conselho de Administração e as diversas Direcções do banco tendo obtido todas as informações e os esclarecimentos solicitados.

4. Procedemos à leitura das actas das reuniões do Conselho de Administração, ocorridas durante o período, bem como à leitura das actas dos vários Comitês específicos.

5. No âmbito das nossas funções, examinamos as demonstrações financeiras reportadas a 31 de Dezembro de 2018, as quais compreendem o balanço, as demonstrações dos resultados, das alterações nos capitais próprios e dos fluxos de caixa, bem como o respectivo anexo, que inclui as principais políticas contabilísticas e estimativas e incertezas associadas à aplicação daquelas políticas. Adicionalmente, procedemos à análise do Relatório de Gestão do exercício de 2018, preparado pelo Conselho de Administração e da proposta de aplicação de resultados nele incluído.

6. Reunimos com a Sociedade de Auditores Certificados, da qual obtivemos os esclarecimentos necessários à compreensão das demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2018 bem como do trabalho que foi desenvolvido. Analisamos o conteúdo do Relatório de Auditoria por si emitida em 6 de Fevereiro de 2019, com o qual concordamos e damos aqui como integralmente reproduzido.

Parecer

Faço ao exposto, e tendo em consideração o trabalho realizado, somos de parecer que a Assembleia Geral aprove:

a) O Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2018;

b) A Proposta de Aplicações de Resultados apresentada pelo Conselho de Administração

Desejamos finalmente expressar o nosso reconhecimento ao Conselho de Administração, a todos os Colaboradores do Banco e à Sociedade de Auditores Certificados, pela colaboração que nos foi prestada.

Maputo, 25 de Fevereiro de 2019

O Conselho Fiscal

Miguelina Menezes

Presidente

Abdul Satar Hamid

Vogal

Sede, Avenida 30 de Novembro, nº 430 Caixa Postal 1195 / Maputo

Tel: + 258 21 50 30 00 / + 258 21 50 31 00 / +258 21 50 32 00

www.standardbank.co.mz

Standard Bank Seguindo em Frente

Anexo à Circular nº 3/SHC/2007

MODELO III

Balanço - Contas Individuais (Activo)

31 de Dezembro de 2018

	Rubricas	Notas/	Ano			Ano Anterior
			Valor antes de provisões, imparidade e amortizações	Provisões, imparidade e amortizações	Valor líquido	
10 + 3300	Activo					
	Caixa e disponibilidades em bancos centrais		16,326,303		16,326,303	17,085,815
11 + 3301	Disponibilidades em outras instituições de crédito		4,981,094		4,981,094	3,644,316
153 (1) + 158 (1) + 16	Activos financeiros detidos para negociação		-12,673		-12,673	0
153 (1) + 158 (1) + 17	Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados		0			0
154 + 158 (1) + 18 + 34888 (1) - 53888 (1)	Activos financeiros disponíveis para venda		30,672,721		30,672,721	29,697,467
13 + 150 + 158 (1) + 159 (1) + 3303 + 3310 (1) + 3408 (1) - 350 - 3520 - 5210 (1) - 5300	Aplicações em instituições de crédito		13,772,090	48,306	13,723,784	10,148,387
14 + 151 + 152 + 158 (1) + 3304 + 3310 (1) + 34000 + 34008 - 3510 - 3518 - 35210 - 35211 - 5210 (1) - 53010 - 53018	Crédito a Clientes		30,085,233	1,857,144	28,228,089	21,682,941
156 + 158 (1) + 159 (1) + 22 + 3307 + 3310 (1) + 3402 - 355 - 3524 - 5210 (1) - 5303	Investimentos detidos até à maturidade					
155 + 158 (1) + 159 (1) + 20 + 3306 + 3310 (1) + 3408 (1) - 354 - 3523 - 5210 (1) - 5308 (1)	Activos com acordo de recompra					
21	Derivados de cobertura		8,730		8,730	5,662
25 - 3580	Activos não correntes detidos para venda		0	0	0	
26 - 3581 (1) - 360 (1)	Propriedades de investimento		0	0	0	
27 - 3581 (1) - 360 (1)	Outros activos tangíveis		5,484,263	1,876,361	3,607,902	2,877,709
29 - 3583 - 361	Activos intangíveis		500,289	75,116	425,173	334,597
24 - 357	Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos		0	0	0	
300	Activos por impostos correntes		175,998		175,998	
301	Activos por impostos diferidos		249,591		249,591	60,443
12 + 157 + 158 (1) + 159(1) + 31 + 32 + 3302 + 3308 + 3310 (1) + 338 + 3408 (1) + 348 (1) - 3584 - 3525 + 50 (1) (2) - 5210 (1) - 5304 - 5308 (1) + 54 (1) (3)	Outros Activos		597,320		597,320	543,210
	Total de activos		102,840,958	3,856,927	98,984,031	86,080,549

(1) Parte aplicável do saldo destas rubricas.

(2) A rubrica 50 deverá ser inscrita no activo se tiver saldo devedor e no passivos se tiver saldo credor.

(3) Os saldos devedores das rubricas 542 e 548 são inscritos no activo e os saldos credores no passivo.

Anexo à Circular nº 3/SHC/2007

MODELO III (PASSIVO)

Balanço - Contas Individuais (Passivo)

31 de Dezembro de 2018

	Rubricas	Notas / Quadros anexos	Ano	
			Ano	Ano Anterior
	Passivo			
38 - 3311 (1) - 3410 + 5200 + 5211 (1) + 5318 (1)	Recursos de bancos centrais		0	-
43 (1)	Passivos financeiros detidos para negociação		0	-
43 (1)	Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados		0	-
39 - 3311 (1) - 3411 + 5201 + 5211 (1) + 5318 (1)	Recursos de outras instituições de crédito		483,234	199,210
40 + 41 - 3311 (1) - 3412 - 3413 + 5202 + 5203 + 5211 (1) + 5310 + 5311	Recursos de clientes e outros empréstimos		70,292,511	63,736,388
42 - 3311 (1) - 3414 + 5204 + 5211 (1) + 5312	Responsabilidades representadas por títulos			
44	Derivados de cobertura		19,095	63,913
45	Passivos não correntes detidos para venda e operações descontinuadas		0	
47	Provisões		1,670,502	1,469,891
490	Passivos por impostos correntes		0	261,911
491	Passivos por impostos diferidos		0	-
481 +/- 489 (1) - 3311 (1) - 3416 (1) + 5206 (1) + 5211 (1) + 5314 (1)	Instrumentos representativos de capital		0	
480 + 488 +/- 489 (1) - 3311 (1) - 3416 (1) + 5206 (1) + 5211 (1) + 5314 (1)	Outros passivos subordinados		1,068,073	1,081,573
51 - 3311 (1) - 3417 - 3418 + 50 (1) (2) + 5207 + 5208 + 5211 (1) + 528 + 538 - 5388 + 5318 (1) + 54 (1) (3)	Outros passivos		5,136,351	2,690,649
	Total de Passivo		69,503,537	66,861,236
	Capital			
55	Capital		3,882,000	1,294,000
602	Prémios de emissão		0	
57	Outros instrumentos de capital		0	
-56	(Acções próprias)		0	
58 + 59	Reservas de reavaliação		-2,208	-92,707
60 - 602 + 61	Outras reservas e resultados transitados		10,836,932	9,780,433
64	Resultado do exercício		5,597,541	5,595,286
- 63	(Dividendos antecipados)			
	Total de Capital		20,314,265	16,577,011
	Total de Passivo + Capital		98,984,031	86,080,549

Anexo à Circular nº 3/SHC/2007

MODELO IV

Demonstração de Resultados - Contas Individuais

31 de Dezembro de 2018

	Rubricas	Notas/	Ano	
			Ano	Ano Anterior
79 + 80	Juros e rendimentos similares		11,098,671	11,865,242
66 + 67	Juros e encargos similares		1,850,145	2,506,196
	Margem financeira		9,248,527	9,359,046
82	Rendimentos de instrumentos de capital		0	
81	Rendimentos com serviços e comissões		1,568,002	1,256,120
68	Encargos com serviços e comissões		-25,652	-10,356
- 692 - 693 - 695 (1) - 696 (1) - 698 - 69900 - 69910 + 832 + 833 + 835 (1) + 836 (1) + 838 + 83900 + 83910	Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados			
- 694 + 834	Resultados de activos financeiros disponíveis para venda		0	
- 690 + 830	Resultados de reavaliação cambial		2,541,368	2,338,444
- 691 - 697 - 699 (1) - 725 (1) - 726 (1) + 831 + 837 + 839 (1) + 843 (1) + 844 (1)	Resultados de alienação de outros activos		-2,832	-11,698
- 695 (1) - 696 (1) - 69901 - 69911 - 75 - 720 - 721 - 725 (1) - 726 (1) - 728 + 835 (1) + 836 (1) + 83901 + 83911 + 840 + 843 (1) + 844 (1) + 848	Outros resultados de exploração		-450,422	-336,592
	Produto bancário		12,878,991	12,594,965
70	Custos com pessoal		3,382,797	3,166,348
71	Gastos gerais administrativos		1,720,147	1,695,024
77	Amortizações do exercício		436,487	338,375
784 + 785 + 786 + 788 - 884 - 885 - 886 - 888	Provisões líquidas de reposições e anulações		-2,221	28,517
760 + 7610 + 7618 + 7620 + 76210 + 76211 + 7623 + 7624 + 7625 + 7630 + 7631 + 765 + 766 - 870 - 8720 - 8710 - 8718 - 87210 - 87211 - 8723 - 8724 - 8726 - 8730 - 8731 - 875 - 876	Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações		213,308	294,640
768 + 769 (1) - 877 - 878	Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações			
	Resultados antes de impostos		7,128,472	7,072,060
	Impostos		1,502,693	1,304,803
65	Correntes		1,531,723	1,502,693
74 - 86	Diferidos		-791	-25,919
640	Resultados após impostos		5,597,541	5,595,286
- 72600 - 7280 + 8480 + 84400	Do qual: Resultado líquido após impostos de operações descontinuadas			

(1) Parte aplicável do saldo destas rubricas.





“Como podemos fazer crescer Moçambique?”

**“Com um projecto sólido e sustentável”**

Credor Comercial  
Agente Facilitador de Risco de Crédito não Coberto  
Agente Local das Garantias do Financiamento  
Banco Transaccional Local



O objectivo de Moçambique em ser um importante produtor de gás natural está a tornar-se uma realidade, com a construção de uma plataforma flutuante de GNL (Gás Natural Liquefeito). Com base na nossa experiência no sector de petróleo e gás em África, foi possível apoiar o financiamento deste projecto inovador em Moçambique. O compromisso dos financiadores e o nosso profundo conhecimento da realidade moçambicana, traz novas oportunidades e enormes benefícios para as nossas comunidades. Somos o parceiro certo para fazer Moçambique crescer e seguir em frente, neste continente que chamamos de nossa casa.

[standardbank.co.mz](http://standardbank.co.mz)

**Standard Bank Seguindo em Frente™**